Diário de Lisboa

Edição especial

ANO 66 N.º 22 045 Sexta-feira, 25 de Abril de 1986 Preço 40$00

32 páginas

25 DE ABRIL DOZE ANOS

O programa do MFA

Considerando que, ao fim de treze anos de luta em terras do Ultramar, o sistema político vigente não conseguiu definir, concreta e objectivamente, uma política ultramarina que conduza à paz entre os Portugueses de todas as raças e credos;

Considerando que a definição daquela política só é possível com o saneamento da actual política interna e das suas instituições, tornando-as, pela via democrática, indiscutidas representantes do povo português;

Considerando ainda que a substituição do sistema político vigente terá de processar-se sem convulsões internas que afectem a paz, o progresso e o bem-estar da Nação;

O Movimento das Forças Armadas Portuguesas, na profunda convicção de que interpreta as aspirações e interesses da esmagadora maioria do Povo português e de que a sua acção se justifica plenamente em nome da salvação da Pátria, e fazendo uso da força que lhe é conferida pela Nação, através dos seus soldados, proclama e compromete-se a garantir a adopção das seguintes medidas, plataforma que entende necessária para a resolução da grande crise nacional que Portugal atravessa:

A — Medidas imediatas

1 — Exercício do poder político por uma Junta de Salvação Nacional até à formação, a curto prazo, de um Governo Provisório civil.

A escolha do presidente e vice-presidente será feita pela própria Junta.

2 — A Junta de Salvação Nacional decretará:

a) A destituição imediata do presidente da República e do actual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado, medidas que serão acompanhadas do anúncio público da convocação, no prazo de doze meses, de uma Assembleia Nacional Constituinte, eleita por sufrágio universal, directo e secreto, segundo lei eleitoral a elaborar pelo futuro Governo Provisório;

b) A destituição de todos os governadores civis no continente, governadores dos distritos autónomos nas Ilhas Adjacentes e governadores-gerais nas províncias ultramarinas, bem como a extinção imediata da Acção Nacional Popular.

1) Os Governos Gerais das províncias ultramarinas serão imediatamente assumidos pelos respectivos secretários-gerais, investidos nas funções de encarregados do Governo, até nomeação de novos governadores-gerais, pelo Governo Provisório;

2) Os assuntos decorrentes dos governos civis serão despachados pelos respectivos substitutos legais enquanto não forem nomeados novos governadores pelo Governo Provisório;

c) A extinção imediata da DGS, Legião Portuguesa e organizações políticas da juventude.

No Ultramar a DGS será reestruturada e saneada, organizando-se como Polícia de Informação Militar enquanto as operações militares o exigirem;

d) A entrega às Forças Armadas de indivíduos culpados de crimes contra a ordem política instaurada enquanto durar o período de vigência da Junta de Salvação Nacional, para instrução de processo e julgamento;

e) Medidas que permitam vigilância e controlo rigorosos de todas as operações económicas e financeiras com o estrangeiro;

f) A amnistia imediata de todos os presos políticos, salvo os culpados de delitos comuns, os quais serão entregues ao foro respectivo e reintegração voluntária dos servidores do Estado destituídos por motivos políticos;

g) A abolição da censura e exame prévio;

1) Reconhecendo-se a necessidade de salvaguardar os segredos dos aspectos militares e evitar perturbações na opinião pública, causadas por agressões ideológicas dos meios mais reaccionários, será criada uma comissão *ad hoc* para controlo da imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema de carácter transitório, directamente dependente da Junta de Salvação Nacional, a qual se manterá em funções até à publicação de novas leis de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema pelo futuro Governo Provisório;

h) Medidas para a reorganização e saneamento das Forças Armadas e militarizadas (GNR, PSP, GF, etc.);

i) O controlo de fronteiras será das atribuições das Forças Armadas e militarizadas enquanto não for criado um serviço próprio;

j) Medidas que conduzam ao combate eficaz contra a corrupção e especulação.

B — Medidas a curto prazo

1 — No prazo máximo de três semanas após a conquista do Poder, a Junta de Salvação Nacional escolherá, de entre os seus membros, o que exercerá as funções de Presidente da República Portuguesa, que manterá poderes semelhantes aos previstos na actual Constituição.

a) Os restantes membros da Junta de Salvação Nacional assumirão as funções de chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, vice-chefe do Estado-Maior das Forças Armadas, chefe do Estado-Maior da Armada, chefe do Estado-Maior do Exército e chefe do Estado-Maior das Força Aérea e farão parte do Conselho de Estado.

2 — Após assumir as suas funções, o Presidente da República nomeará o Governo Provisório civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa.

3 — Durante o período de excepção do Governo Provisório, imposto pela necessidade histórica de transformação política, manter-se-á a Junta de Salvação Nacional para salvaguardar dos objectivos aqui proclamados.

a) O período de excepção terminará logo que, de acordo com a nova Constituição Política, estejam eleitos o Presidente da República e a Assembleia Legislativa.

4 — O Governo Provisório governará por decretos-leis, que obedecerão obrigatoriamente ao espírito da presente proclamação.

5 — O Governo Provisório, tendo em atenção que as grandes reformas de fundo só poderão ser adoptadas no âmbito da futura Assembleia Nacional Constituinte, obrigar-se-á a promover imediatamente:

a) A aplicação de medidas que garantam o exercício formal da acção do Governo e o estudo e aplicação de medidas preparatórias de carácter material, económico, social e cultural que garantam o futuro exercício efectivo da liberdade política dos cidadãos;

b) A liberdade de reunião e de associação.

Em aplicação deste princípio será permitida a formação de «associações políticas», possíveis embriões de futuros partidos políticos, e garantida a liberdade sindical, de acordo com lei especial que regulará o seu exercício;

c) A liberdade de expressão e pensamento sob qualquer forma;

d) A promulgação de uma nova lei de imprensa, rádio, televisão, teatro e cinema;

e) Medidas e disposições tendentes a assegurar, a curto prazo, a independência e a dignificação do poder judicial;

1) A extinção dos «tribunais especiais» e dignificação do processo penal em todas as suas fases;

2) Os crimes cometidos contra o Estado no novo regime serão instruídos por juízes de direito e julgados em tribunais ordinários, sendo dadas todas as garantias aos arguidos.

As averiguações serão cometidas à Polícia Judiciária.

6 — O Governo Provisório lançará os fundamentos de:

a) Uma nova política económica, posta ao serviço do Povo português, em particular das camadas da população até agora mais desfavorecidas, tendo como preocupação imediata a luta contra a inflação e a alta excessiva do custo de vida, o que necessariamente implicará uma estratégia antimonopolista;

b) Uma nova política social que, em todos os domínios, terá essencialmente como objectivo a defesa dos interesses das classes trabalhadoras e o aumento progressivo, mas acelerado, da qualidade da vida de todos os portugueses.

7 — O Governo Provisório orientar-se-á em matéria de política externa pelos princípios da independência e da igualdade entre os estados, da não ingerência nos assuntos internos dos outros países e da defesa da paz, alargando e diversificando relações internacionais com base na amizade e cooperação;

a) O Governo Provisório respeitará os compromissos internacionais decorrentes dos tratados em vigor.

8 — A política ultramarina do Governo Provisório, tendo em atenção que a sua definição competirá à Nação, orientar-se-á pelos seguintes princípios:

a) Reconhecimento de que a solução das guerras no Ultramar é política e não militar;

b) Criação de condições para um debate franco e aberto, a nível nacional, do problema ultramarino;

c) Lançamento dos fundamentos de uma política ultramarina que conduza à paz.

C — Considerações finais

1 — Logo que eleitos pela Nação a Assembleia Nacional Constituinte e o novo Presidente da República, será dissolvida a Junta de Salvação Nacional e a acção das Forças Armadas será restringida à sua missão específica de defesa da soberania nacional.

2 — O Movimento das Forças Armadas, convicto de que os princípios e os objectivos aqui proclamados traduzem um compromisso assumido perante o País e são imperativos para servir os superiores interesses da Nação, dirige a todos os portugueses um veemente apelo à participação sincera, esclarecida e decidida na vida pública nacional e exorta-os a garantirem, pelo seu trabalho e convivência pacífica, qualquer que seja a posição social que ocupem, as condições necessárias à definição, em curto prazo, de uma política que conduza à solução dos graves problemas nacionais e à harmonia, progresso e justiça social indispensáveis ao saneamento da nossa vida pública e à obtenção do lugar a que Portugal tem direito entre as nações.

Lei 3/74 de 14-V-1974 (Anexo), Diário do Governo (Lisboa, I Série, n.º 112, 14-V-1974, pp. 620-622).

A lei que afastou os chefes do regime fascista

LEI N.º 1/74, DE 25 DE ABRIL

O programa do Movimento das Forças Armadas Portuguesas prevê a destituição imediata do Presidente da República e do actual Governo, a dissolução da Assembleia Nacional e do Conselho de Estado.

Nestes termos, a Junta de Salvação Nacional decreta, para valer como lei constitucional o seguinte:

Artigo 1.º

1. É destituído das funções de Presidente da República o almirante Américo Deus Rodrigues Tomás.

2. São exonerados das suas funções o Presidente do Conselho, Prof. Doutor Marcelo José das Neves Alves Caetano, e os Ministros, Secretários e Subsecretários de Estado do seu Gabinete.

3. A Assembleia Nacional e o Conselho de Estado são dissolvidos.

Artigo 2.º

Os poderes atribuídos aos órgãos referidos no artigo anterior passam a ser exercidos pela Junta de Salvação Nacional.

Artigo 3.º

Este diploma entra imediatamente em vigor.

Visto e aprovado pela Junta de Salvação Nacional em 25 de Abril de 1974.

Publique-se.

O Presidente da Junta de Salvação Nacional, *António de Spínola*.

Para ser publicada em todos os *Boletins Oficiais* dos Estados e províncias ultramarinos.

Diário do Governo/Suplemento (Lisboa, I Série, n.º 97, 25-IV-1974).

A verdade de Abril

«Nesta hora limpa da verdade é preciso dizer a verdade toda
Mesmo aquela que é impopular neste dia em que se invoca o povo
Pois é preciso que o povo regresse do seu longo exílio
E lhe seja proposta uma verdade inteira e não meia verdade.»

Sophia de Mello Breyner Andresen

1

Da revolução republicana de 5 de Outubro, António Sérgio escreveu: «Em 1910 abolia-se enfim a realeza. Fez-se então uma verdadeira República? Não se fez? «**Mutatis mutandis**», um «capitão de Abril», poderia interrogar-se, a 12 anos da arrancada corajosa e generosa, se, à derrota do regime salazarista teria correspondido a vitória da democracia, se a abolição do autoritarismo tirânico teria aberto ao povo as avenidas da participação democrática, se teriam ficado garantidos os objectivos que inspiraram os melhores, os mais conscientes e esclarecidos, militares de Abril.

Muito provavelmente, e sem negar todo o significado positivo, revolucionário, do 25 de Abril, seria negativa, ou pelos menos reticente, a resposta do militar de Abril. O balanço, se tivermos em conta a conquista das liberdades democráticas, é largamente positivo, mas há que reconhecer que não foi realizado o programa político e social da Revolução, que não se atingiram as metas da justiça social, que, nalguns casos, se ficou a meio caminho, que, noutros pontos, às paragens na marcha se sucederam penosos retrocessos.

O destino das revoluções portuguesas, à luz da experiência histórica, parece ser o de se não cumprirem, não chegarem ao fim, ou, por outras palavras, o destino de serem revoluções interrompidas. A dita **Vilafrancada** interrompeu o ímpeto revolucionário do **Vintismo**; as ditaduras de Pimenta de Castro e de Sidónio Pais constituíram «interregnos» no percurso republicano; o 25 de Novembro bloqueou o «processo revolucionário em curso» (o PREC).

No seio da «revolução» gera-se a «contra-revolução». Fatalidade do processo histórico caracterizado pelas próprias contradições dialécticas? Sim e não. A «revolução» provoca, naturalmente, de sua natureza e pelo seu movimento, resistências, oposições. Mas essas resistências, essas oposições, poderão ser ultrapassadas, absorvidas, se o poder revolucionário não só permanecer uno e coerente, como se for apoiado por uma ampla e profunda movimentação popular. Não se confunda, porém, o amplo (geográfica e sociologicamente amplo) movimento popular, um apoio popular com repercussão profunda, com a ruidosa e vã agitação dos apressados, dos ansiosos, dos que ignoram as condições reais ou as pretendem forçar imprudentemente, isolando-se dos companheiros de jornada, pretendendo introduzir factores de aceleração no movimento militar (MFA), não tendo em conta a distância entre a «consciência possível» das massas populares e uma suposta «consciência revolucionária» de todo o povo.

2

As «ilusões revolucionárias» abrem caminho às «recuperações reaccionárias». Não é este o dia, e o lugar, para a fundo discorrer sobre as condições da contestação e do bloqueio do «curso revolucionário de Abril». Para muitos, e desses não raros eram sinceros, a tirania derrubada, dispersos os fascistas civis, afastados os reaccionários da hierarquia militar, os capitalistas em fuga (ou, pelo menos, fugindo às responsabilidades empresariais), com as portas do poder de Estado abertas ao novo pessoal político-militar, era o país que se comformava com o novo rumo, sem que se registasse resistência significativa ou oposição válida.

A Primavera democrática foi breve. De Abril, pela sucessão dos meses, chegou-se a Setembro. Como não faltava à Revolução apoio popular clamoroso, falou-se e agiu-se em nome dessa entidade indefinida, mas real, a «maioria silenciosa». Não era «maioria», como, ao longo dos doze anos de democracia, as urnas o têm proclamado, nem era «silenciosa» porque difundia críticas e tornava públicas posições doutrinárias de contestação do processo revolucionário democrático iniciado com o acto militar de 25 de Abril.

A «maioria silenciosa» e os acontecimentos de Setembro de 1974, eram um aviso que não foi tido em conta. As respostas de movimentação e de mobilização popular não frutificaram numa unidade organizativa sólida, confinaram-se a formas de agitação vanguardista. No «25 de Novembro» esse vanguardismo conduziu a acções isoladas, a movimentos não apoiados pelas massas, a reacções de decepção e de desespero. Ficou provado o isolamento da «vanguarda». Seria, realmente, política, social e culturalmente, **uma vanguarda**?

3

O «Programa do MFA» (Movimento das Forças Armadas) ao confiar o «exercício do poder político» a uma Junta de Salvação Nacional, constituída por oficiais-generais, não pretendia criar um poder militar transitório, preconizava que o Presidente da República, escolhido entre os membros da Junta de Salvação Nacional, organizasse um «Governo Provisório civil, que será composto por personalidades representativas de grupos e correntes políticas e personalidades independentes que se identifiquem com o presente programa».

Requeria-se, portanto, a identificação com o «Programa do MFA». Os militares, com sinceridade e alguma ingenuidade política, pretenderam que a prática política se viesse a processar-se no quadro de uma reconstituição da vida democrática integrada no espírito do «Programa do MFA» e respeitadora do respectivo articulado. Mas, com o 25 de Abril desencadeou-se um poderoso movimento popular que potencializou o «acto militar», que lhe deu foros de «revolução», que lhe rasgou um horizonte revolucionário, uma perspectiva de transformações sociais.

Contra os militares? Não. Com os militares. Ou, pelo menos, com uma parte importante dos militares participantes na conjura que os mobilizou para a arrancada de 25 de Abril de 1974.

Recordemos, a título de exemplo, um comunicado do Conselho da Revolução, e não se contestará a sua representatividade, que se referia à via de transição para o socialismo. Tem a data de 11 de Abril de 1975. Diz assim:

«O Conselho da Revolução apreciou a situação da economia na actual fase do processo revolucionário português, verificando, designadamente, a deficiente utilização da capacidade produtiva do País em recursos humanos e materiais, acompanhada da redução do nível de investimento, o crescente desequilíbrio da balança de pagamentos e a persistência da pressão inflacionista, embora em atenuação nos últimos meses.

Tal situação é consequência natural do desenvolvimento de um processo revolucionário que tem vindo a desmantelar o poder do capital monopolista, agravada pela reacção dos seus detentores, que a todo o custo têm tentado impedir a perda dos seus privilégios. Vivemos assim uma crise largamente resultante não só da herança das estruturas económicas do fascismo e colonialismo como da desagregação do sistema capitalista em Portugal. É agora necessário e imperioso reconstruir a economia por uma via de transição para o socialismo. Está em causa consolidar os primeiros passos concretos da nossa revolução socialista e realizar novos avanços nessa direcção atendendo a dois objectivos primordiais:

a) Garantir a independência nacional do arranque para um socialismo verdadeiramente português, evitando situações extremas de crise económica que nos coloquem em reforçadas e delicadas dependências externas.

b) Identificar a dinâmica da classe trabalhadora com um projecto de construção do socialismo.»

E, em consequência, o Conselho da Revolução definia como orientação:

«*a)* É necessário que os trabalhadores sintam que a economia já não lhes é estranha, ou seja, que a construção socialista da economia é tarefa deles e para eles.

Isto implica a afirmação clara do princípio de controlo *organizado de produção pelos trabalhadores* para objectivos de produção e eficiência coordenados pelos órgãos centrais de planeamento segundo esquemas a definir com brevidade. *b)* É indispensável estabelecer uma limitação dos consumos a partir dum princípio de máximo nacional de rendimento disponível extensível aos titulares de todos os rendimentos e não apenas aos trabalhadores por conta de outrem. *c)* Igualmente se torna indispensável garantir a contenção dos preços de bens essenciais, sobretudo alimentares. *d)* Deverão ser completados os passos já dados no sentido da nacionalização dos sectores básicos de actividade económica (indústria, transportes e comunicações). *e)* Deverá ser aplicado um programa progressivo de reforma agrária integrado num todo coerente de medidas de política económica. *f)* Verificadas as condições anteriores, será legítimo fazer apelo à mobilização dos trabalhadores para o *emprego produtivo*.»

O processo de recuperação reaccionária mostrou já que esta confiança na reconstrução da economia «por uma via de transição para o socialismo», que a consolidação dos «primeiros passos concretos da nossa revolução socialista», que «os novos avanços», foram bloqueados, e que, por duas vezes, em doze anos, a «restauração» disputou nas urnas o direito de abolir a Constituição de Abril e não apenas a possibilidade de a desfigurar em sucessivas revisões constitucionais. Esse era o significado político das candidaturas à Presidência da República do general Soares Carneiro (1981) e do professor Freitas do Amaral (1986).

4

A autenticidade da Democracia assente em eleições verdadeiramente livres, numa governação transparente, numa prática política que privilegie a participação cívica, são a verdade do 25 de Abril. E criando as condições de vida democrática e apontando a meta de uma sociedade sem distinções de classe, de uma sociedade de Fraternidade e de Justiça, a Constituição de Abril consagrou, em letra de lei, os ideais e os objectivos do 25 de Abril de 1974. Por isso a Constituição é uma bandeira de Abril. Por isso a Constituição é uma referência, uma trincheira. Por isso a Constituição deve ser respeitada e difundida.

São perigosas as «ilusões reaccionárias». Também as «ilusões reaccionárias» transportam perigos. E entre esses perigos o de não terem em conta os sentimentos populares, a consciência democrática, o espírito de progresso, o amor à liberdade, a hostilidade aos insensatos apelos para um «regresso», para uma «restauração».

Mas, com palavras liberais e democráticas, é a asfixia das liberdades e o regresso a formas antidemocráticas, autoritárias, opressivas que, em Portugal, a direita, com várias máscaras, vai propondo. Propondo e impondo. Algumas vezes com a ajuda dos que desistiram de ser a esquerda, de ser **de** esquerda.

A desistência da esquerda, o recuo da esquerda, não se coaduna com o espírito de Abril, com os objectivos — políticos, económicos e sociais, do 25 de Abril, da Revolução dos Capitães, à qual o povo aderiu com grande entusiasmo para nela reconhecer a continuidade da longa Resistência.

Cometeram-se erros. Claro. Mas, em 16 de Fevereiro, mais uma vez ficou demonstrado que, erros, desistências, traições, incoerências eram acidentes de um curso político profundo e renovador; a implantação e defesa da Democracia.

Comemorando o 25 de Abril, importa recordar, o objectivo e a via, enlaçar a Democracia e o Socialismo, sublinhar a verdade de Abril. E termos em conta que a convergência da Esquerda, o diálogo e o debate renovadores são necessários todos os dias e não só nos apertos eleitorais ou nos reencontros comemorativos.

A verdade de Abril não é fácil. Não é fácil a lição de Abril. A revolução interrompida, se quisermos, se todos quisermos, pela convergência das forças políticas e sindicais, pela unidade das forças do Trabalho e da Cultura, estará em condições de prosseguir.

É um desafio: continuar Abril; propor, impor, a verdade de Abril.

ONDE ESTAVAM

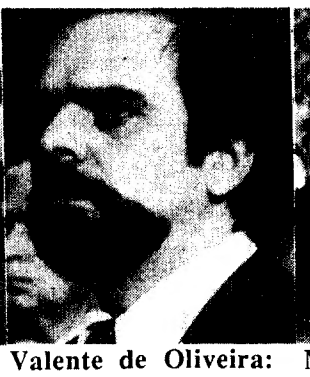
Cavaco Silva: *professor ISCEF*

Eurico de Melo: *administrador de empresa*

Fernando Nogueira: *a acabar direito*

Ribeiro de Almeida: *era advogado*

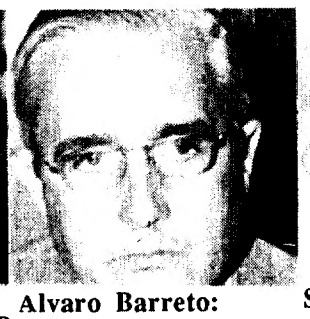
Miguel Cadilhe: *assistente na Faculdade*



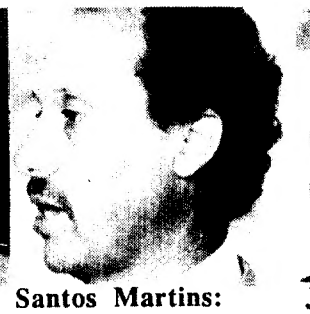
Valente de Oliveira: *coordenador*

Mário Raposo: *era advogado*

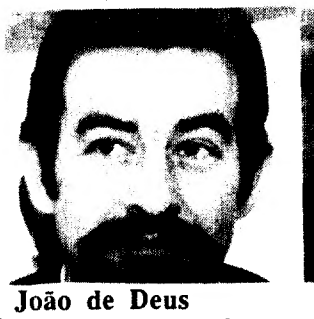
Pires de Miranda: *quadro superior da SACOR*



Alvaro Barreto: *administrador da Setenave*

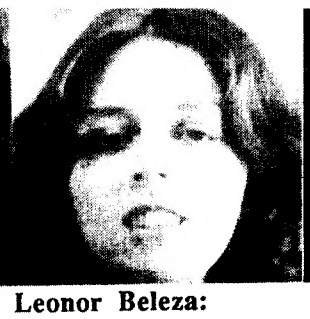


Santos Martins: *administrador da Cometal*



João de Deus *fazia estágio em Inglaterra*

Oliveira Martins: *administrador da CTM*



Leonor Beleza: *assistente de Direito*

Mira Amaral: *quadro da CRGE*

A média das idades dos actuais membros do Governo à data do 25 de Abril era de 37 anos e, pelo menos reconhecidamente, nenhum deles militava na oposição ao regime então derrubado. Este o fundamental de um inquérito promovido pela agência NP e que deu também como resultado que Fernando Nogueira fosse o «Benjamin», com 24 anos, e Leonardo Ribeiro de Almeida o mais velho, com 49, à data da Revolução dos Cravos.

O Primeiro-Ministro **Aníbal Cavaco Silva,** tinha 35 anos no 25 de Abril de 1974 e desempenhava funções docentes no Instituto Superior de Ciências Económicas e Financeiras de Lisboa.

O número dois do actual Governo, **Eurico de Melo,** tinha 48 anos e era administrador de uma empresa têxtil.

Fernando Nogueira, ministro-adjunto e para os Assuntos Parlamentares, era um jovem de 24 anos que estava a acabar o curso de Direito na Universidade de Coimbra, enquanto **Leonardo Ribeiro de Almeida** (que tinha estado na campanha de Humberto Delgado), tinha 49 anos e exercia simplesmente a advocacia.

Miguel Cadilhe era também, à data da revolução, um jovem: 29 anos, director de um banco ao mesmo tempo que leccionava na Faculdade de Economia do Porto e também na Universidade Católica.

Luís Valente de Oliveira, ministro do Plano e da Administração do Território, tinha 37 anos e era assistente na Faculdade de Engenharia do Porto e, ao mesmo tempo, coordenador da Comissão Técnica de Planeamento da Região-Norte.

O actual ministro da Justiça, **Mário Raposo,** já tinha 49 anos e era «advogado com escritório na Rua Anchieta», na expressão de um actual colaborador seu.

O chefe da diplomacia portuguesa, **Pires de Miranda,** era quadro superior da SACOR. Tinha 46 anos.

Álvaro Barreto, ministro da Agricultura, Pescas e Alimentação, tinha 38 anos e era então administrador-delegado da Setenave.

O actual ministro da Indústria e Comércio, **Fernando Santos Martins,** tinha 44 anos e era administrador-delegado da Cometal-Mometal em Lourenço Marques e **João de Deus Pinheiro,** ministro da Educação e Cultura, frequentava, em Inglaterra, um estágio de pós-graduação em engenharia química. Tinha 29 anos.

O ministro das Obras Públicas, Transportes e Comunicações, João Oliveira Martins, tinha 39 anos e era presidente do Conselho de Administração da CTM (Companhia de Transportes Marítimos).

Leonor Beleza, ministra da Saúde, era também uma jovem de 25 anos, «muito atraente» na opinião de antigos colegas, exercendo, na altura do 25 de Abril, as funções de assistente da Faculdade de Direito de Lisboa.

Finalmente, o ministro do Trabalho e Segurança Social, **Luís Mira Amaral,** tinha 28 anos e era quadro superior nas CRGE (Companhias Reunidas de Gás e Electricidade).

COMEMORAÇÕES 86
25 ABRIL

O Poder Local Democrático é uma das mais belas conquistas de Abril. É com este sentimento que a Câmara Municipal de Loures assinala a passagem do 12.º Aniversário da Revolução dos Cravos.

As comemorações, integradas no Centenário do Município de Loures, contam com diversas iniciativas culturais, desportivas e recreativas, organizadas conjuntamente pela Câmara, Juntas de Freguesia e Colectividades do Concelho.

A população do Concelho provará com a sua presença e participação massiva que ABRIL ESTÁ E ESTARÁ SEMPRE VIVO!

PROGRAMA:

DIA 25 ABRIL — 10 HORAS:
Partida da Marcha 25 de Abril. Animação Infantil (jogos Tradicionais, pintura colectiva de painel).
Local: Praça da Liberdade, Loures.
12 HORAS: Chegada da Marcha 25 de Abril, com a participação da Banda dos Bombeiros Voluntários de Loures.
Local: Praça da Liberdade, Loures.

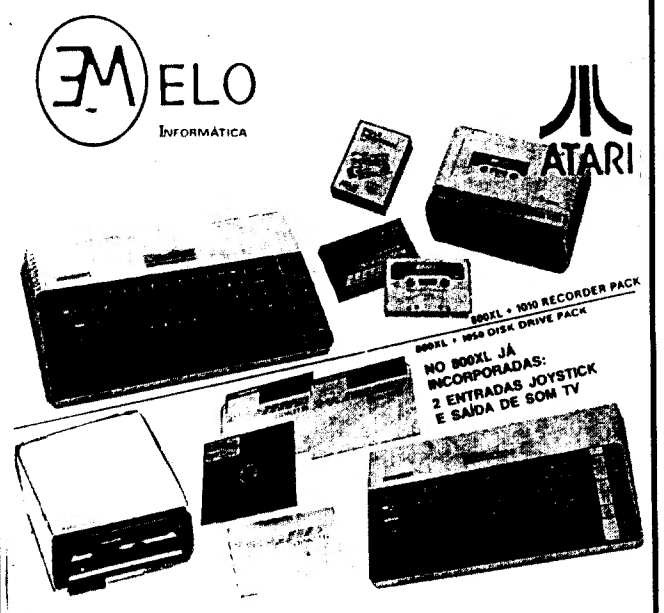
DIA 26 ABRIL — 16 HORAS:
Inauguração do Centro de Dia para a 3.ª Idade e Delegação da Junta de Freguesia de São João da Talha em Vale de Figueira.

DIA 27 ABRIL — 9.30 HORAS:
5.ª Corrida Internacional da Liberdade.
Local: Odivelas.
12 HORAS: Chegada dos participantes na 6.ª Edição Porto-Loures em Cicloturismo.
Local: Junto aos Paços do Concelho, Loures.
17 HORAS: Festival de Ginástica Ritmica com a participação das Equipas da Bulgária (campeã do mundo) e da URSS (vice-campeã do mundo).
Local: Pavilhão Municipal de Odivelas (Bairro Olaio).

DIA 2 MAIO — 21.30 HORAS:
Festival de Ginástica Ritmica com equipas da Bulgária e URSS.
Local: Pavilhão do Sacavenense, Sacavém.

1886-1986
centenário do
município de Loures

EMELO INFORMÁTICA



GRANDE PROMOÇÃO (ATÉ 31/5/86)

ATARI 800XL + GRAVADOR	31 950$00
ATARI 800XL + LEITOR DE DISKETTES	59 950$00
ATARI 800XL + LEITOR DE DISKETTES + PRINTER 1029	89 950$00
LEITOR DE DISKETTES	39 950$00
PRINTER 1029	39 950$00

JOSÉ DE MELO & SILVA, LDA.
ESCRITÓRIO: Rua Bernardim Ribeiro, 15-cave-dta.
LOJA ZODÍACO: Rua Conde Redondo, 5-loja C
LOJA MELO: Rua Gonçalves Crespo, 18-C (inaugurada em 1-10-85)
Tel. Zodiaco: 549904 — Tel. Melo: 525669 — 1100 LISBOA

EMELO INFORMÁTICA

RESPONDA CORRECTAMENTE
AS QUESTÕES POSTAS E GANHE
UM ATARI 800 XL
(Responda com uma cruz)

-QUEM É O REPRESENTANTE OFICIAL EM PORTUGAL DA MARCA ATARI ?
-QUAL O TEMPO DE GARANTIA DOS COMPUTADORES ATARI ?
_ 3 Meses _ 6 Meses
_ 12 Meses _ 24 Meses
-QUANTOS MODELOS ATARI CONHECE ?
_ 1 Modelo _ 3 Modelos
_ 2 Modelos _ 4 Modelos
-QUANTAS TECLAS TEM O 800 XL ?
_ 82 Teclas _ 74 Teclas
_ 57 Teclas _ 40 Teclas
-QUANTAS CORES TEM O 800 XL ?
_256 Cores _128 Cores
_ 16 Cores _ 8 Cores
-QUANTOS CANAIS DE SOM TEM O 800 XL ?
_ 4 Canais _ So Beep
_ 1 Canal _ Sem Som
-QUAL O COMPUTADOR COM 128 K ?
_ Spectrum + _ TC 2048
_ Atari 130 XE _ TC 2068

VALIDO ATÉ: 19/05/86
COLE NUM POSTAL DOS CTT E ENVIE PARA:

JOSÉ DE MELO & SILVA, LDA.
Escritórios: Rua Benardim Ribeiro, 15
Loja: Zodiaco: Rua Conde Redondo, 5 Loja C
Loja Melo: Rua Gonçalves Crespo, 18-C
Tel. Zodiaco: 54 99 04 — Tel. Melo: 52 56 69 — 1100 LISBOA

HÁ DOZE ANOS?

O Presidente da República, Mário Soares, estava exilado em Paris à data do 25 de Abril de 1974. Tinha então 49 anos.

Durante o seu exílio político no estrangeiro, **Mário Soares,** que foi até há dois meses, secretário-geral do PS, leccionava nas universidades de Vincennes e de Sorbonne.

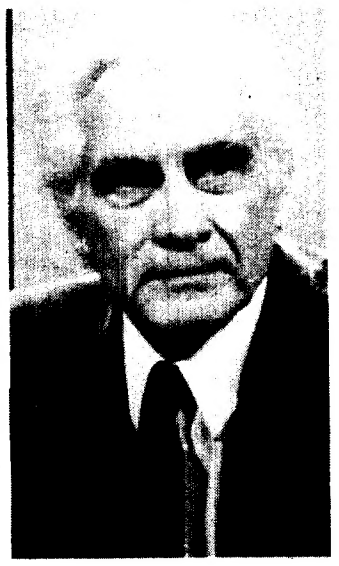
Exilado político no estrangeiro estava também o secretário-geral do PCP, **Álvaro Cunhal.** Há quem diga que o líder comunista estava na Checoslováquia, há quem diga também que estava na capital francesa com Sérgio Vilarigues. Tinha 60 anos.

Os dois candidatos à liderança do PS estavam em sítios diferentes. **Jaime Gama,** com 26 anos, participou no 25 de Abril, na Figueira da Foz, na unidade em que se encontrava a prestar serviço militar. **Vítor Constâncio,** com 30 anos, concluía na Inglaterra um curso pós-graduação em economia

Hermínio Martinho, presidente do PRD, tinha 28 anos e era capitão miliciano em Angola. Desempenhava as funções de adjunto do comando do sector operacional de Cabinda.

Finalmente, **Adriano Moreira,** com 51 anos, era professor no Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas Ultramarinas (ISCSPU) e também no Instituto Superior Naval de Guerra.

Mário Soares: *exilado em Paris*

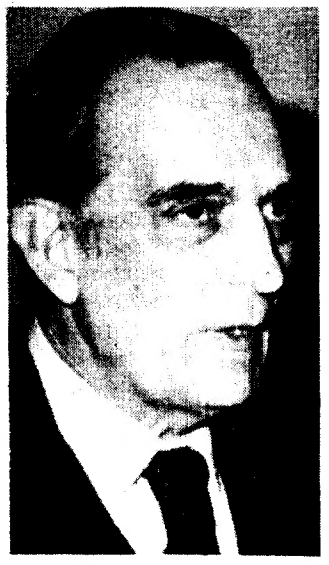


Alvaro Cunhal: *na Checoslováquia ou em Paris...*

Jaime Gama: *na Figueira, como militar*

Vítor Constâncio: *na Inglaterra a estudar*

Hermínio Martinho: *em Angola, como militar*



Adriano Moreiro: *professor no ISCSPU*

GERAP

ARQUITECTURA E ENGENHARIA

Fundada em 1976 a GERAP ultrapassou as duas centenas de clientes e ultrapassou as três centenas de título de trabalho.
O seu quadro de 27 técnicos em regime de exclusividade possui uma experiência vasta e diversificada que coloca ao serviço das entidades dos sectores público, privado e cooperativo.

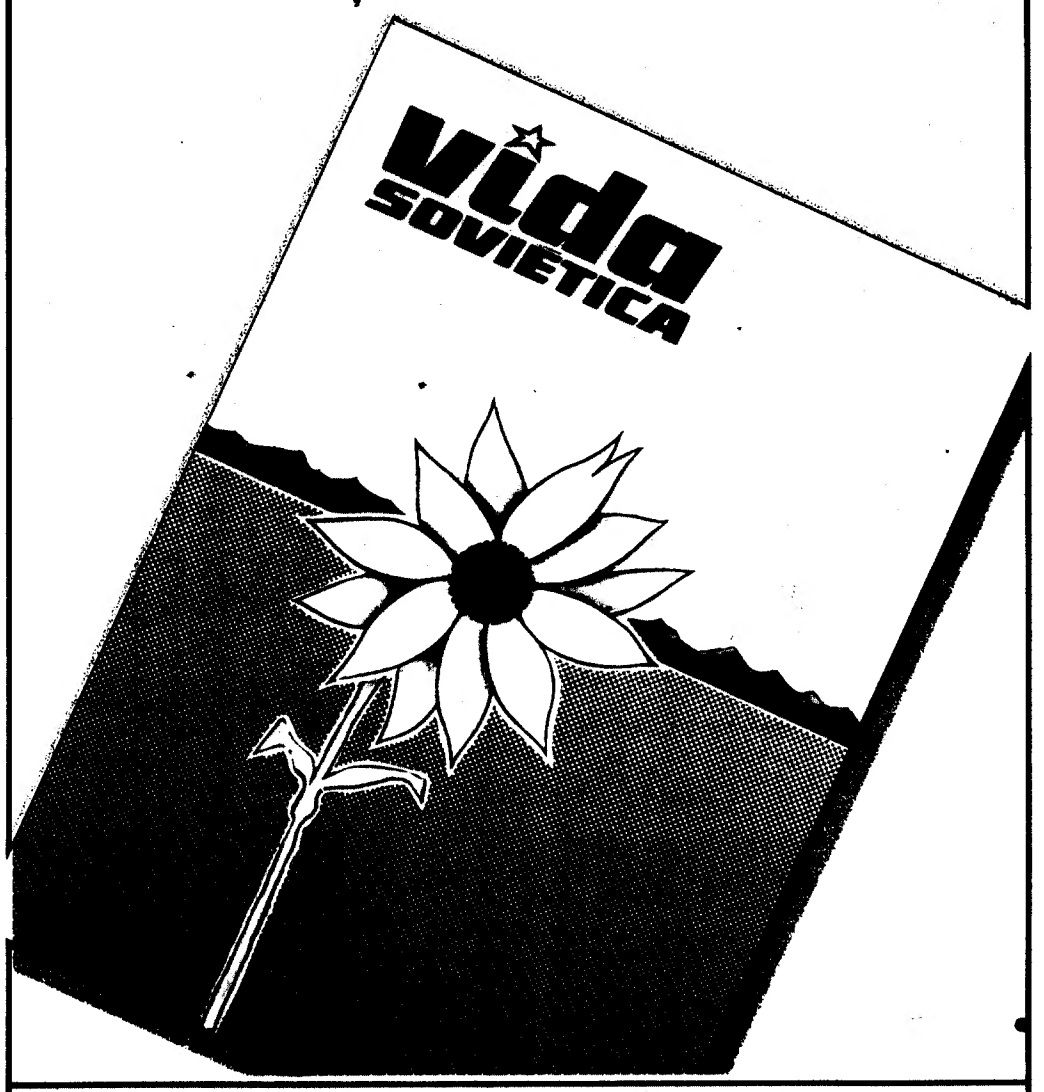
PLANOS REGIONAIS, CONCELHIOS E LOCAIS (GERAIS E DE PORMENOR) LOTEAMENTOS, RECUPERAÇÃO DE CLANDESTINOS E ZONAS DEGRADADAS.

PROJECTOS DE INFRA-ESTRUTURAS — arruamentos, redes de águas, esgotos domésticos e pluviais, electricidade,; prospecção e captação de águas, estações de tratamento de esgotos.

PROJECTOS DE EDIFÍCIOS — arquitectura, estruturas, águas, esgotos, electricidade, electromecânica nos sectores de habitação, equipamentos, indústrias, escritórios e turismo.

GERAP CENTRO DE ESTUDOS COOPERATIVOS DE ORGANIZAÇÃO E PROJECTOS, CRL
RUA ANTÓNIO PATRÍCIO, 23, 10.°-A — TELEFS. 730220 - 734058 — 1700 LISBOA
FILIAL EM ÉVORA: RUA SERPA PINTO, 94/94-A — TELEF. 28756 — 7000 ÉVORA

O COMPLEMENTO NECESSÁRIO DA SUA INFORMAÇÃO



Assinaturas (pagamento adiantado por cheque ou vale de correio): 1 ano (12 numeros) — 200$00 • 2 anos (24 números) — 350$00 • 3 anos (36 numeros) — 500$00 • Preço de capa — 50$00 • **Distribuição, assinaturas e vendas de números atrasados:** Central Distribuidora Livreira (CDL) — Avenida Santos Dumond, 57, 2.° — 1000 Lisboa • 77 98 25 - 77 98 28

O Ensino e o 25 de Abril

Doze anos depois a escola continua a reproduzir desigualdades sociais

Manuela Alves

As medidas adoptadas depois do 25 de Abril no sector do ensino visaram a democratização da escola em termos de acesso e de sucesso da população escolar e a sua preparação para a vida activa.
A partir de 76 algumas contramedidas foram tomadas que ficaram também a meio caminho do objectivo que se propunha alcançar.
Se mais não avançaram, isso ficou-se a dever à única conquista até agora inabalável deste sector: a liberdade conquistada com o 25 de Abril pela classe docente de se organizar em associações sindicais e assim agir conjuntamente.
Desta trajectória de doze anos nos fala a professora do ensino secundário Manuela Esteves, vice-presidente do Sindicato dos Professores da Grande Lisboa e membro da comissão executiva do Secretariado Nacional da Federação Nacional dos Professores.

E também houve, em doze anos, alguns funerais

— Antes do 25 de Abril havia um único sindicato dos professores, corporativo, no qual se podiam filiar só os professores do ensino privado. Os do ensino oficial, tal como os funcionários públicos, não tinham esse direito. E foi unida, através das estruturas sindicais, que a classe docente conseguiu não só conquistar melhores condições de trabalho, mas também opor-se a medidas ministeriais que visavam o retrocesso. É por isso que, apesar de todas as críticas, apesar do que está mal, do que se propõe e não se consegue alcançar, o que ainda pesa mais na minha opinião é o aspecto positivo, o que se tem conseguido fazer — começou por afirmar Manuela Esteves.

— Concretamente quais as medidas que o 25 de Abril introduziu no ensino visando a sua democratização?

— Do meu ponto de vista, com o 25 de Abril abriram-se expectativas de alargamento para a sociedade portuguesa de os seus jovens frequentarem a escola por mais tempo. Especialmente as camadas trabalhadoras passaram a ter uma expectativa maior em relação à resposta do sistema escolar para os seus filhos. A consequência lógica disso foi o aumento substancial da população escolar em termos de maior número de matrículas no ensino preparatório e no secundário.

Algumas medidas foram tomadas entre 74 e 76 para se conseguir anular até certo ponto a discriminação nesse acesso à escola. Por exemplo, no domínio da acção social escolar, a criação das redes de transporte, sobretudo nas zonas rurais; o programa do suplemento alimentar no ensino primário, que consistia na distribuição às crianças de uma mini-refeição; a concessão de maior número de bolsas de subsídios, como, por exemplo, o subsídio para material escolar, entre outros.

Unificação do secundário e gestão democrática

— Outra medida foi a unificação do ensino secundário, que acabou com a distinção entre ensino liceal e ensino técnico vigente no antigo regime e criou um tronco comum de escolaridade entre o primeiro ano do ensino primário e o nono ano do secundário. A unificação é importante porque até ao 25 de Abril a existência de duas vias a partir dos 10 anos significava não uma opção concreta do jovem mas uma discriminação social: os que tinham maiores expectativas de prosseguir os estudos iam para o liceu, os filhos dos trabalhadores, nomeadamente, iam para o ensino técnico industrial ou comercial.

Fez-se ao mesmo tempo uma redefinição dos conteúdos dos programas introduzindo no antigo ensino liceal as áreas tecnológicas.

— Foi esse o único sentido da alteração dos conteúdos dos programas?

— Foram também alterados os conteúdos dos programas sobretudo das disciplinas em que o fascismo mais esforçadamente vinculava a sua ideologia como, por exemplo, História e Organização Política e Administrativa da Nação.

— A democratização do ensino teve, obviamente, de passar também por uma nova forma de organização da escola e das condições de trabalho dos professores. Quais as alterações que aí se verificaram?

— Uma alteração fundamental foi a gestão democrática das escolas, uma conquista dos professores que pôs fim à gestão dos reitores e directores e permitiu a eleição de órgãos colectivos: os conselhos directivos e pedagógicos. Esta gestão democrática passou a ser aplicada nas escolas do ensino preparatório e secundário e do ensino superior, mas nunca teve expressão importante no ensino primário, em parte devido à dispersão das escolas e à existência de muitas escolas com um só professor, entre outras razões.

A situação dos professores alterou-se muito positivamente, quer pelas novas condições de existência de liberdade para o exercício da profissão, quer pela significativa melhoria da sua situação salarial que em 75 foi notória. Nesse ano, os salários dos professores foram equiparados aos dos trabalhadores da Função Pública com idênticas habilitações. Os aumentos salariais dos professores do ensino primário, os mais mal pagos no antigo regime, rondaram a média de 80 por cento em 75. O corpo docente ganhou uma maior estabilidade pelo alargamento de quadros e aumento do número de professores profissionalizados.

Escolaridade obrigatória mais baixa da Europa

— Mas doze anos depois do 25 de Abril as expectativas então criadas surgem, eu diria, substancialmente cortadas. Quais as razões?

— São duas as razões fundamentais: por um lado, têm-se degradado — e mantido degradadas — as condições de acesso e de sucesso dos estudantes, isto é, não foi alcançada a democratização do sistema de ensino. Continuamos a ter a escolaridade obrigatória mais baixa de toda a Europa — apenas 6 anos e nem esses são cumpridos por todos os jovens. As estatísticas mais actualizadas, referentes a 83, indicam que 20 por cento das crianças portuguesas não cumpriram nove anos de escolaridade obrigatória, o que constitui uma situação no mínimo lamentável.

Por outro lado, a escola não responde de forma adequada ao problema das saídas profissionais dos jovens porque não lhes fornece uma base de conhecimentos suficiente que depois facilite a aquisição duma formação profissional.

Nós entendemos que a escola deve fornecer as bases para essa aquisição, o que significa que deve haver articulação entre a escola e as saídas profissionais.

Os programas, tal como existem, estão desajustados quer em termos da sua continuidade quer em termos da sua aplicação, a alunos com diferentes níveis de maturação.

A situação dos professores alterou-se muito positivamente, quer pelas novas condições de existência de liberdade para o exercício da profissão, quer pela significativa melhoria da sua situação salarial que em 75 foi notória. Nesse ano, os salários dos professores foram equiparados aos dos trabalhadores da Função Pública com idênticas habilitações. Os aumentos salariais dos professores do ensino primário, os mais mal pagos no antigo regime, rondaram a média de 80 por cento em 75. O corpo docente ganhou uma maior estabilidade pelo alargamento de quadros e aumento do número de professores profissionalizados.

Se associarmos esta situação a uma situação recessiva de empregos, verificamos que os jovens não têm estímulo imediato para o trabalho escolar que realizam porque a perspectiva que se lhes abre quando concluem a formação escolar, é a de ficarem no desemprego. Não nos esqueçamos que 75 por cento dos que procuram o primeiro emprego são jovens menores de 25 anos.

— O que lhe parece que nas actuais condições se podia fazer para ser recuperada a democratização da escola?

— Deviam ser lançadas medidas cautelares, sobretudo no domínio da acção social-escolar, através de subsídios, bolsas, etc. Tal como está actualmente, a escola portuguesa continua a reproduzir as desigualdades sociais; os seus certificados são, no fundo, atestados do nível social a que a criança e o jovem pertencem.

Verbas reduzidas

— Mas oficialmente isso deve-se a falta de verbas, à chamada «crise». Concorda?

— Na minha opinião, o aspecto mais negativo da orientação política para o Ensino é o de não o ter privilegiado com a importância que tem no desenvolvimento do país. A demonstrá-lo está a persistente redução das verbas do OGE para a Educação, entre 1976 e 1985. Depois de em 1973 a percentagem do OGE para a educação ter sido de 10 por cento e de ter crescido de forma muito significativa em 75 e 76 até alcançar os 18 por cento, a partir de 76 foram sendo cada vez mais reduzidas as percentagens orçamentais até chegar aos 10 por cento em 1985...

Consequência desse facto: falta de escolas, sobretudo nos ensinos preparatório e secundário, visto que o parque escolar do ensino primário passou para as autarquias e estas vão fazendo o que podem; quebra permanente dos salários dos professores, reduzindo cada vez mais o seu poder de compra, quase nunca acompanhando a inflação. Entre 76 e 85 a perda do poder de compra dos professores situa-se numa média de 40 por cento.

— Uma das críticas frequentes ao ensino actual incide sobre a preparação deficiente dos professores.

— Aí, há falta de meios materiais tem-se somado a falta de competência de sucessivos ministérios para organizar a formação profissional dos professores que não a possuem e a formação contínua de todos.

Lei de Bases — sucessivos adiamentos

— Outra grande falha que se aponta ao ensino de depois do 25 de Abril é a inexistência da Lei de Bases. Que factores impediram que fosse aprovada, embora tenham sido entregues na Assembleia da República cinco projectos de Leis e só agora tenham sido postos à discussão pública?

— Como grande traço de toda esta situação pode dizer-se, de facto, que tem feito falta a existência de uma lei geral para a educação que sistematize aquilo que é positivo e que é de manter e introduzir nas estruturas dos sectores que têm de ser alterados. A discussão dos projectos tem sido adiada porque não foi conveniente para sucessivos governos e maiorias parlamentares, uma vez que dessa forma os ministros ficam com mãos livres

Continua na pag. 7

MAIS RÁPIDO E MAIS ECONÓMICO
GIBEL
o seu cabeleireiro
Agora às 3.as/4.as e 5.as-feiras a partir das 16 h, DESCONTO DE 20% nos preços dos n/serviços
CALÇADA DO SACRAMENTO, 38-S/L
DAS 08.00 ÀS 20.00 H.
Abolida a gratificação

«O aspecto mais negativo da política para a educação é o de não privilegiar com a importância que tem no desenvolvimento do País»

Houve três ministros que fizeram memória

Continuação da pág. 6

para orientar a sua gestão da maneira que lhes apetece, sem compromissos, sem orientação de fundo. A não existência da Lei de Bases tem-se traduzido na publicação de legislação avulsa em catadupas, muitas vezes contraditória entre si, o que é evidentemente negativo.

Por exemplo: o ex-ministro Vítor Crespo apeteceu-lhe criar o ensino politécnico, o décimo segundo ano. O ex-ministro Seabra criou o ensino técnico profissional. Foram medidas tomadas unilateralmente, sem debate, sob a capa de experiências pedagógicas.

— No entanto, existe um decreto-lei ainda do regime fascista que legaliza as experiências pedagógicas e que nunca foi revogado.

— Fazer experiências pedagógicas em si não é negativo, pelo contrário, penso que devem fazer-se. Mas esse decreto-lei tem servido de capa a alterações de fundo das estruturas, alterações que não fazem parte de um todo coerente e isso é que é criticável.

Os 3 ministros de triste memória

— Referiu-se, de passagem, negativamente, a dois ministros da Educação. Quais os titulares da Educação que depois do 25 de Abril tiveram acção mais criticável?

— Para os professores há três ministros cuja acção é considerada particularmente negativa: Mário Sottomayor Cardia, Vítor Crespo e José Augusto Seabra e, apesar do distanciamento criado pelo tempo, não há razões para considerar que o balanço deixou de ser negativo.

A acção dos três teve um traço comum: agiram de forma autoritária, por vezes mesmo prepotente, sem quererem ouvir a opinião dos professores e sem quererem negociar com as organizações sindicais.

Em termos de distinção entre eles, o ministério Cardia visava eliminar quase tudo o que de mais positivo e inovador se fez no ensino em 74 e 75.

Por exemplo: o ensino unificado, que estava ainda em fase de implementação, sofreu uma alteração dos seus conteúdos no sentido da sua licealização, ou seja, passaram a predominar nele, claramente, os conteúdos essencialmente teóricos como no antigo ensino. Por isso voltámos a ouvir muitos pais dizerem que os filhos andam na escola até ao nono ano e não aprendem nada. Como consequência, a área tecnológica está actualmente reduzida aos Trabalhos Oficinais.

O ministério Cardia também reduziu de algum modo a gestão democrática das escolas através do Decxreto-Lei 767/76 que dá um peso excessivo à autoridade do presidente do Conselho Directivo nas escolas do ensino preparatório e do secundário.

Tentou ainda considerar ilegal a primeira greve de professores depois do 25 de Abril — em 1978, com um despacho que ameaçava de sanções disciplinares os professores que cumprissem a greve... e esta tinha por objectivo exigir a prática do direito à negociação e à renovação automática dos contratos plurianuais. Não nos esqueçamos que 82 por cento dos professores do reparatório e secundário eram eventuais. O ex-ministro Vítor Crespo começou por se apresentar muito dialogante e a partir de certa altura nem os problemas que já estavam em fase final de negociação resolvia. Tentou acabar com a gestão democrática das escolas e nesse sentido chegou a apresentar um projecto segundo o qual as escolas passavam a ter um gestor nomeado pelo Ministério da Educação. Mas essa perspectiva causou tal celeuma que até os professores conservadores reagiram contra ela. É que os professores sabem bem o que foi o tempo do reitor, quando para se falar com o «sr. reitor» sobre problemas da escola era quase preciso um requerimento em papel selado.

Vítor Crespo institucionalizou o ensino técnico e em 1980 tentou fazer passar na Assembleia da República, sem discussão, uma Lei de Bases do Sistema Educativo que nem o PSD, partido a que o ministro pertencia, considerava como sua. Isto é, tratava-se mesmo de um «projecto Vítor Crespo». Quanto a José Augusto Seabra foi a total inoperância, a total incapacidade de resolver os problemas mais simples. Foram dois anos sem nada resolver e isso é o pior que pode acontecer porque quando saiu do Ministério deixou tudo bem enovelado. Por exemplo, vários meses depois da data oficial da abertura do ano lectivo, havia ainda 5600 alunos, a nível nacional, sem aulas.

Continua na pág. 8

Parque de Campismo de Milfontes

Um magnífico parque, situado numa zona de pinhal

•

SUPERMERCADO – APARTAMENTOS – BAR
RESTAURANTE – SALA DE CONVÍVIO

•

APARTAMENTOS PARA 4 PESSOAS:

JULHO, AGOSTO E SETEMBRO	2500$00
RESTANTES MESES	2000$00
ALUGUER DE CARAVANAS	1100$00

•

IMPECÁVEIS INSTALAÇÕES SANITÁRIAS
LAVANDARIA E ZONA DE ENGOMADOS

•

UM BOM LOCAL PARA AS SUAS FÉRIAS
OU FINS-SE-SEMANA

Telefs. 9 61 04 e 9 61 40 — **7645 Vila Nova de Milfontes** — Portugal

UGT
PORTUGAL

25

DE ABRIL

SEMPRE!

As verbas, sempre as verbas...

Continuação da pág. 7

Ensino superior: mais selectivo

— Que se passou no ensino superior relativamente à democratização, conquistas dos professores, formação profissional?

— A nível superior as coisas foram mais complicadas. Houve a expectativa de aumentar o peso dos jovens provenientes das classes trabalhadoras que antes do 25 de Abril representavam apenas 4 por cento da população universitária. Isso teve também a ver com o preceito da Constituição da República aprovada em 76 que preconizava o favorecimento do acesso dos filhos das classes trabalhadoras ao ensino superior.

Mas o ensino superior é hoje socialmente mais selectivo do que foi nos últimos anos do regime deposto. Penso que hoje nem 4 por cento dos filhos dos trabalhadores frequentam o ensino superior.

— O que torna o ensino superior tão selectivo?

— Têm sido vários os obstáculos, desde o ano propedêutico e a prova de serieção do décimo segundo ano, ao «numerus clausus» baseado em critérios não transparentes passando pelo aumento dos anos no ensino secundário, o aumento dos encargos e o baixo nível dos apoios sociais. Com este condicionalismo, o universo de recrutamento dos alunos do ensino superior é cada vez mais reduzido.

— Quanto a saídas profissionais o ensino superior não tem estado a formar excesso de quadros científicos e técnicos em relação às necessidades do País. Antes pelo contrário: algumas situações de desemprego de licenciados que recentemente começaram a surgir, nomeadamente nas áreas de Humanísticas, resultam de não ter havido a necessária criação de postos de trabalho nestes domínios. No caso dos licenciados em Humanísticas, deviam ser criados mais postos de trabalho no ensino com a abertura de mais escolas, por exemplo.

Penso que, independentemente de casos pontuais, a qualidade do ensino superior português é boa ou, pelo menos, aceitável. A prova é que licenciados portugueses que fazem por exemplo a pós-graduação em instituições estrangeiras não vêem a qualidade da sua formação questionada por essas instituições. Pelo contrário.

— Bom, aí o que falha é o incentivo à investigação científica. As verbas destinadas à investigação científica em Portugal são as mais baixas da Europa. São, portanto, mais do que insuficientes para acompanhar a evolução do século XX, sobretudo nas áreas científicas e tecnológicas, o que necessariamente tem consequências nos conteúdos do ensino, que não se renovam tão depressa quanto deviam.

As verbas escassas têm também consequências graves no desenvolvimento das carreiras dos próprios docentes do ensino superior, que não dispõem assim das condições necessárias para percorrerem as etapas da sua carreira ligadas ao trabalho da investigação. O nosso corpo de investigadores é reduzido, não há condições materiais para os contratar e faltam os tais incentivos. Por todas essas razões e embora exista no nosso país a carreira de investigador, muitos emigram.

— Os programas do ensino ministrado na Universidade portuguesa são suficientemente actualizados com vista ao desenvolvimento do País?

Perspectivas não bastam

— Com a perspectiva da discussão e aprovação de uma Lei de Bases do Sistema Educativo ainda na presente sessão legislativa e o reforço das verbas do OE para a Educação com a quantia de meio milhão de contos destinada à acção social-escolar, parece-lhe que o Ensino retomará finalmente um rumo ascendente?

— As perspectivas de resolução dos problemas da Educação parecem-nos neste momento melhores se tivermos em conta a importância que a Assembleia da República tem estado a dar aos problemas deste sector. É significativo que tenham agendado para discussão cinco projectos de Lei de Bases apresentados pelo PCP, MDP, PRD, PS e PSD. Mas são apenas perspectivas. Não basta aprovar uma Lei de Bases, é preciso tomar medidas que se traduzam no progresso, desenvolvimento e democratização do sistema. Nós, Fenprof, falamos da necessidade de um plano de desenvolvimento a médio prazo que sistematize as prioridades e os meios necessários ao cumprimento dessas prioridades. Esse tema será tratado desenvolvidamente no nosso II Congresso, em Maio.

Ainda não foi possível fazer desaparecer as desigualdades

CÂMARA MUNICIPAL DO CONCELHO DE ALVITO

SAUDAÇÃO

Comemoram-se nesta data 12 anos sobre o virar de uma página importante na história do nosso País.

Sobre a euforia e os excessos dos primeiros tempos prevaleceu o bom senso, tornado liberdade e democracia irreversíveis.

Ao fim de uma ditadura, uma vontade maioritária e indómita disse não a outra de roupagens diferentes, a que não faltou um canto de sereia.

A um novo isolamento soubemos encontrar o caminho da Europa e do mundo democrático. Somos um País e um povo respeitados. De todo o mundo recebemos visitantes e comitivas, a todo o mundo enviamos as nossas Embaixadas. Abrimos as portas e outras nos foram abertas.

Se muito ainda há para fazer, e cremos que sim, acreditamos nas nossas potencialidades, na cooperação e no desenvolvimento, tornados desafios com a nossa integração Europeia.

Saudamos esta data com a certeza que um povo que soube encontrar o seu caminho, saberá igualmente desenhar o seu futuro.

ARMAZÉNS DE MÓVEIS

BEIRA RIO

DE

ANTÓNIO CARLOTO

MÓVEIS EM TODOS OS ESTILOS
PARA VOSSO INTERESSE
CONSULTEM OS NOSSOS PREÇOS

Rua Miguel Bombarda,

VENDAS n.os 222 e 222-A Telef. 207 24 48

Rua Serpa Pinto, 43 e 45 BARREIRO

Poder local: doze anos de caminhos e descaminhos

O décimo segundo aniversário do 25 de Abril coincide com a primeira década de existência em Portugal do Poder Local Democrático. Democrático, porque os Homens que, desde há 10 anos dirigem as autarquias, foram eleitos pelos seus concidadãos, no cumprimento de uma conquista de Abril. Democrático, pelas transformações operadas em prol das populações, pela mudança que cidades, vilas e aldeias conheceram. Democrático, também, pela possibilidade que os munícipes têm de fiscalizarem as actividades dos eleitos, de seguirem as acções dos autarcas, de verem cumpridas as suas mais antigas aspirações. Mas, apesar das evidentes transformações e sucessos que a actividade do Poder Local tem vindo a alcançar, muito está por fazer. Da escassez de verbas aos choques com o Poder Central, da aplicação de critérios pouco claros ás necessidades de uma nova Lei das Finanças Locais, dos problemas concretos à limitação que os autarcas sentem ás suas competências, vai uma diversidade de situações que urge solucionar. E, se para muitos, a acção do Poder Local é a conquista de Abril que mais perdura junto do povo português, é necessário aprofundar essa acção renovadora, iniciar a descentralização que a Constituição proclama mas que a inépcia dos Governos tem adiado. Numa ronda por quatro concelhos, o «DL» abordou com autarcas de perfis politicos diferenciados as suas relações com o Poder Central, as carências que ainda hoje subsistem nos seus Municipios, os planos para um futuro melhor. Escutámos denúncias preocupantes, ouvimos palavras amargas sobre a realidade presente, recolhemos opiniões de esperança para o futuro em homens que dirigem os destinos das suas comunidades, eleitos pelos seus concidadãos.
E, apesar da multiplicidade dos problemas, das frustrações sentidas, não foi necessário recordar em Santarém, Évora, Guimarães, ou S. João da Madeira que o Poder Local só foi possível graças à Democracia que ainda está por cumprir integralmente em Vizela.

Ladislau Botas, Presidente da Câmara de Santarém

"Sem poder local já se tinham esgotado as promessas do 25 de Abril"

Nuno Ribeiro

Há dez anos consecutivos que a população do concelho de Santarém o elege para presidente da Câmara, duas vezes com maioria relativa, as restantes para liderar um executivo onde o Partido Socialista dispõe de maioria relativa. «É uma região do socialismo democrático», justifica Ladislau Botas que, entre críticas ao poder central, acentua que sem poder local já se tinham esgotado, por não satisfeitas, as promessas do 25 de Abril.

«Como é que um ministro que está em Lisboa sabe o que se está a passar numa freguesia, se nem eu sei...». À mesa do restaurante, depois de um percurso no velho Mercedes que usa para as suas deslocações, trocando cumprimentos com munícipes, Ladislau Botas inicia o «ataque» a um dos temas que prefere: o das relações do poder central com o po-der local.

Adepto da descentralização, defensor da administração directa, o autarca fala da sua acção, da autonomia das juntas de freguesia. «O centralismo é a arma dos tecnocratas«, sentencia, denunciando que «as verbas que hoje as Câmaras estão a receber são de tal forma diminutas que não chegam para nada». «Infelizmente existe um certo saco azul que não é a solução mais correcta para o nosso país», prossegue, sublinhando que «eu próprio fico surpreendido com informações de que fulano ou sicrano recebem verbas para fazer isto ou aquilo».

Neste ponto, Ladislau Botas retoma uma das decisões do último Congresso da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, de que é um dos animadores, defendendo a necessidade de existência de «regras objectivas na distribuição de verbas». «Verificamos que existem apoios internacionais para determinadas áreas porque há interesses nesse sentido, e um favoritismo que não deveria existir», denuncia.

Casos concretos desta situação não refere, e a constatação de dualidades serve, simultaneamente, como ataque e defesa pois, na sua definição «um autarca é um político com uma intervenção e responsabilização muito grandes»: «ao ministro, aos governos, não se assacam as responsabilidades das estradas, quando estas dependem das verbas que eles dêem», enquanto que as autarquias estão na primeira linha do julgamento dos munícipes.

«Poder central e local pensam de forma diferente»

Este julgamento, repetido na ida às urnas, é também tema obrigatório das conversas no concelho, nas trocas de palavras que os munícipes travam com o presidente.

Natural de Santarém, o ex-bancário que ocupa a presidência da Câmara tem consciência desse facto. «Quando entrei na política, fi-lo por ser sindicalista», recorda. Nessa condição, participou no movimento de 1969 como delegado sindical. No seu percurso, está também a militância, durante 20 anos, na Acção Católica Operária, a que se seguiu após o 25 de Abril a adesão ao Partido Socialista. Como autarca, não esquecendo a sua militância no PS, Ladislau Botas afirma-se como um pragmático: «a partir do momento em que sou autarca preocupo-me mais em fazer uma boa política autárquica do que uma política partidária, embora as duas coisas não se possam dissociar».

Assim, revela que trouxe para a política o actual presidente do Partido Renovador Democrático, Hermínio Martinho, «como vereador da Câmara Municipal de Santarém no pelouro dos Mercados e Feiras», e sublinha não estar preocupado por ter perdido a maioria absoluta porque «o exercício da democracia implica o diálogo e todos têm pelouros, ninguém os recusou, todos se responsabilizam». Sentido de equilíbrio de equilíbrio?: «é fundamental, tem que haver um sentido de equilíbrio extraordinário, até porque a Câmara de Santarém tem o PS, o PSD, a APU e o PRD». No entando, para o futuro, «quando estiverem cimentadas as condições democráticas deste País, sou apologista do executivo homogéneo e de um legislativo mais participante».

«Hoje, acho que é preciso uma larga experiência para ser autarca, é mesmo imprescindível», salienta, «pois um autarca novo pode trazer uma nova dinâmica, mas pode ser presa fácil da máquina de influências». Na sua concepção, «o autarca terá de saber que dizer 'não' e 'sim' ao poder central», libertando-se das influências ou clientelismos. «Há um antagonismo constante entre o poder central e o poder local, que não é uma forma de contrapoder, e se deve ao facto de nós pensarmos as coisas de modo diferente», acentua Ladislau Botas. «Nós pensamos em termos de interesse nacional, e o poder central preocupa-se mais com a fachada do Terreiro do Paço; para eles é preciso dar uma ideia de que se fazem coisas, aparecer na televisão, nós temos que as fazer».

«Cacique, eu? Só em beneficio da população»

E desenvolvendo o tema, o presidente da Câmara de Santarém vai mais longe: «eles (figuras do poder central), quando querem ser eleitos têm que vir cá pedir votos... nas aldeias ninguém os conhece.» Por isso, sublinha, «é que eu digo que o Governo não deve esquecer que só em contacto directo com as comunidades os problemas se resolvem; sentir os problemas dos outros, estar na pele deles, isso só cá no sítio, e os governos não se preocupam com os casos do dia-a-dia».

Estas diferenças levam Ladislau Botas a admitir um novo tipo de centralismo, «baixo para cima», que teria como postulado a auscultação das populações. «Se as comunidades não participarem, não forem ouvidas, todas as resoluções são más», refere. Na prática, estas concepções diversas traduzem-se por uma noção mais ampla do trabalho a fazer em prol da comunidade, no caso concreto dos Munícipes de Santarém. «A água, os esgotos, a luz não esgotam, nem de longe nem de perto, a satisfação das ne-cessidades das populações, esta sociedade é democrática, pluralista, mas carece da noção do social». Por isso, sublinha, que «sem poder local já se tinham esgotado, por não satisfeitas, as promessas do 25 de Abril», ou doutro modo, «se não forem os autarcas a corresponderem aos anseios da população, não é o poder central que as resolve, porque em vez de centralizar tem cada vez mais que des-centralizar».

O contacto directo com as realidades e o poder de decisão de que, apesar da escassez de verbas os autarcas dispõem, pode favorecer o aparecimento de uma máquina de influências de âmbito regional. «O autarca, se quiser, pode tornar-se um cacique, mas não deve... ele será cacique porque está com a comunidade.» E, re-ferindo-se à sua experiência pessoal, Ladislau Botas acentua: «eu domino o meu concelho e o meu distrito, domino, domino naturalmente porque estou cá, tenho vivido com esta gente e as coisas acontecem naturalmente.» «O caciquismo é positivo se for em benefício das populações», prossegue, «e quando os autarcas começam a não estar na sua terra, as populações começam a repudiá-lo».

«A cidade e o concelho cresceram com o 25 de Abril»

As flutuações das votações não indicam que o presidente da Câmara de Santarém esteja no grupo dos que perderam a confiança dos munícipes. São dez anos de presidência da edilidade, do inventariar das carências, da resolução de problemas, da frustação pela «falta de coragem política de se efectuar uma real des-centralização».

Um balanço que é, no entanto, positivo pois, «se não viesse o 25 de Abril estavámos à espera que se fizessem uns dois quilómetros de estrada por ano». A contabilização das realizações ainda não é aquela que o presidente da Câmara gostaria de referir. Se foram construídas mais de 70 salas de aulas para as escolas primárias, falta acabar o abastecimento de água, completar a rede de esgotos que contempla apenas oito das 27 freguesias, a maioria das quais rurais. «Este último, trata-se de um projecto FEDER (Fundo Europeu de De-

Continua na pag. 10

Escola Prática de Cavalaria: daqui saíram os tanques a 24 de Abril de 1974

Santarém: sem 25 de Abril...

Continuação da pág. 9

senvolvimento Regional) e abrange ainda a construção de uma estação de tratamento de esgotos, que segundo pensamos estão aprovados», revela. A este propósito, Ladislau Botas sublinha que a Câmara Municipal de Santarém apresentou seis propostas, num valor global de cerca de um milhão de contos. Os restantes cinco relacionavam-se com a transferência da Feira Nacional da Agricultura, a edificação de um mercado-modelo de gado, a construção da rede de esgotos de Alcanhões Vale Figueira e a realização de um caminho municipal para ligar Ribeira a Vale - Figueira.

Outros planos têm menção «urgente» e, na preocupação de ir ao encontro da perspectiva social, que diz estar esquecida, o edil coloca em lugar de destaque entre as prioridades o fim das obras no Cine-Estúdio e o arranque de uma verdadeira biblioteca municipal.

Num olhar sobre todo o concelho, para além do crescimento da população da cidade, que passou de 20 para 30 mil habitantes, a constatação de que na zona agrícola «houve alguma mexida, mas há muito para fazer e muito pouco se tem feito, essencialmente uma revolução cultural que altera a divisão da propriedade», e que o «crescimento industrial, devido a dificuldades financeiras, está parado». Socialmente, sublinha Ladislau Botas, «uma grande percentagem da população vive razoavelmente, havendo uma percentagem mínima que vive muito bem e outra que vive muito mal». «Em relação a antes do 25 de Abril, não há comparação possível», refere, indicando «que os salários em atraso que existem no concelho se devem ao oportunismo das entidades patronais, uma vez que não existem razões económicas para essa situacão».

Doze anos depois dos tanques da Escola Prática de Infantaria, fronteira à Câmara, terem passado os portões de ferro abrindo em Lisboa as portas da Liberdade, o presidente da edilidade é peremptório: «Santarém beneficiou com o 25 de Abril de uma maneira espectacular: o concelho teve um «rebentar pelas costuras», a cidade e o concelho cresceram.»

Festivais e Feiras: "dar qualidade de vida à população"

«A nossa preocupação é dar qualidade de vida à população, o que também tem a ver com a cultura popular, com o que o povo gosta». Este postulado preside, segundo Ladislau Botas, ao planeamento e desenvolvimento de uma série de iniciativas que se tornaram ponto obrigatório de referência quando se fala de Santarém. «Não cabe aos autarcas serem eles a escolher, vamos, sim, ao encontro do desejo da comunidade; toda a actividade cultural do nosso concelho está assim programada», refere o presidente da Câmara Municipal de Santarém.

De Janeiro a Novembro, apenas com uma interrupção de três meses, durante o Verão, sucedem-se, anualmente em Santarém iniciativas que, para além de irem ao encontro das opções da população são uma boa forma de promover o turismo.

É um calendário extenso, iniciado em Janeiro com as Jornadas Culturais do concelho que, durante os primeiros três meses, envolvem diversas actividades, com especial destaque para as trocas culturais entre as freguesias, método que visa assegurar que em todos os fins-de-semana do primeiro trimestre ocorram actividades culturais em todo o concelho.

Em Março têm lugar, também, as actividades ligadas ao dia da cidade, uma iniciativa de carácter popular, com música e uma romaria popular.

Abril assiste ao Festival Internacional de Cinema e Defesa do Meio Ambiente, e as últimas semanas do presente mês e os primeiros dias de Maio são ocupados pelo Festival Internacional da Flor. Em Junho, antes do período de interrupção, decorre a Feira Nacional da Agricultura, e Outubro e Novembro são os meses anfitriões do pioneiro Festival de Gastronomia, sempre acompanhado por uma mostra de artesanato.

Um conjunto de iniciativas só possível, como acentua Ladislau Botas, pelo 25 de Abril: «muitas destas iniciativas estariam paradas pelo controlo central e político».

AUTO QUELUZENSE
COOPERATIVA DE TÁXIS DE QUELUZ

TÁXIS SERVIÇO PERMANENTE
APOIO DE Rádio-Telefone

TELEF.: 958851

RUA BASTOS NUNES, 66 (traseiras Garagem M.N.)
2745 QUELUZ

"O 25 de Abril fez-me autarca"

— diz o presidente da Câmara de S. João da Madeira

Julio Rodrigues
Fotos de Bruno Neves

«Se não fosse o 25 de Abril não faria parte deste plantel, pois foi o 25 de Abril que veio abrir esta oportunidade ao povo de participar activamente na vida da sua terra», confessa-nos Manuel Alhambra, o responsável máximo pela autarquia de S. João da Madeira. E prosseguiu: «Foi o 25 de Abril que veio dar força a esse mesmo povo para eleger livremente, sem peias nem mordaças, quem muito bem entende e admite defenderos seus interesses».

«Apesar das pessoas dizerem que não precisamos de nada, que temos tudo, o certo é que S. João da Madeira e as suas gentes carecem de grandes infra-estruturas. O nosso sonho é tornar esta cidade de 25 mil pessoas, mas onde trabalham sessenta mil, o epicentro de uma vasta zona, abrangendo os concelhos circunvizinhos. Mas, para isso, precisamos urgentemente de grandes infra-estruturas», entende, sobre a situação actual, o presidente da Câmara Municipal do mais pequenos (e também mais industrializado) concelho do distrito de Aveiro. S. João da Madeira, cidade-concelho apenas com uma freguesia, sete quilómetros quadrados de área, é de facto, o mais pequeno concelho daquele distrito, contrastando — de resto — com um outro que lhe é adjacente, o de Vila da Feira (hoje Santa Maria da Feira), que administra trinta e duas freguesias.

Cresceu muito, quer industrial quer populacionalmente, S. João da Madeira, depois de 25 de Abril de 1074. E, apesar da falta de infra-estruras apontadas por Manuel de Almeida Cambra — o homem que levou a Associação Desportiva Sanjoanense à I Divisão em 1962/63 —, resolveu alguns dos seus problemas de base. Dois deles para aguçar o apetite: a instalação de semáforos em vários pontos da cidade, designadamente na Estrada Nacional n.º 1 (que atravessa ao longo de cerca de dois quilómetros) e, posteriormente, o desvio do grosso do grande trânsito da própria cidade, com a construção de uma variante que tem preservado a segurança dos sanjoanenses ao afastar o tráfego da en Porto-Lisboa e vice-versa. Variante a inaugurar em Maio que vem, mês festivo em S. João da Madeira, que comemora o seu 2.º ano de elevação a cidade no dia 16.

Acompanhando a satisfação desta reivindicação e no sentido de imprimir um novo ordenamento ao próprio trânsito da cidade, a Câmara Municipal comprou vários parcómetros há cinco anos, mas nõs os montou, por razões que não nos foram explicitadas. Mas quando Manuel de Almeida Cambra um independente em que o CDS apostou forte, industrial da construção, civil e apaixonado (profissional) pela decoração, foi (intercaladamente) eleito presidente em 15 de Fevereiro de 1984, o figurino alterou-se. Era preciso ter coragem para os instalar: ele fê-lo. «Quando me meto seja no que for, e isto sem desprimor para qualquer outro sanjoanense, que diga respeito a S. João da Madeira, o sangue ferve-me nas veias», di-lo ao repórter do «Diário de Lisboa», na sua mesa de trabalho.

Manuel de Almeida Cambra, eleito presidente da CM de S. João da Madeira em 15 de Dezembro último para o seu primeiro mandato integral (confirmando o triunfo das eleições intercalares de Fevereiro de há dois anos), conserva ainda ares do desportista que foi ao serviço da Sanjoanense, como seu presidente, em várias épocas. Os cabelos brancos de hoje são os mesmos que há vinte anos atrás, quano não sonhava ser presidente da edilidade.

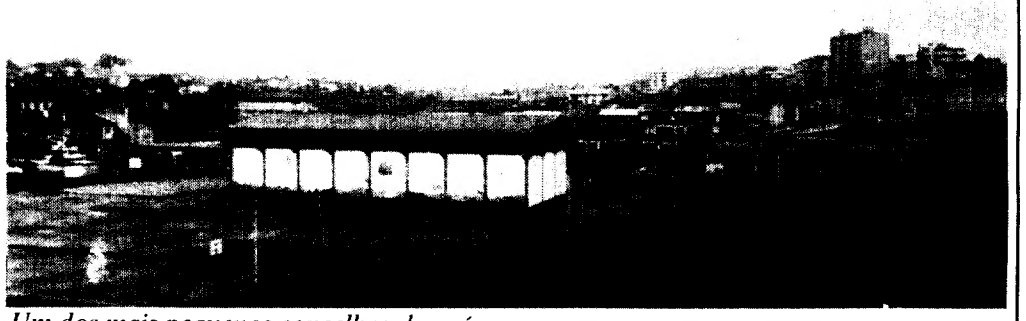
Ele próprio o disse ao «Diário de Lisboa», deste modo: «Não estava nos meus projectos, de facto, entrar para a Câmara Municipal. Se não fosse o 25 de Abril não faria parte deste plantel, pois foi o 25 de Abril que veio abrir esta possibilidade ao Povo de participar activamente na vida da sua terra. Falo por mim e creio que poderia falar por muitos dos sanjoanenses e outros autarcas deste país», frisou. «Foi o 25 de Abril que veio dar força a esse mesmo povo para eleger livremente, sem peias nem mordaças, quem muito bem entende e admite defender os seus interesses», acrescentou.

«Não estou agarrado à cadeira municipal»

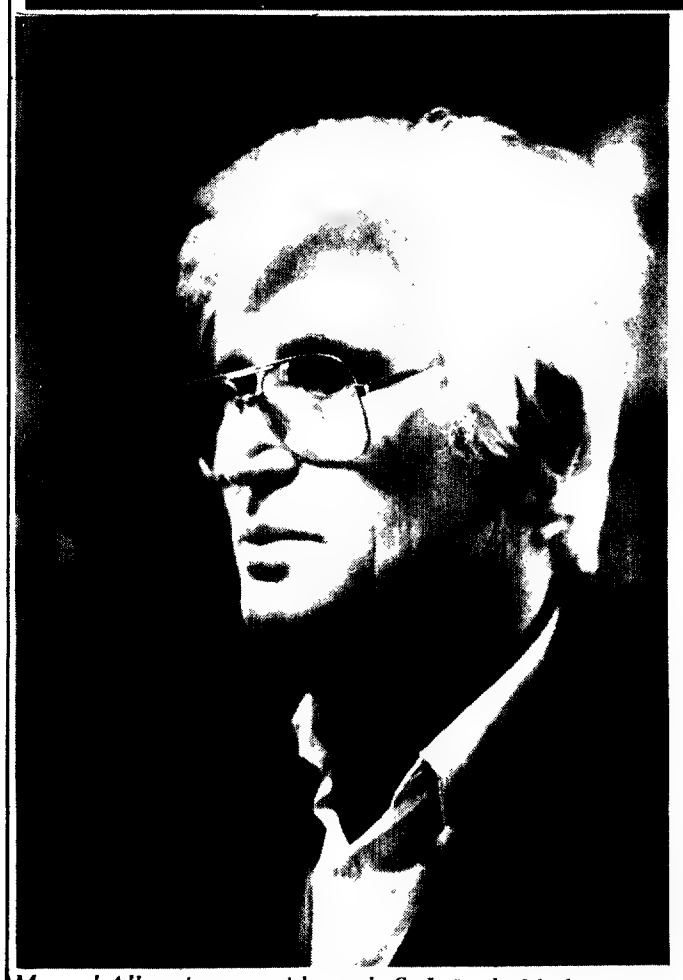
Manuel Cambra diz que a cadeira da presidência municipal terá novo ocupante oportunamente. Não se quer agarrar a ela, entende que em democracia a renovação e a alternância são para se cumprirem sobretudo quanto ao Poder Local. Mas não quer deixar a Câmara Municipal enquanto algumas das promessas feitas ao povo de S. João da Madeira não forem satisfeitas. Por exemplo: o centro de apoio ao Centro de Formação Profissional da Indústria de Calçado. «Esperamos que aquilo que nos prometeram para 1985 seja concretizado, finalmente, este ano», realça o presidente da edilidade sanjoanense.

Veiga Simão, o anterior ministro da Indústria e Energia, aprovou, por seu turno, o projecto do futuro Centro Tecnológico para a Indústria de Calçado. A Câmara Municipal adquiriu terrenos para a sua construção. O próprio projecto da obra está elaborado. Esta, contudo, é que não arrancou. Está suspensa. «Estamos sempre dependentes, afinal, do Poder Central. É bom que ele assuma as suas responsabilidades e cumpra as suas promessas, para ver se a gente se entende melhor», disse.

Continua na pág. 11



Um dos mais pequenos concelhos do país



Manuel Alhambra, presidente de S. João da Madeira

25 mil habitantes à espera de melhores dias

Continuação da pág. 10

Enquanto o Centro Tecnológico aguarda «luz verde» para arrancar há obras trazidas com Abril de que os sanjoanenses se servem, designadamente as carreiras de transportes públicos à periferia (Arrifana, S. Roque, Casaldelo) exploradas por uma empresa particular em sintonia com a Câmara Municipal, com a qual estabeleceu para tal um acordo, e a segunda zona industrial (no lugar do Oreiro, perto da «Molaflex») da cidade. A primeira foi construída antes de 25 de Abril de 1974, no sítio conhecido pelas Travessas, a caminho de S. Roque (Concelho de Oliveira de Azeméis. Os sanjoanenses ligam o seu nome à «Toca do Velhinho», referencial importante para a área, visto tratar-se de um afamado restaurante. A terceira zona industrial — S. João da Madeira não parou de crescer depois do «25 de Abril» — tem vindo a marcar passo na Devesa Velha; perto da variante a inaugurar dentro de dias. A Associação de Proprietários está a apostar, entretanto, no avanço desse Parque Industrial n.º 3.

Um concelho todo em obras

Obras não faltam nesta cidade-concelho da parte Norte do distrito de Aveiro, a única que na zona se vangloria de ter transportes sociais. «Antes das 8 e depois das 18 horas, isto parece um formigueiro humano», aviva Manuel Cambra. O presidente do Município atalha: «Se virmos a cidade de avioneta, antes de pegar o trabalho ou de o largar, é essa a imagem com que ficamos».

Todo o concelho — uma só freguesia de sete quilómetros quadrados de superfície — está em obras. Uma das mais importantes, mas que ainda não arrancou, é ETAR (Estação de Tratamento de Águas Residuais), com uma história e muitos anos atrás de si. Já então havia, em S. João da Madeira, há dezasseis anos, preocupações de ordem ambiental. E não admira, visto tratar-se de uma vila fortemente industrial, calculando-se que nela estejam instaladas meio milhar de unidades.

Uma história significativa e importante que o actual presidente municipal lembrou ao «DL» nestes termos: «Em 1970 foi aberto um concurso-contrato para a elaboração de um projecto de uma ETAR. Quando eu tomei posse, nas circunstâncias que atrás assinalei — sucedendo na presidência a um socialista —, uma das minhas preocupações, e bem assim da minha equipa, porque nós funcionamos em equipa, foi a de desbloquear essa situação».

A ETAR, de que falamos nesta edição, mas noutro local, está pronta a arrancar. Em jeito de prémio, dois meses da sua posse, Manuel de Almeida Cambra teve uma grande alegria: S. João da Madeira foi elevada a cidade. Daí se estar a preparar um programa festivo consentâneo com a importância do acto, admitindo-se que individualidades várias, entre elas antigos e actuais governantes, nele estejam presentes.

É uma hipótese, a da participação de antigos governantes, que aqui colocamos com algumas reticências, mas que tem a ver com a manifesta admiração expressa pelo presidente da Câmara Municipal (independente nas listas do CDS) relativamente a Rosado Correia («Esperava dele muito para a nossa região...», obtemperou Manuel Cambra num àparte ao repórter) e a Helena Torres Marques, assim como a Fernando Gomes, secretário de Estado da Habitação do anterior Executivo.

Habitação não é problema de maior

Habitação não é problema de maior em S. João da Madeira. Foi neste concelho que a seu tempo arrancou a autoconstrução, praticando-se agora nela a chamada construção evolutiva, a construção unifamiliar e também através de contratos de desenvolvimento. É nos bairros da Mourisca e do Parrinho que se deparam as construções mais recentes, na periferia da cidade, assim como em Fundo de Vila (na área do antigo «Colégio Castilho»), onde a CM aposta em força, estando em negociações com o Instituto Nacional de Habitação para o crescimento da construção evolutiva dessa zona, também chamada Oreiro.

«Esperamos arrancar com 150 fogos este ano e cons-

Continua na pag. 12

Município da Amadora comemorações do 25 de Abril

Programa

25 ABRIL

C.M.A.

9.30 – Alvorada, içar da bandeira e fanfarra
10.00 – Parque Delfim Guimarães — Concerto pela Banda da SFCI
10.00 – Início da Estafeta 25 de Abril

ALFRAGIDE

– Torneio de ténis (até 27/4)
– Inauguração de uma parede para treino de ténis (Parque 10 de Junho)

BRANDOA

9.00 – Finais dos Torneios de futebol de 5 e de xadrez
– Provas de atletismo
12.00 – Entrega de prémios (Escola Preparatória)

DAMAIA

10.00 – Manhã infantil no Parque 25 de Abril: Espectáculo com José Jorge Letria, pinturas e jogos

FALAGUEIRA / VENDA NOVA

10.30 – Visita da população ao novo Mercado
– Cicloturismo – volta ao concelho
– Manhã infantil – animação de rua, jogos tradicionais e fantoches pelo «Fio de Água» e C. C. Roque Gameiro (Largo Pão de Açúcar)

26 ABRIL

C.M.A.

10.00 – Parque Delfim Guimarães – pintura mural pelo Grupo Artever
10.00 – Parque Central – xadrez ao vivo e actividades ludo-expressivas

BRANDOA

11.00, 15.00 e 16.00 – Filmes Infantis (Polidesportivo)

BURACA

– Gincana da Liberdade

DAMAIA

– Torneio de futebol de 11
– Torneio aberto de ténis de mesa

15.00 – Sarau de Ginástica

27 ABRIL

C.M.A.

10.00 – Parque Central – xadrez ao vivo e actividades ludo-expressivas
15.00 – Filmes Infantis (Galeria Municipal)

BURACA

9.00 – Atletismo para todos os escalões no B.° do Zambujal (sede da C. Moradores)

FALAGUEIRA / VENDA NOVA

10.00 – Provas de estrada nas artérias da freguesia
– Corrida de cadeiras de rodas pela APD de manhã

15.00 – Espectáculo popular com a Banda Juvenil do Beato e Grupo de Música Popular (frente à Junta)

MINA

16.00 – Distribuição de prémios
– Sessão de encerramento das comemorações (salão da Junta)

1836 - 1986

150.º aniversário

Poder Local Democrático ao serviço da População

Câmara Municipal do SEIXAL

Comemorar o 25 de Abril em festa e unidade

um concelho sem idade
RUMO AO FUTURO

cms · sc

Poder local: doze anos de caminhos e descaminhos

Calçado: a actividade de um concelho

Progresso, o que foi possível

Continuação da pag. 11

truir, se possível, seiscentas casas até 1990», disse Manuel Cambra ao «Diário de Lisboa». Disse isto e frisou: «Mas a habitação, como disse, não é, neste concelho, problema de maior. No entanto, estamos assim a acautelar a sua parte social».

Se a habitação não é problema grave, o mesmo não se pode dizer dos serviços hospitalares. E, no entanto, o Hospital Distrial de S. João da Madeira (que reivindica uma maternidade), na zona do Ureiro, é um dos mais modernos, e até bem equipados, da parte Norte do distrito de Aveiro. Mas já não dá resposta, por razões várias, a tanta procura: 300 mil pessoas/ano. Fica num eixo acentuadamente industrial e movimentado do distrito, a menos de trinta quilómetros do Porto, servindo (juntamente com os de Oliveira da Azeméis, Santa Maria da Feira e Oleiras, deste último concelho) as populações de S. João da Madeira, Feira, Vale de Cambra, Oliveira de Azeméis e Arouca. É uma área muita vasta, de que S. João é, ou pretende ser, o epicentro. Para isso tem indústrias de calçado, chapéus, confecções, guarda-chuvas, metalomecânica. «S. João da Madeira veste Portugal da cabeça aos pés e, agora, até muitos estrangeiros», observou Manuel Cambra.

É concelho há 60 anos

Finalmente, um ministro!

S. João da Madeira é concelho desde 11 de Outubro de 1926. A sua promoção administrativa, já então assente apenas na própria freguesia de S. João da Madeira — com sete quilómetros quadrados de área —, foi decidida pelo ministro do Interior da época, o almirante Jaime Afreixo.

João da Silva Correia, autor de «Unhas Negras» e «Farândola», e Serafim Leite, são dois sanjoanenses que a toponímia local deverá vir, a curto prazo, a consagrar. De resto, se ainda o não fez, é porque não tem sido questão em aberto nas sessões municipais. S. João da Madeira, é aliás, um dos concelhos do distrito de Aveiro que ainda não eternizou o nome de Sá Carneiro. Aliás, a própria cidade quase se não apercebe que tem um seu filho ministro. «Finalmente, S. João da Madeira tem um ministro!», exclama Almeida Cambra acerca de Luís Valente de Oliveira (Plano e Administração do Território), salientando que estamos numa «cidade de trabalho».

Cidade, cidade, mas com inúmeros problemas. O presidente faz questão de vincar, ao mesmo tempo que anuncia obras em projecto, obras em curso, obras que os sanjoanenses esperam. Pôr exemplo: o tribunal. Tribunal que não tem edifício próprio e onde se amontoam os serviços. «Há a promessa da sua construção, o anteprojecto está concluído mas a onbra é que não arranca», diz. Bem ao contrário, os novos Paços do Concelho marcham, e bem. A nova sede do município vai já na sua quarta fase (última), para a qual foi necessário — e ainda é — «muito dinheiro», acrescenta. O actual edifício destina-se ao futuro Museu Industrial de S. João da Madeira. Sempre são mais de quinhentas fábricas...

A CM comprou, no mandato anterior, a Quinta do Rei da Farinha, na parte nova da cidade, onde ficará instalado o futuro Centro de Cultura, que sempre constituiu preocupação dos sanjoanenses. O arquitecto Gomes Fernandes está a adaptar o edifício à realidade sanjoanina do concelho, onde não há desemprego, salvo entre os jovens à procura da sua primeira ocupação.

O associativismo municipal é uma das caracter´siticas desta região, entre o Douro e o Vouga, englobando vários concelhos. De tal modo que S. João irá, a seu tempo, buscar água a Lever, com Vila Nova de Gaia e Feira, enquanto o GAT (Gabinete de Apoio Técnico) nela instalado tem cinco concelhos sob a sua jurisdição: S. João, está claro, e Feira, Oliveira de Azeméis, Vale de Cambra e Arouca. São os memos, a que se junta o de Ovar, que fornecem a mão-de-obra das suas fábricas.

Paços dos Concelho, hospital novo (e maternidade), Tribunal, que mais espera S. João da Madeira? A zona desportiva das Corgas reserva-lhe um pavilhão gimnodesportivo, dispondo de uma piscina coberta) com as medidas olímpicas exigidas), a que neste campo se juntam os quatro «courts» de ténis construídos entre a estação da CP e o velho Estádio Conde Dias Garcia, e num futuro próximo um novo estádio para a Sanjoanense, eventualmente. A edificação de um pavilhão polivalente (com uma pista coberta), a utilizar pelo desporto e para mostras e exposições das indústrias locais, assim como a construção de um aterro sanitário, cujo protocolo foi já assinado e abrangerá os concelhos de Vale de Cambra e Oliveira de Azeméis, também.

RELAÇÕES PUBLICAS

COMEMORAÇÕES DO 12.º ANIVERSÁRIO

CONCELHO DO BARREIRO

DIA 25 DE ABRIL

09,00 HORAS — Alvorada
09,30 HORAS — Paços do Concelho
• Hastear da bandeira com a participação das fanfarras das duas corporações de bombeiros.

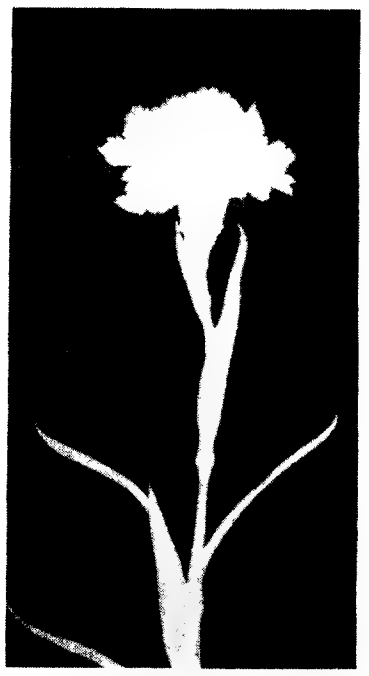
10,30 HORAS — Parque Catarina Eufémia
Manhã infantil.
— Silva Amarante (ilusionista)
— Coro Infantil do FC Silveirense
— Palhaços «Os Brotas»
— Pintura infantil

16,00 HORAS — Parque Catarina Eufémia
Tarde cultural
— Banda de Música do Barreiro
— Francisco Ceia
Entrega de prémios do Conteste — Banda do Cidadão — comemorativo do 1.º aniversário da cidade do Barreiro.

21,00 HORAS — Parque Catarina Eufémia
• Noite de folclore
— Rancho Folclórico de Danças e Cantares da Região do Barreiro.
— Grupo Folclórico Etnográfico do Barreiro.
— Rancho Folclórico Regional do Lavradio.

Departamento de informação e relações públicas.

informação
CÂMARA MUNICIPAL DO BARREIRO



PORTEL, 25. ABRIL. 1986

DEFENDER A LIBERDADE

CONSTRUIR O FUTURO

25 DE ABRIL SEMPRE!

Poder local: doze anos de caminhos e descaminhos

Abílio Fernandes, Presidente da Câmara de Évora

"Governador Civil não tem em conta as opiniões do poder local"

Nuno Ribeiro

Fotos de José Tavares

Passar da maioria relativa para uma série de resultados que ditaram a maioria absoluta para a APU foi o percurso do presidente da Câmara de Évora durante os últimos 10 anos. Realçando o trabalho colectivo, aliando a sua condição de autarca à opção de militante do PCP, Abílio Fernandes é crítico para com a acção do governador civil. «O governador civil não tem em conta as opiniões do poder local», sublinha, referindo-se ao representante do poder central.

Abílio Fernandes: dez anos como autarca

«O ser presidente da Câmara não é uma questão pessoal, é uma questão de luta por uma sociedade diferente». Sentado à mesa do seu gabinete, Abílio Fernandes, um economista de 48 anos, prefere a referência ideológica aos louros de um «estrelato» que, manifestamente, recusa.

«Penso que dei um contributo para uma sociedade diferente, dentro do colectivo», repete o homem que há 20 anos se fixou em Évora para dar aulas no Instituto Superior de Economia. Já então, Abílio Fernandes «via» para além dos estudos do Instituto Superior de Ciências Económico-Financeiras, onde foi colega de Cavaco Silva. Militando na Oposição Democrática, desde o Congresso de Aveiro, o 25 de Abril veio apanhá-lo em Évora: «foi uma surpresa para mim, não estava à espera de um golpe tão bem traçado, com efeitos tão rápidos e tão transformadores». No entanto, a expressão «golpe» é corrigida. «Não interpreto o 25 de Abril como um golpe de Estado, penso que não foi um acontecimento ocasional, mas foi consequência de uma vasta onda de protesto na sociedade portuguesa, pois havia a certeza de uma reacção generalizada da população a favor da mudança».

Abandonado o MDP, ingressa, em 1976, no Partido Comunista, «porque achava que devia dar um contributo mais válido à Revolução Portuguesa», e é-lhe proposta a candidatura à presidência da Câmara. «A minha escolha assentou na disponibilidade que manifestei e na confiança que o PCP tinha em mim, pelo trabalho que tinha desenvolvido», comenta. Para mais, como refere, «senti-me bem no Partido Comunista porque no MDP tinha um trabalho estreito com pessoas que eram do PCP, do PS e independentes, não fui para um corpo estranho».

O primeiro acto eleitoral deu a maioria relativa à Frente Eleitoral Povo Unido mas, depois de eleições intercalares provocadas pelo PS, é a maioria absoluta que se tem mantido ao longo dos escrutínios, «sempre aumentando a votação, à excepção das últimas eleições em que concorreu o PRD».

«Os governadores civis são defensores dos latifundiários»

A experiência de 10 anos de trabalho continuado, passando por todas as vicissitudes que as terras do Alentejo conheceram, constitui um manancial importante de reflexão.

«A primeira preocupação, em 1976, foi pôr à disposição da população os meios da Câmara, no sentido de dar resposta às solicitações que os munícipes faziam». No entanto, as reivindicações das comissões de moradores, estruturas privilegiadas pela edilidade para ultrapassar as carências, obrigaram, desde logo, a uma cuidada ponderação.

«Eram tantas as necessidades e tão poucos os meios que foi necessário definir prioridades, refere Abílio Fernandes. A saída encontrada foi a da elaboração do Plano Director Municipal, o primeiro a ser legalizado, que inventariou todos os problemas, «equacionou-os e situou no espaço de 18 anos as perspectivas de resolução no tempo, introduzindo elementos financeiros».

Oito anos depois, apesar das oscilações da sociedade portuguesa, o presidente da Câmara considera que o plano tem sido cumprido à risca. «A cidade de Évora corresponde àquilo que eu pretendia, apesar das verbas terem sido mais escassas em relação às previsões que tínhamos feito na altura», comenta.

E, entre as flutuações das dotações orçamentais e a não aplicação da Lei das Finanças Locais, no período de sete anos, entre 1979 e 85, o défice acumulado entre o que o Município devia receber e o que efectivamente recebeu, ultrapassa 1,6 milhões de contos...

Esta situação leva-nos a concluir por uma dificuldade acrescida nas relações entre os poderes local e central. Embora não conteste essa realidade, Abílio Fernandes destaca que «as relações são sempre institucionais, com o governador civil e com o Governo, independentemente das atitudes que têm tomado». «Assim tem sido», assegura o autarca, «nunca se fechou o diálogo apesar de terem surgido governadores civis sem o mínimo de condições de garantia de relações democráticas». E, explicitando: «são governadores civis que atacam o poder local, invocando comportamentos do PCP que nunca se verificaram na zona e na região, e marginalizando completamente o PCP, não tendo em conta a sua forte implantação».

Na base desta actuação, segundo o edil, está uma «política centralizadora e a não aceitação de uma realidade local muito forte, que é a Reforma Agrária». «Os governadores civis são defensores dos latifundiários, quando não são eles próprios latifundiários, como era o caso anterior a este», finaliza.

«Há uma discriminação contra o Alentejo»

A política de ataque à Reforma Agrária, na qual «os governadores civis são os elementos de ligação», levou a que «o concelho de Évora esteja a sofrer as consequências de todo o retrocesso». Os números que os sindicatos dispõem vão, aliás, no sentido de uma estagnação do desenvolvimento económico de todo o concelho. Se no início do processo da Reforma Agrária existiam 29 cooperativas, com uma área de mais de 79 mil hectares, hoje subsistem 25 trabalhando um pouco mais de 33 mil hectares de terra. Na linguagem fria dos números, a entrega de quatro reservas levou mais de 50 por cento da área que era explorada, com a agravante de que desses mais de 46 mil hectares, metade não estarem a ser explorados.

No concelho de Évora, existem 35 herdades abandonadas ou subaproveitadas, e o desemprego atinge 438 trabalha-

Continua na pág. 14

Poder local: doze anos de caminhos e descaminhos

Em 1976, era preciso responder...

Continuação da pág. 13

dores, dos quais apenas 252 recebem subsídios, numa escala onde o máximo é 12 contos e o mínimo três, sendo a média de nove mil escudos por mês. Esta situação foi agravada com a entrada em vigor do Decreto-Lei 20/85 que estipula ser necessário estar um ano desempregado para receber...

Não é apenas nos campos que o retrocesso, na expressão de Abílio Fernandes, se manifesta. Num concelho onde o sector terciário domina, com 60,8 por cento da mão-de-obra, e o sector primário fornece apenas 17,3 por cento do contingente, cerca de 20 por cento da população activa está no desemprego, percentagem acima da média nacional. Nos últimos dois anos, cerca de 322 trabalhadores não agrícolas ficaram sem emprego e só foram criados 120 novos postos de trabalho. Destaque, ainda para o encerramento de duas empresas do sector alimentar, facto que os sindicatos ligam, de algum modo, à situação vivida na Reforma Agrária.

No entanto, em termos de autarquias, salienta o presidente da Câmara de Évora, há desenvolvimento. «É uma contrariedade, uma consequência da incorrecta perspectiva em que o poder central se colocou em relação ao poder local; o poder central não implementou uma política de desenvolvimento relativamente ao poder local, nunca o teve em conta para o processo de desenvolvimento, e só o faz em regiões da sua preferência partidária». Daí que o autarca sublinhe que «há uma discriminação muito forte em relação ao Alentejo, desde o Alqueva a todas as reivindicações do Alentejo».

«Competências dos autarcas são limitativas»

A prova da preferência partidária é simples: «temos um caso aqui perto, com a Câmara de Reguengos que é a única do PS no distrito», refere Abílio Fernandes. «No ano passado, ano de eleições, a Câmara recebeu 4000 mil contos de verbas que vieram por outras vias, sob vários pretextos: de calamidade pública devido à intempérie, que outras Câmaras não receberam, pelo encerramento do ramal Évora-Reguengos, através do qual Évora não recebeu nada, Redondo não recebeu nada e Reguengos recebeu». «A realização de investimentos em equipamentos socioculturais que o poder central assume directamente em certas épocas eleitorais, não estipulando a regra para a sua implantação nacional», é outra das críticas que o presidente faz.

Voltando aos «choques» com o governador civil, o autarca admite que este faça críticas, «mas o que não é correcto é assumir um papel activo não tendo em conta o poder local». «O governador civil», prossegue, «deve assumir o poder local como a organização privilegiada de todas as acções que se desenvolvem a nível do concelho; ele realiza acções sem qualquer auscultação ao poder local, sem ter em conta as posições, preocupações e opiniões do poder local».

Apesar de todos os problemas de relacionamento e de verbas, o 25 de Abril trouxe para o concelho uma melhoria das condições de vida. «Évora tem hoje os problemas de saneamento básico praticamente resolvidos, o abastecimento de água para a cidade nos próximos 15 a 20 anos está assegurado, todas as povoações com mais de 100 habitantes têm esgotos e electrificação, das 10 freguesias rurais três têm estações de tratamento de esgotos, os 40 bairros clandestinos estão legalizados e recuperados, a preservação do centro histórico foi iniciada e tem sido cumprido o Plano Director». Abílio Fernandes enumera as realizações, sublinhando, no entanto, que há limitações. «O que é limitativo são as competências das autarquias: as competências deviam ser estendidas a todas as áreas, em coordenação com as grandes linhas do poder central». Uma Câmara apresentada como modelo de gestão e intervenção quer ir mais longe, como adianta o presidente: «as autarquias deviam mexer na segurança social, na saúde, no desenvolvimento económico», sublinha.

Para, naturalmente, evitar o retrocesso...

A Câmara de Évora: trabalho continuado há 10 anos

Para além das ofertas triviais, uma cidade museu

Electricidade de Portugal
EDP/Empresa Pública

Direcção Operacional Distribuição Sul
Centro Distribuição Almada

AVISO AOS CONSUMIDORES

Avisam-se os consumidores de energia eléctrica em baixa tensão que, devido a trabalhos a efectuar nas instalações desta empresa, se procederá a interrupção do fornecimento de energia eléctrica, nos locais e períodos abaixo mencionados, no próximo dia 27/4/86 (domingo).

CONCELHO DE ALMADA: Almada (Renovação), das 10h 30m às 13h.
Almada (Incrível), das 7h 30m às 10h 30m.
Cova da Piedade (S. Simão), das 7h às 13h.

CONCELHO DE SESIMBRA: Azoia (Azoia, Facho de Azoia, Fornos, Serra da Azoia), das 7h às 14h.

CONCELHO DE BARREIRO: Rua Maria Lalande, Rua Garcia Resende, Rua Lucinda Simões, Rua Adelina Abranches, Rua Eduardo Couto, Rua José Inocêncio, Rua Vital Pereira, Praceta Maria D. Silveira, Rua Aves da Cunha e Bairro dos Morgados das 7h às 14h.

Por motivo de segurança, durante o período de interrupção de fornecimento de energia, as instalações deverão ser consideradas permanentemente em tensão.

Almada, 23 de Abril de 1986

DIRECÇÃO OPERACIONAL DISTRIBUIÇÃO SUL
CENTRO DISTRIBUIÇÃO ALMADA

TRIBUNAL CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA
7.º JUÍZO

ANÚNCIO

O 7.º JUÍZO CÍVEL DA COMARCA DE LISBOA.

Faz saber que por este Tribunal correm éditos de trinta dias, que começarão a contar-se da segunda e última publicação do anúncio, citando o réu FERNANDO DA SILVA COSTA, ausente em parte incerta mas com última residência conhecida no Lugar de Azevedo, Caldas de S. Jorge, 4535 Lourosa-Vila da Feira, para no prazo de 10 DIAS findo o dos éditos contestar a acção, na qual a autora pede a condenação do Réu no pagamento da quantia de 115 070$00, bem como custas, selos e procuradoria, sob pena de não o fazendo ser condenado no pedido, tudo como melhor consta no duplicado da petição inicial, que se encontra à sua disposição na Secretaria deste Tribunal, sita ao 5.º Piso do Palácio da Justiça em Lisboa, na Rua Marquês da Fronteira.

Acção Sumária n.º 3458/85, 3.ª Secção.

Autora: – TV NOVA COR – ALUGUER, INSTALAÇÕES E REPRESENTAÇÕES DE VIDEO, LD.ª.

RÉU: FERNANDO DA SILVA COSTA.

Lisboa, 14 de Abril de 1986

O JUIZ DE DIREITO
(Assinatura Ilegível)

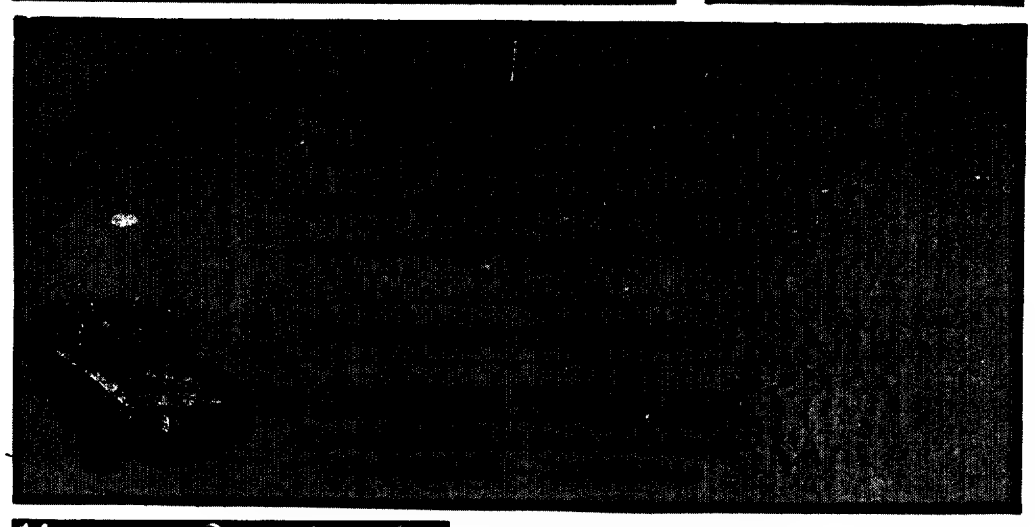
O Escrivão Adjunto
João Martins Peixoto

«DL.» – 25/4/86 – 2.º Pub.

CÂMARA MUNICIPAL DE ÉVORA

Com Abril desenvolvemos a qualidade de vida, construímos a LIBERDADE E PAZ

25 ABRIL 1986
12 ANOS DE LIBERDADE



Poder local: doze anos de caminhos e descaminhos

Conservação e cultura: Évora, uma cidade diferente

Quando, no próximo dia 10 de Junho, os telespectadores acompanharem as cerimónias do Dia de Camões, de Portugal e das Comunidades, terão imagens de uma cidade-museu. Mas, para além da constatação, ficará por esclarecer o trabalho desenvolvido em prol da conservação do centro histórico de Évora, e a multiplicidade de ofertas culturais que fazem daquela cidade alentejana e do concelho, uma zona diferente.

«O 10 de Junho em Évora é uma honra para a cidade, pois todo o Portugal vai estar representado na sua globalidade, e é também o reconhecimento das alterações da vida política nacional», declara Abílio Fernandes. Uma bofetada de luva branca? — insistimos. O presidente da Câmara reflecte, e adianta: «Quem nos tem perseguido é uma facção que detém o poder temporariamente...»

As comemorações do 10 de Junho poderão, de facto, dar a conhecer alguns aspectos importantes da cidade e do concelho: a preservação do centro histórico e a actividade cultural que tem vindo a ser desenvolvida.

«A preservação do centro histórico não é o trabalho mais importante, embora reconheça que seja o mais divulgado», comenta o autarca. E, recordando o labor desenvolvido, prossegue: «O centro histórico de Évora foi agarrado com profundidade, com uma metodologia de intervenção que definiu o que se pretendia, que prioridades deviam ser aplicadas, partindo de um levantamento da realidade existente.» Este trabalho não foi feito de uma forma cupulista, e para tal foi constituída uma Comissão de Artes, Arqueologia e Defesa do Património na qual participam várias entidades. Entre elas, destaque para o quase anónimo, junto da Imprensa, Grupo Pró-Évora que desde 1919 se dedica à preservação e divulgação dos valores históricos e culturais.

«Rejuvenescer população»

«O grande problema da recuperação do centro histórico é de ordem económica», salienta o arquitecto Raul David, um dos animadores do grupo Pró-Évora. «O facto de as construções não serem arranjadas pelos senhorios e inquilinos é um problema económico», sublinha.

João Ramalho Claro adianta que, «por a conservação não ter sido feita, todas as deficiências fazem com que a construção tenha uma degradação mais rápida». E, referindo-se ao trabalho desenvolvido, revela que «participámos na elaboração do Plano Director Municipal, que é suficiente para resolver o problema do centro histórico, e colaborámos há pouco tempo na apreciação de um projecto que foi embargado».

Para Abílio Fernandes, a acção desenvolvida não é, ainda, suficiente: «do ponto de vista externo, Évora passou a ser uma cidade conservada, mas o grande problema são as habitações que ainda hoje não têm condições de habitabilidade». «Através do PRID muita recuperação foi feita, pela criação de estímulos — como a campanha do caiado» — prossegue, adiantado que «as populações têm feito um esforço muito grande». Conseguimos um protocolo com a Caixa Geral de Depósitos, por um lado, e com os senhorios e inquilinos, por outro, para a aquisição e recuperação das casas», refere Abílio Fernandes. Para presidente da edilidade, no entanto, há um trabalho grande a fazer: «há que rejuvenescer a população da área».

«Não somos uma repartição cultural da Câmara»

Do ponto de vista de iniciativas culturais, Évora é um «oásis», uma referência obrigatória quando se fala de descentralização. «A Câmara actua junto de qualquer agente cultural da cidade, pondo à sua disposição pequenos apoios monetários, espaços, viaturas...», declara o autarca que se orgulha de «Évora ter um nível cultural muito bom, porque todos os agentes culturais que existiam antes do 25 de Abril foram dinamizados, ou criados outros novos».

Neste último caso está o Centro Cultural de Évora, pioneiro da descentralização que, como sublinha Luís Ventura, encontrou há 11 anos «uma grande disponibilidade do então presidente da Comissão Administrativa da Câmara, um certo gosto pelo teatro com a existência de dois grupos de amadores, e um equipamento teatral, o Teatro Garcia de Resende».

«Temos tido desde sempre subsídios do Estado», refere, relembrando que «o Centro Cultural de Évora foi criado por despacho de Conceição e Silva, em 1975, na perspectiva de uma descentralização teatral». O 25 de Abril possibilitou que o sonho e tema de conversa de Mário Barradas e Luís Ventura, em Estrasburgo, sobre um trabalho diferente a realizar em Portugal, se convertesse numa realidade adulta, que já vai na sua sexagésima produção teatral. «Nem partimos de uma aproximação à realidade social, nem iniciámos o nosso trabalho à revelia do meio», revela: «Houve um grande esforço de aproximação às colectividades, e a ligação foi estabelecida através de um Conselho Consultivo». Entre outras entidades, este Conselho é integrado pela Câmara Municipal, cujos apoios ao Centro Cultural se situam a dois níveis distintos: a cedência do Teatro Garcia de Resende e uma comparticipação financeira, tendo como contrapartidas os espectáculos e apoio do pessoal técnico e artístico.

«Não somos, no entanto, uma repartição cultural da Câmara, nem há qualquer interferência da autarquia na nossa programação, há, sim, uma concertação cada vez mais forte para realizações que o Centro, por si só, não poderia empreender», ressalva.

Nesta base, 60 produções teatrais foram montadas, 15 actores, dos quais 2 convidados, trabalham no Centro, seis técnicos dão o seu contributo, dois encenadores e um dramaturgista residente encontraram em Évora espaço para trabalharem. A atenção dada ao teatro levou também a uma escola de formação de actores por onde passaram, desde Novembro de 75, mais de 50 estudantes. E, entre muitas outras realizações, da música ao cinema de qualidade, uma espelha a ligação do Centro às raízes culturais da área onde desenvolve a sua acção: a recuperação de uma tradição popular com os Bonecos de Santo Aleixo, que hoje já têm uma repercussão internacional, com uma agenda preenchida com várias digressões.

N.R.

feira popular de lisboa

Espaço de Recreio e Diversão ao seu dispor

Aberto para almoço

Guimarães lidera a região do Vale do Ave

Em doze anos anos foi possível levar as fábricas à pe

Júlio Rodrigues

Fotos de Bruno Neves

Guimarães está há vários anos a indicar a periferia da cidade para instalação de novas unidades fabris. Desse modo salvaguarda o meio ambiente do seu tecido urbano e preserva o inestimável património histórico em que o próprio edifício da Câmara Municipal — com os seus interiores adaptados a preceito — é um referencial importante, pelo menos do ponto de vista autárquico em todo o Vale do Ave. Não é hoje possível devassar Guimarães sem atender a que constitui o «coração» do Vale do Ave e que este se apresenta como o terceiro grande centro urbano português — depois de Lisboa e do Porto.

«Uma colaboração estreita entre a Câmara Municipal e a Empresa Pública de Parques Industriais, que aqui criou um parque industrial — disse o presidente da edilidade vimaranense ao «DL» —, tem orientado toda a nossa acção em conjunto. Da parte da Câmara Municipal, e para a instalação desse parque industrial, houve a incumbência de dotar a zona de infra-estruturas, desde água e acessos. E chega-se a esta situação, que é extremanente curiosa: os pavilhões ainda não estão construídos e já estão ocupados», acrescentou António Duarte Xavier. Foi a primeira grande obra da região depois de 1974!

Ora esse quadro, assim traçado pelo presidente do Município vimaranense, traduz o surto industrial da Região do Vale do Ave, de que a cidade-berço é apenas o expoente máximo, com as suas 73 freguesias, 160 mil habitantes e cerca de 24 quilómetros quadrados de área: nela estão instaladas mais de meia centena de unidades industriais, um cento das quais são médias, mais de trinta consideradas grandes e, as restantes, pequenas empresas. «Não há desemprego nesta região», assegura-nos o autarca vimaranense, também ele industrial — além de presidente da Assembleia Geral do Vitória de Guimarães.

«À sombra» de D. Afonso Henriques

António Xavier: presidente da Câmara de Guimarães

Apesar disso, há duas empresas têxteis com salários em atraso na área. É claro que duas empresas nessas condições, em mais de meio milhar, constituem como que uma gota de água no oceano da produtividade e, como ele próprio definiu, na estabilidade industrial da região. António Duarte Xavier foi ainda mais claro, a propósito dessas duas empresas do ramo têxtil: uma — disse — a procurar deliberadamente a falência; outra à procura da recuperação, o que na perspectiva dos seus responsáveis passa pelo despedimento de centena e meia de trabalhadores».

A indústria têxtil é uma das muitas, dos mais diversos ramos, que se desenvolvem no concelho. Quando em linguagem popular se diz — se bem que se não o deva dizer — a uma mulher vincadamente magra que se passar por Guimarães... é óbvio que o «galanteador» se está a referir à cutelaria, em que a região é afamada. Há ainda curtumes, calçado e ourivesaria, para falar nas mais importantes. Reportando-se a esta última, António Xavier não resistiu a dizer que «o nosso Gil Vicente é a sua figura cimeira».

Vale do Ave: o 3.º centro do País?

Os concelhos de Guimarães, Santo Tirso e Famalicão, áreas vastas e fartas, consubstanciam o Vale do Ave, aquilo que António Xavier classifica como o «terceiro maior centro populacional e urbano do País». O repórter chama-lhe a atenção para o facto de outras regiões e concelhos reivindicarem o mesmo estatuto, mas ele não se preocupa. E insiste: «E o terceiro maior centro populacional do País, vindo depois das áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. E, de resto, responsável por 40 por cento do total das exportações portuguesas».

A criação do parque industrial da EPPI (Empresa Pública de Parques Industriais) é uma obra de cerca de dez anos. A primeira grande obra lançada na região depois do 25 de Abril de 1974. Outras se vislumbram no horizonte, uma delas já na sua segunda fase: o novo Hospital Distrital que, lançado pela DGS, deverá estar construído até 1990 — afirmou ao «DL» o presidente da edilidade.

Fica situado à saída da cidade, na direcção de Famalicão, e disporá de meio milhar de camas, para uma população total de trezentas mil pessoas. A primeira fase respeita às suas estruturas e está praticamente pronta. De tal moco que em Maio próximo a segunda fase — acabamentos — irá a concurso. Entretanto, no centro da cidade — tutelado por D. Afonso Henriques — o velho hospital, permanentemente em obras, despacha os seus utentes.

«Há pelas razões apontadas atrás um recurso excessivo, mas compreensível nas presentes circunstâncias, ao Hospital de S. João, do Porto», acrescentou António Duarte Xavier.

Um milhão de contos para recuperar praças

Como é possível uma área eminentemente industrial, a despeito de no seu «ventre» ter nascido Portugal, não descurar a sua riqueza histórica e arquitectónica? Bem, a distribuição das fábricas pela periferia da cidade é um bom indicativo. Guimarães, contudo, é uma caixa de surpresas: desde 1925 que nela se tomam medidas cautelares para preservar a sua parte antiga, aquilo que hoje constitui o seu Centro Histórico, disse o presidente do Município ao nosso jornal.

A Câmara está atenta e activa quanto ao seu Centro Histórico: um plano de acção a três anos é sintoma claro do apreço e cuidado em que tem a sua «sala de visitas». Uma das manchas do Centro Histórico está em vias de ser restaurada. «Passa, fundamentalmente, pela recuperação das praças públicas medievais — disse António Xavier —, no âmbito de um protocolo firmado entre o nosso Gabinete Técnico, vocacionado para o estudo dos edifícios e das praças, e o Instituto Português do Património Cultural».

O Gabinete Tecnico da Câmara atrás referido tem a tarefa de fazer o levantamento do interesse arquitectónico e histórico dos edifícios e praças medievais e prepara o projecto da sua recuperação e rentabilidade, justamente porque a maioria desse património está na posse de particulares «impossibilitados ou incapacitados, financeiramente — atalha António Duarte Xavier —, para os recuperarem, eles próprios.

E nessa área que a história conserva rica na sua pureza quase original que a Rua Santa Maria — a que melhor define e enquadra Guimarães desde tempos imemorais — emerge: nela entra forçosamente quem se quer dirigir à Câmara Municipal e por ela passa quem, vindo dos Paços do Concelho, pretende atingir a Praça de Santiago, de não menos impacto histórico, cujas casas estão (nas suas frontarias) apropriadamente preservadas. A história de Guimarães e do próprio País passou pela Rua de Santa Maria (a padroeira da cidade), já que estabelecia a ligação entre o Castelo e o colegiado de Nossa Senhora de Oliveira, largo de invejável riqueza arquitectónica, atracção turística por excelência, como a reportagem do «DL» constatou.

A recuperação das praças públicas medievais vai custar um milhão de contos, até ao ano de 1990. «A recuperação das praças públicas medievais terá uma comparticipação do Estado, sendo a parte restante dos seus encargos da responsabilidade da autarquia», disse o presidente da Câmara, reportando-se apenas a essa mancha. Porque, acrescentou no mesmo contexto, há mais três manchas para serem recuperadas!

Há uma comissão para gerir recursos e recuperar o Ave

A poluição é um «dos grandes problemas do nosso concelho e mesmo da região», admitiu António Xavier ao «DL». Guimarães tem como fontes de abastecimento os rios Ave e Vizela para captaçao de água potavel. «Está numa zona privilegiada, porque se encontra a montante de ambos, mas é, por outro lado — reconhece o presidente da edilidade —, o seu primeiro foco poluidor. Quando o rio desagua em Vila do Conde está transformado num autêntico esgoto».

As populações ribeirinhas e ao longo do curso do Ave reagiram já à ameaça. Levantaram as suas vozes, assim como os próprios autarcas não apenas pelos perigos de contaminação, como pelas dificuldades criadas às captações de Guimarães, na zona de Pevidem, e aos concelhos de Famalicão, Santo Tirso e Vila do Conde.

NÃO PODE HAVER VENCEDOR NUMA TAL GUERRA

A «Declaração Comum sovieto-americana», que saiu da cimeira com Mikhail Gorbatchev e Ronald Reagan, ficou solenemente reafirmado que «nunca deverá ser desencadeada uma guerra nuclear e que não pode haver vencedor numa tal guerra. Reconhecendo que qualquer conflito entre a URSS e os Estados Unidos da América poderia ter consequências catastróficas, insistem, também, na importância que tem evitar entre si uma qualquer guerra nuclear ou convencional.

Novas e recentes posições soviéticas propõem a proibição total das armas nucleares, e o desmantelamento de todas as existentes dentro dum prazo de 15 anos. Entretanto os Estados Unidos reafirmam os «aspectos interessantes» da Guerra das Estrelas, fornecem armamento sofisticado à UNITA para fomentar a guerra civil em Angola, intensificam a guerra não declarada contra a Nicarágua, invadem Granada e, triunfalmente, declaram dar apoio em armas a todas as forças reaccionárias contra os Poderes Democráticos legalmente constituídos. Novecentos milhões de dólares são gastos em armamento, por ano, no Mundo, quantia fabulosa que é produzida pelo trabalho dos homens e das mulheres de todos os países e que, só por si, é o equivalente a todos os créditos consagrados à educação do Planeta, e é uma vez e meia o total das despesas mundiais com a Saúde. Em cada semana, as despesas com o armamento chegavam para dar de comer, escolarizar e vacinar todas as crianças do planeta; suprimir todos os bairros de lata; instalar em todas as povoações de todos os países água potável, reduzindo, de forma difícil de prever, a doença e a morte prematura.

Em contrapartida, bastará uma falha dos equipamentos electrónicos para desencadear a catástrofe planetária.

Neste Ano Internacional da Paz o que vamos todos nós e cada um de nós, fazer contra a violência, contra a guerra, pela Paz e pelo DIREITO À VIDA? Vamos, como nos compete, lutar com as armas que temos na mão, pela PAZ e pela continuação do ser humano no planeta terrestre.

CÂMARA MUNICIPAL DE ALMADA
SERVIÇO DE INFORMAÇÃO E RELAÇÕES PÚBLICAS

1986 – ANO INTERNACIONAL DA PAZ

...periferia

Do sentir das populações e da sensibilização de várias entidades contactadas pelas autarquias interessadas resultou a criação da Comissão de Gestão dos Recursos Hídricos do Rio Ave, com Guimarães à cabeça, cujos membros tomaram posse em Janeiro último e visa não apenas desincentivar a poluição do Ave como, fundamentalmente, a elaboração de um plano de total recuperação do próprio rio. A criação desta comissão é outra novidade despoletada pelo 25 de Abril.

Em funções desde Janeiro deste ano, a comissão avançou já com ideias e planos, um deles a construção de uma série de ETAR's (Estação de Tratamento de Aguas Residuais) que façam, ao longo do rio, o tratamento dos esgotos industriais e domésticos. Por outro lado, vai lançar pequenas barragens para manter no período de estiagem o

Continua na pag. 19

Manuel Campelos: símbolo da luta por um novo concelho

Di-lo Manuel Campelos

Vizela: "O 25 de Abril ainda não chegou!"

Um hospital concelhio numa vila que não é concelho, um edifício para os Paços do Concelho numa vila que não é concelho, um impacto industrial numa vila que não é concelho (mas que está segura de que 14 por cento das nossas exportações são nela produzidos) e um corpo de Bombeiros Voluntários ao nível dos da sede de um concelho de uma vila que (ainda) o não é: eis, em poucas linhas, aquilo que o «DL» ouviu em jeito de revolta e de esperança, há dias, em Vizela. E quem, já agora não ouviu neste País, falar do Movimento para a Reconstrução do Concelho de Vizela (MRCV)? Manuel da Costa Campelos é o seu líder. Foi com ele que a reportagem do «Diário de Lisboa» há dias trocou impressões, em parte aqui reproduzidas.

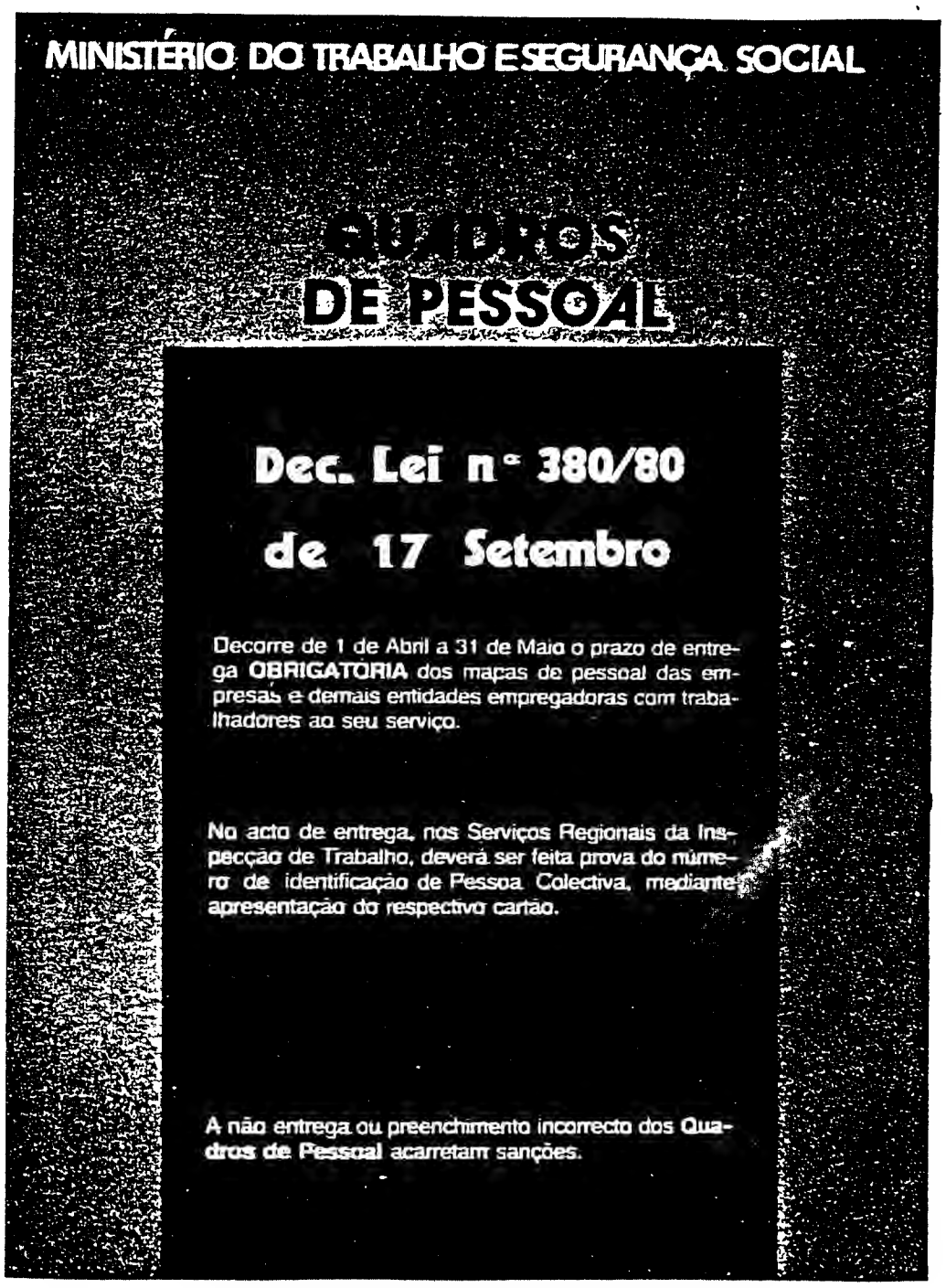
«Não, meu amigo, o 25 de Abril ainda não chegou a Vizela, pelo menos administrativamente. Mas, aqui, sempre estivemos e estamos com o 25 de Abril», acrescentou o impulsionador do MRCV enquanto visitávamos alguns locais da vila cuja discussão para promoção a concelho volta em 15 do corrente ao plenário da Assembleia da República. «Parece que, agora, finalmente, o nosso grande sonho vai para a frente», realça.

Vizela é uma vila de acentuada nessidade industrial, cuja Rua Abílio Torres — um dos seus mais ilustres filhos — a atravessa de lado a lado, entre a EN que liga o Porto a Guimarães e a estrada que vem da sede do concelho(Guimarães) para Paços de Ferreira, Lousada, Penafiel e Felgueiras. A Avenida dos Bombeiros Voluntários — onde se ergue o futuro quartel da corporação ainda instalada na Rua Abílio Torres — e a Rua Joaquim Pinto são duas outras artérias importantes de uma vila que se reparte por duas freguesias (S. Miguel e S. João) e se confronta com quatro concelhos: Lousada, Felgueiras, Santo Tirso e Guimarães. Acerca da sede do concelho e do seu povo Manuel Campelos assegura: Nunca tivemos problemas com as suas gentes».

São famosas as Caldas de Vizela, receitadas para uma série quase imparável de doenças: de pele, escrofulismo, catarros dos brônquios, laringe, anginas granulosas (aparelho e vias respiratórias), metrites, reumatismo e moléstias venéreas. São afamadas, ainda hoje, as águas termais de Vizela, se bem que a sua oferta hoteleira já não seja hoje tão vasta como há meio século. As suas águas termais pertencem à classe das sulfuradas-sódicas.

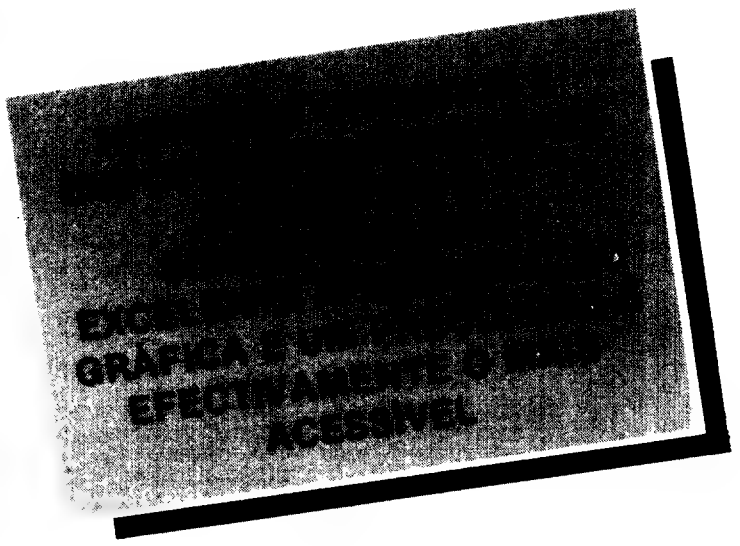
«A luta dos povos da Região de Vizela pela conquista da sua autonomia, a nível municipal, tem obtido a compreensão da maioria do povo português», escreve Maria José Pacheco numa antologia sobre Vizela e seu termo. Manuel Campelos, face ao actual quadro parlamentar, disse-nos há dias: «Temos, finalmente, uma mioria parlamentar com força para fazer justiça».

Ele anda nesta há 22 anos. Há um século que os vizelenses querem restaurar o seu concelho. Está tudo em ordem, só falta essa maioria parlamentar decidir. Além de S. Miguel e S. João, também as freguesias de Infias, Tagilde e S. Paio de Vizela integrarão o futuro concelho, conforme os vários projectos apresentados na AR (de Ribeiro Telles, de Lopes Cardoso, do PS, com Raul Rego à cabeça, e do PCP, por intermédio de José Manuel Mendes). No entanto, Vizela (cujas unidades industriais acolhem trabalhadores dos concelhos em volta), ficará a jurisdicionar ainda as freguesias de Santo Adrião de Vizela e Regilde do concelho de Felgueiras; Santa Eulalia de Barrosas e Santo Estevão de Barrosas, do conelho de Lousada.

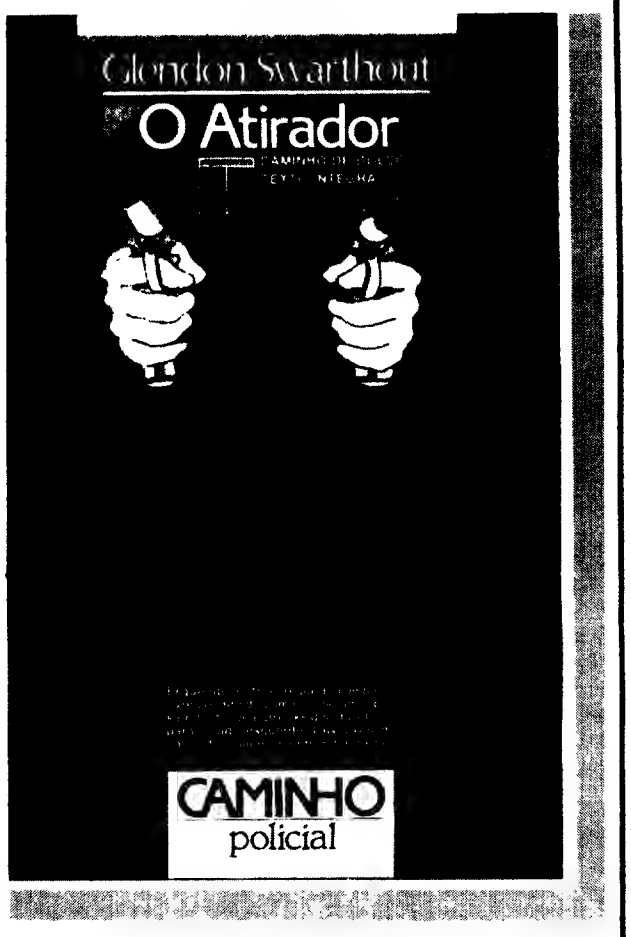


CAMINHO
de bolso

Livros Policiais e de Ficção Científica



NÃO PERCA ESTES LIVROS:
COLECCIONE A MELHOR COLECÇÃO



NOVIDADE

NOVIDADE

VOLUMES PUBLICADOS:

N.º 1 (ficção científica)
Memórias Encontradas Numa Banheira — Stanislaw Lem

N.º 2 (policial)
Morte de Um Inglês — Magdalen Nabb

N.º 3 (ficção científica)
Cenários Trucados — Jean-Pierre Andrevon

N.º 4 (policial)
A Bela Adormecida — Ross Macdonald

N.º 5 (ficção científica)
As Crisálias — John Wyndham

N.º 6 (policial)
O Anjo da Vingança — Giorgio Scerbanenco

N.º 7 (ficção científica)
Jacintos-de-água — Chelsea Quinn Yarbro

N.º 8 (policial)
Esqueletos — Glendon Swarthout

N.º 9 (ficção científica)
Cavaleiros Vindos de Parte Nenhuma — Alexandre e Serguei Abranov

N.º 10 (policial)
Morte na Primavera — Magdalen Nabb

N.º 11 (ficção científica)
Universo Cativo — Harry Harrison

N.º 12 (policial)
Um Carro Funerário às Riscas — Ross Macdonald

N.º 13 (ficção científica)
A Guerra das Salamandras — Karel Capek

N.º 14 (policial)
Disparem sobre o Pianista — David Goodis

N.º 15 (ficção científica)
Crónicas Marcianas — Ray Bradbury

N.º 16 (policial)
A Árvore das Mãos — Ruth Rendell

N.º 17 (ficção científica)
As Sementes do Tempo — John Wyndham

N.º 18 (policial)
O Trabalho É Sagrado — Henrique Nicolau

N.º 19 (ficção científica)
Stalker — Arcadi e Boris Strugatski

N.º 20 (policial)
O Arrepio — Ross Macdonald

N.º 21 (ficção científica)
Adão Está entre Nós — Konrad Fialkowski

N.º 22 (policial)
Quem não Arrisca não Vive — Dick Francis

N.º 23 (ficção científica)
O Mundo de Cristal — J.G. Ballard

N.º 24 (policial)
Crimes para Arquivar — Didier Daeninckx

N.º 25 (ficção científica)
A Nebulosa de Andrómeda — Iván Efrémov

N.º 26 (policial)
Morte de Um Holandês — Magdalen Nabb

N.º 27 (ficção científica)
A Dama de Couro — Michel Grimaud

N.º 28 (policial)
O Atirador — Glendon Swarthout

VOLUMES A PUBLICAR:

N.º 29 (ficção científica)
O Quarto Planeta — João Aniceto

JOÃO ANICETO GANHOU EM 1982 O PRÉMIO EDITORIAL CAMINHO DE FICÇÃO CIENTÍFICA COM *OS CAMINHOS NUNCA ACABAM*, TORNANDO-SE ASSIM O PRIMEIRO ESCRITOR PORTUGUÊS DE FICÇÃO CIENTÍFICA. FOI UMA ESTREIA AUSPICIOSA, NÃO SÓ PELO VALOR E ORIGINALIDADE DO ROMANCE MAS TAMBÉM PORQUE A SUA LEITURA SE EQUIPAROU, PARA O LEITOR PORTUGUÊS, À DOS ROMANCES COMPETENTES E ALICIANTES DOS AUTORES ANGLO-SAXÓNICOS DE NOMEADA. ESTE ROMANCE ESTÁ PUBLICADO NA ANTIGA COLECÇÃO «MAMUTE» DA CAMINHO. COM O *QUARTO PLANETA*, JOÃO ANICETO PROSSEGUE E DÁ-NOS OUTRO ROMANCE, PORVENTURA MAIS VIVO E MAIS MOVIMENTADO, IGUALMENTE BEM ESCRITO E CAPAZ DE PRENDER O LEITOR ATÉ À ÚLTIMA PÁGINA. É, POIS, UM ESCRITOR PORTUGUÊS A NÃO PERDER.

N.º 30 (policial)
O Alvo em Movimento — Ross Macdonald

N.º 31 (ficção científica)
Congresso Futurológico — Stanislaw Lem

N.º 32 (policial)
Um Bando de Corvos — Ruth Rendell

CAMINHO

O Prazer de ter bons livros para ler

Poder local: doze anos de caminhos e descaminhos

Uma "cidade-líder" do Vale do Ave

Continuação da pág. 17

caudal constante e assim se defender, inclusive, das obras e despejos da albufeira da EDP de Ermal, que sempre que é aberta agrava a poluição do Ave.

De Guimarães e concelhos do vale do Ave não escoam apenas detritos que poluem o rio: há também — e por isso mesmo mais poluição — uma assinalável de produção de vários artigos, cujas unidades industriais foram atrás referidas. Claro que não chegam ao Porto (Leixões) nem a Lisboa pelo rio, antes são transportados por estrada. Mas como é difícil, por exemplo, ligar Guimarães ao Porto: menos de meia centena de quilómetros que são percorridos em duas horas!

Circular de Urgeses para salvar Centro Histórico de 40 mil...

— Que fazer, portanto, para evitar essa perda de tempo, esse desgaste? — perguntamos.

— Bem, a solução passa pelo prolongamento da auto-estrada (via rápida) Porto-Braga, através de um ramal que a ligue a Guimarães, porque as vias de escoamento são muito más, quer para Leixões quer para as outras saídas internacionais. É, hoje, quase impossível rolar a mais de 40 km/hora e arriscado fazer ultrapassagens. E Guimarães é uma cidade e um concelho voltado para a actividade económica, além da política e da cultura.

Além disso, a Câmara Municipal, que tem as estradas sob a sua jurisdição asfaltadas, bem tratadas (depois do 25 de Abril foi possível ligar melhor a sede às suas três vilas que são Taipas, Vizela e Pevidem, e setenta freguesias), espera resolver a maioria dos seus problemas com a construção da circular de Urgeses que vai lançar a concurso e que, pronta, tornará mais fácil a sua comunicação com Braga, Famalicão e Santo Tirso.

«É uma cidade com um trânsito incessante, como o concelho é forte na actividade de transportes, o qual se reflecte nos 40 mil veículos diários que atravessam o seu centro histórico. Temos que resolver todas essas dificuldades», acrescentou António Duarte Xavier.

É a integridade da sua história e cultura que está em causa. A Câmara Municipal, atenta, quer preservá-la. Se bem que seja um verdadeiro bastião industrial, a chama da cultura preocupa-a e motiva-a. Cultura que se derrama desde o Castelo de Guimarães ao Palácio dos Duques de Bragança e à Capelinha Românica, as principais atracções turísticas vimaranenses, a partir dos Museus «Alberto Sampaio» (público) e «Morais Sarmento» (privado), os quais expõem «material importante sobre a nossa vida e história», disse o presidente camarário.

E porque a cultura é um dos principais atributos de Guimarães, a sua edilidade está seriamente a pensar em esbater o carácter marcadamente tecnológico do núcleo da Universidade do Minho instalado na cidade. «Numa cidade que transpira cultura, seria contraproducente ocupar-se o núcleo da Universidade do Minho apenas do ensino tecnológico», sublinhou o presidente ao «DL».

Ensino univesitário superior e técnico

O concelho, como acima se disse, encabeça o Vale do Ave. Não é fácil administrar uma área de 73 freguesias (3 das quais são já vilas), sobretudo com tão poucas verbas das Finanças Locais. Acontece, pois, que o executivo tem de recorrer à Assembleia Municipal para a transferência de verbas para as autarquias, sem reduzir muito as verbas de 475 mil contos correntes e 315 mil contos de transferências de capital que vêm do OE. É óbvio que para as suas 73 freguesias os montantes não se parecem, nem de perto nem de longe, porque o OE contempla Guimarães apenas com 24 mil contos para aplicação da Lei das Finanças Locais.

Câmara de Guimarães: o tempo também passou por aqui

No entanto, a fatia que cabe à região do Vale do Ave, e particularmente a Guimarães, no âmbito do Orçamento do Estado, é maior, muito maior. Bastará ter em conta que o ano passado o Orçamento do concelho movimentou um milhão e seiscentos e dois mil e novecentos e setenta e cinco contos. Um total que diz bem da força deste concelho do alto do Vale do Ave em que 2/3 da sua área são semiurbanos, há ensino superior, profissional e universitário (Universidade do Minho) escolas do magistério primário e de educadoras de infância, naturalmente também primárias (e muitas, mesmo muitas), um centro de formação profissional, uma escola de cantaria em S. Torcato, os centros tecnológicos têxtil e dos plásticos, o instituto dos têxteis e a nível superior, de que acima falamos, a Escola de Enfermagem e o Instituto Politécnico de Guimarães.

As escolas do Ensino Preparatório e Secundário e as verbas destinadas pelo Orçamento Municipal para os cemitérios, sem qualquer relação entre si, estabelecem um arrolamento de freguesias, das quais nos apetece referir algumas, pelo menos as mais significativas: Abação, Gondomar, Mascotemos, Ponte, Souta de S. Salvador, Aldão, Fermentões, Moreira de Cónegos, Urgeses, Rendufe, Taboadelo, Lordelo, Creixomil, Briteiros de S. Salvador e Caneiras, entre outras.

ARTIGO DE FUNDO

Mário Castrim

As sombras transparentes

Nunca o vi antes. Nem mesmo naquele dia em que, cada pessoa — um cravo, acompanhamos o António lá onde não se volta
Agora está ali, na sala do Ateneu, cercado de pessoas amigas que falam dele, isto é, que falam do filho. Ali, irremediavelmente horizontal, a sombra transparente doutra sombra.
Vila Franca de Xira respira profundamente o 25 de Abril que está à porta. «Este é o nosso dia», diz-me aquele jovem à entrada do Ateneu, como que a justificar-se. Tinha uma reunião por causa da festa, voltaria com outros amigos às duas horas. Antes de se ir, aponta uma data de iniciativas para a ponte 25 de Abril — Primeiro de Maio: festas, convívios, palestras, concursos literários...
São onze horas. Desço por ali, à deriva, para espairecer. Na praça, à ilharga da estátua do campino, estende-se uma «feira do livro». Desconto de 20 por cento. Aproximo-me, quero saber quem organiza aquilo. Respondem-me que é a ***cooperativa Alves Redol.***

De súbito, uns olhos mais atentos, uma voz incerta:
— Você não é fulano.
Sou fulano
— Ainda bem que o encontramos. Já pensámos telefonar-lhe para ver se podia cá vir um dia destes... Estes são os organizadores, os empresários do futuro. Não lhes basta dizer ***não****, como o poeta diz que há sempre quem diga. Não lhes basta acreditar, ter esperança, saber desfiar meia-dúzia de frases bonitas e depois dormir, dormir «sur les deux oreilles». Anonimamente, teimosamente, juntam os fios, tecem o* ***dia*** *com todos os seus dias e as suas noites. Ainda nisto, seguem o exemplo de Alves Redol.*

Também ele achava que no amor dos livros se enraizava o amor pela vida, naquilo que a vida tem de mais precioso: a dignidade, a inteligência, o entendimento de nós próprios.
Estou a recordar-me daquela inauguração de uma biblioteca em Alcântara, minha outra pátria. À frente de tudo, o Alfredo Brás, outro grande «empresário» do futuro, preso aos 15 anos, sempre fiel pela vida fora aos sonhos da sua quase-infância. Mais do que uma força da natureza: uma força da história.
A biblioteca tinha o nome de Ferreira de Castro. No acto da inauguração falaria Alves Redol...
A sala estava cheia. Pelo meio, algumas pessoas indesejáveis, a olhar atentamente para as estantes. Estávamos no tempo em que a ***Mãe*** *de Maximo Gorki era proibida...*
Alves Redol falava à malta da ferrugem e da pequena burguesia ali do bairro. Falava sem sebenta e sem apontamentos. Falava da importância do livro na nossa descoberta do Mundo e de nós próprios. Dizia martelando bem as palavras, para sublinhar a importância dos livros: ***— É preciso deixarmos de ser o destino de certos donos, para sermos donos do nosso destino...***

Nunca mais esquecerei estas palavras. Por isso, quando se trata de bibliotecas populares, de esforços de escolas e colectividades para a divulgação do livro, sempre lhes associo o nome de Alves Redol.
Vila Franca de Xira, domingo. Encaminho-me de novo para o Ateneu, onde me espera António Redol da Cruz, a sombra transparente doutra sombra.
Vila Franca. Um ar festivo. Livros, projectos, bandeiras, vinte e cinco de Abril.
... para sermos donos do nosso destino*, disse Alves Redol.*

COMUNA - TEATRO DE PESQUISA
HOJE AS 21.30H TEL 726 08 18
2.º MES
CALIGULA DE ALBERT CAMUS • ENCENAÇÃO DE JOÃO MOTA
MAIORES 12
VEJA TEATRO A PREÇOS REDUZIDOS
PATROCINIO DA F. GULBENKIAN 3.ª/4.ª e 5.ª feira PREÇO ÚNICO 150$00
PRAÇA DE ESPANHA • APOIOS F. GULBENKIAN E RÁDIO COMERCIAL SUB SEC

TRIBUNAL CÍVEL
DA
COMARCA DE LISBOA
8.º JUÍZO

ANÚNCIO

Pela 2.ª Secção do 8.º Juízo Cível de Lisboa, nos autos de Acção Sumária n.º 4042, que TV NOVA COR - ALUGUER, INSTALAÇÃO E REPRESENTAÇÕES DE VIDEO, LD.ª, com sede na Avenida Álvares Cabral 58/60, em Lisboa move a HENRIQUE JÚLIO SEQUEIRA CORDEIRO PERES com última residência conhecida na Vivenda Adelaide Silva, lote 171 / 173, Pinhal do Rei, Charneca de Caparica, correm éditos de 30 dias a contar da segunda e última publicação do anúncio, para no prazo de 10 dias, contestar a acção na qual a autora pede a condenação do réu no pagamento da quantia de 68 300$00, juros de mora vincendos à taxa legal desde 26/7/85, sobre 62 400$00, custas e procuradoria, pelos fundamentos constantes do duplicado da petição inicial que se encontra à disposição do citando na Secretaria deste Juízo.

Lisboa, 10 de Abril de 1986

O Juiz de Direito
a) Fernando da Costa Soares

A Escrivã Adjunta
a) Isménia J. Salvador

«DL» – 25/4/86 – 2.ª Pub.

1.º ACTO CLUBE DE TEATRO
marginalizados
apresentam
O NOIVADO no DAFUNDO
de
ALMEIDA GARRETT
e
O ILUSTRE CONFERENCISTA
de
ROQUE e LYRA
PALACIO ANJOS - ALGÉS
2.ª Semana
Lotações Esgotadas
Sextas e Sábados
às
21 h 30m
Apoio CMO/JFC

LER: O "ANTES" E O DEPOIS

Quando se comemoram os 12 anos passados sobre a Revolução de 25 de Abril, fazendo um balanço sobre as modificações operadas em vários campos da vida social, política e cultural do País, resolveu o «Diário de Lisboa» constatar as alterações que se operaram na literatura portuguesa. Por isso, entrevistámos cinco escritores que pela sua experiência profissional no tempo do fascismo podem falar nas mudanças quantitativas e qualitativas que sofreu a nossa literatura. Limitámo-nos a três perguntas básicas: «qual o significado do 25 de Abril na literatura portuguesa»; «qual o significado que a Revolução teve na sua carreira»; e «quais os seus livros onde se podem notar as modificações operadas pela liberdade de expressão alcançada com o 25 de Abril». As opiniões são diferentes, mas num ponto coincidem: o 25 de Abril foi essencial para a divulgação cultural no nosso país.

Elsa Andrade

Baptista Bastos

"A liberdade permitiu-nos o exercício da consciência livre"

O «renascer da literatura portuguesa só seria possível com o 25 de Abril. Porquê? Porque a liberdade permitiu-nos abrir as asas à criação, à fantasia, à imaginação, ao nosso próprio imaginário individual». São palavras de Baptista Bastos, jornalista do vespertino «Diário Popular» e autor de livros como «Elegia para um Caixão Vazio».

— Qual o significado do 25 de Abril na literatura, o que se modificou e o que permanece igual?

— A literatura portuguesa hoje, sobretudo aquilo que é considerada a prosa narrativa, é uma das três mais importantes da Europa (sendo as outras, e a ordem dos factores aqui é arbitrária, a grega e a irlandesa de expressão inglesa), e certamente uma das mais im-portantes do mundo.

Este renascer da literatura portuguesa só seria possível com o 25 de Abril. Porquê? Porque a liberdade permitiu-nos abrir as asas à criação, à fantasia, à imaginação e ao nosso próprio imaginário individual. Mais ainda: pela primeira vez na história da literatura portuguesa não existem movimentos, escolas ou pretextos mais redutores. Cada um de nós está a realizar uma literatura individual (que não é necessariamente individualista) e que exactamente por ser individual põe e repõe em causa os grandes problemas da colectividade em que vivemos.

A variedade de expressões, os distintos edifícios verbais, as peculiares visões do mundo, a diversidade de estilos permitem-nos supor a existência cada vez mais rica de uma prosa que hoje (e sempre depois do 25 de Abril) não tem paralelo na Europa Ocidental.

Depois, a existência de liberdade permitiu-nos o exercício da consciência livre, que é a maneira superior de se praticarem a reflexão e a autocrítica. Um livro como «O Dia dos Prodígios», de Lídia Jorge; «O Separar das Águas», de Hélia Correia; «Zona», de Joana Ruas; «Além do Quadro», de Maria Judite de Carvalho; «Vida e Morte dos Santiagos», de Mário Ventura; «Memorial de Convento», de Saramago; mesmo até a «Balada da Praia dos Cães», de José Cardoso Pires e o «Auto dos Danados», de António Lobo Antunes (livros que não admiro por aí além, mas que respeito pelas propostas que nos explanam), são romances impensáveis sem a existência do 25 de Abril.

A literatura portuguesa actual é não só o resultado do 25 de Abril, mas a consequência directa de uma literatura que se bateu pelo 25 de Abril. Quero referir aqui um dos romances mais importantes editados durante o fascimo, e que a nossa incúria, a nossa negligência e o nosso descaso remeteram para o purgatório dos grandes esquecimentos culturais: «Não há Morte nem Princípio», de Mário Dionísio, que constitui para mim a grande abertura e simultaneamente a grande ruptura com os métodos tradicionais de escrever romance em Portugal. Um dia vão descobrir que Mário Dionísio escreveu uma obra-prima. Como vão descobrir um dia que «Finesterra», de Carlos de Oliveira, publicado em, 1978, está avançado no tempo cultural português mais de 50 anos.

Para além da prosa narrativa portuguesa gostaria de salientar alguns nomes que na poesia portuguesa contemporânea marcam uma data e delimitam um tempo: Luísa Neto Jorge; Fiama Hasse Pais Brandão; Hélder Moura Pereira; João Miguel Fernandes Jorge e José Agostinho Baptista.

— Que significado teve a Revolução na sua carreira?

— Sem o 25 de Abril eu não escreveria, ou não conseguiria escrever, a «Viagem de um Pai e de um Filho pelas Ruas da Amargura», que é não uma prospecção ao meu umbigo, mas sim (penso eu) o retrato necessariamente literário de um desespero sem saída.

Sem o 25 de Abril nunca conseguiria escrever «Elegia para um Caixão Vazio», que não é o ajuste de contas com a minha geração; mas sim a imagem devolvida e portanto transfigurada, mas nunca desfigurada, dos acontecimentos, dos episódios, das derrotas vividas pela geração a que pertenço: a da década de 60.

Não se trata comigo de uma actividade revivalista, saudosa, amargurada. Trata-se, isso sim, de dizer aos outros algo sobre os outros e sobre mim próprio. Quando um homem se expõe com suficiente clareza, com discreta modéstia e com espírito racionalista, muitos mais homens estão em jogo, muitos mais homens entenderam aquilo que lhes pretendo dizer.

Tive o privilégio de privar de perto com aquele que eu ainda hoje considero o maior escritor português vivo (apesar de ter morrido em 1981): Carlos de Oliveira. O Carlos de Oliveira ensinou-me com o seu exemplo cívico e cultural a ter escrúpulos, a só escrever sobre coisas de que tenha directo conhecimento. A inventar pouco e a saber olhar em meu redor. Carlos de Oliveira era um homem do 25 de Abril antes do 25 de Abril existir. Basta ler e amar os seus livros. Sendo ele também um escritor de transição reflectiu, na prosa e na poesia, a transição então pressentida na sociedade portugesa.

De resto, o resto pouco me interessa. Há escritores que o não são à força de o quererem ser. E há escritores que o são sem que para isso se precipitem na sórdida estratégia das falsas glórias.

Corro e ando devagar porque o tempo está a meu favor. O tempo de reflexão, o tempo de atenção, o tempo de aprendizagem, o tempo de admirar, o tempo de respeitar. E aguardo o meu próprio tempo.

António Alçada Baptista

'Escrevo com uma enorme liberdade de espírito'

Com uma obra seleccionada este ano para o «Grande Prémio Romance e Novela» da Associação Portuguesa de Escritores, «Os Nós e os Laços», António Alçada Baptista afirma:

«Não creio que a Revolução de 25 de Abril e a instauração da liberdade tenha sido feita para os escritores escreverem mais livros, mas para que o povo português viva em liberdade».

— Qual o significado do 25 de Abril na literatura, o que se modificou e o que se mantém igual?

— O 25 de Abril trouxe um elemento indispensável a uma vida cultural sã, que é a existência da liberdade. Não creio que este factor tenha influenciado grandemente a criação literária, e isso pode ter servido de argumento a alguns que criticavam os escritores por se insurgirem contra a censura, acusando-a da responsabilidade de impedir a criação cultural.

Não creio que a Revolução de 25 de Abril e a instauração da liberdade tenha sido feita para os escritores escreverem mais livros, mas para que o povo português viva em liberdade.

Quanto à vida cultural, aí sim, parece-me que as coisas se modificaram muito. A divulgação, a animação, a livre comunicação de cultura é hoje uma realidade indesmentida e que certamente vai ter reflexos na formação das novas gerações.

— Qual o significado da Revolução na sua carreira?

— Na minha própria carreira não me parece que tenha grande influência, continuo a escrever os meus livros ao ritmo com que escrevia antigamente, embora deva confessar que com uma enorme liberdade de espírito e sem necessidade de vigilância sobre a minha própria escrita.

— Em quais dos seus livros está mais patente essa liberdade de espírito?

— Após o 25 de Abril uma área da escrita onde essa liberdade poderia ser mais sensível seria na literatura memorialística, pois poderíamos ter oportunidade de conhecer muitos acontecimentos que foram censurados. Infelizmente essa literatura não foi tão rica quanto seria desejável. Destaco de qualquer maneira os raros livros sobre a guerra colonial.

Dos meus próprios livros, o meu 2.º volume da «Peregrinação Interior». Essa liberdade manifestou-se nomeadamente em eu poder criticar algumas forças que se opunham ao antigo regime e contra as quais eu naturalmente não podia escrever no tempo da censura, embora isso me tivesse sido permitido.

José Cardosos Pires

"O melhor que posso fazer, não o melhor que me consentem"

Para José Cardoso Pires, escritor que se tornou profissional com a revolução de Abril e vencedor, em 1983, do Prémio Romance e Novela atribuído pela Associação Portuguesa de Escritores com o seu livro «Balada da Praia dos Cães», o 25 de Abril de 1974 vale «pela liberdade de expressão e cultura que trouxe ao País».

— Qual o significado do 25 de Abril na Literatura, o que se modificou e o que permanece igual?

— O 25 de Abril acabou com a censura e com a universidade totalitária e basta isso para ter sido uma coisa inestimável, que não tem preço.

O 25 de Abril para mim só vale pela liberdade que trouxe ao País, liberdade de expressão, de cultura e pela libertação das colónias, porque na economia não houve grande melhoria. Apareceram economias paralelas, houve uma grande reacção estrangeira e o País ficou a funcionar no ar. Criaram-se marcas de socialização, arremedos. Mas para a Literatura, para a cultura, para a liberdade individual foi uma coisa inestimável.

Claro que o País passou a ser mais aberto ao mundo, o que possibilitou a descoberta dos escritores portugueses a nível internacional. No entanto estou muito inquieto com o que se passa, porque naturalmente uma sociedade liberal cria também as suas formas de censuras paralelas, que são incomparavelmente menos primárias e perigosas que as censuras de Estado.

A Comunicação Social, depois de uns anos de selvajaria, passou a uma atitude que por vezes pressupõe autocensura inconsciente. A administração da Impresna e editoras estatizadas têm sido organizadas como um feudo de clientelas políticas que se vão sucedendo. O poder de compra baixou e portanto tem influência na audiência de Imprensa, mas em todo o caso há sinais extraordinariamente positivos.

Com todos os defeitos, a rádio é melhor do que nunca foi (não é que eu goste dela) e desta amálgama de jornalismo que apareceu após o 25 de Abril, a maior parte dele cheio de oportunismo e de incultura, a verdade é que temos na Imprensa, na rádio e até na televisão jornalistas de grande qualidade. Eles estão é envolvidos com uma fauna de serventuários políticos, de adaptados e de oportunistas que naturalmente ensombram a qualidade desses profissionais.

Mas agora que estamos a poucos dias das comemorações do 25 de Abril, os sinais de propensão censória estão à vista, vêem-se todos os dias, em toda a parte. Agora que se vão criar uns Serviços de Informação, (que é um instrumento delicado que pode conduzir a uma nova polícia política) é curioso lembrar que um general indiciado para dirigir esses serviços já fala em censura.

Toda a gente sabe que os argumentos da censura são sempre os mesmos. Apresentam-se infalivelmente como uma medida provisória para ficarem às vezes por 40 anos, como nos aconteceu. É em nome da segurança que ela é invocada e está sempre ligada à polícia. Em Portugal foram oficiais do exército que a praticaram, com um desvelo de chefes de caserna, fedorentos, supersticiosos porque incultos e todos muito amantes da Pátria e da religião.

Bom, falei da censura porque é a lepra da cultura e porque interessa muito mais falar do que teimosamente se pretende implantar a vários níveis para apagar essa verdade maravilhosa que foi, e é, o 25 de Abril.

— Na sua carreira de escritor, que influência teve a Revolução?

— Só depois de 25 de Abril é que sou escritor profissional, é que vivo da literatura e é uma coisa terrivelmente bela poder dizer que aquilo que eu escrevo é o melhor que posso fazer, não o melhor que me consentem.

Augusto Abelaira

"Sinto-me mais livre de voar pelos caminhos da fantasia"

Autor do livro «O Único Animal Que?», romance que também esteve seleccionado para o «Grande Prémio de Romance e Novela» da Associação Portuguesa de Escritores, Augusto Abelaira considera que, a liberdade conseguida com o 25 de Abril, «desobriga o escritor de ser tão combativo como antes».

— Qual o significado do 25 de Abril na literatura, o que se modificou e o que se mantém igual?

— Em primeiro lugar, um factor externo à própria literatura mas que tem uma importância extrema nela: a liberdade. E num certo sentido, a liberdade até desobriga o escritor de ser tão combativo como antes. Isto parece paradoxal, mas julgo que é verdade. A literatura, sobretudo na sua fase neo-realista, era mais combativa do que a actual. E mais combativa pelo próprio facto de parecer o que não era.

A própria dificuldade de ultrapassar a censura era um estímulo para a enganar, e nestas coisas de literatura, as dificuldades muitas vezes estimulam.

Por outro lado, e visto que os jornais já podem dizer tudo, do ponto de vista político, é possível que o escritor se desobrigue um pouco de uma tarefa que os jornais então não podiam ter.

Menos obrigado àquilo a que poderíamos chamar a sua responsabilidade social, até porque há liberdade, os escritores sentiram-se livres para alargar os seus temas. É uma hipótese, não tenho a certeza de que isto seja assim, mas tenho de facto a impressão de que a literatura actual, até pelo aparecimento de uma nova geração, está menos descontraída, cobre um leque mais vasto de preocupações.

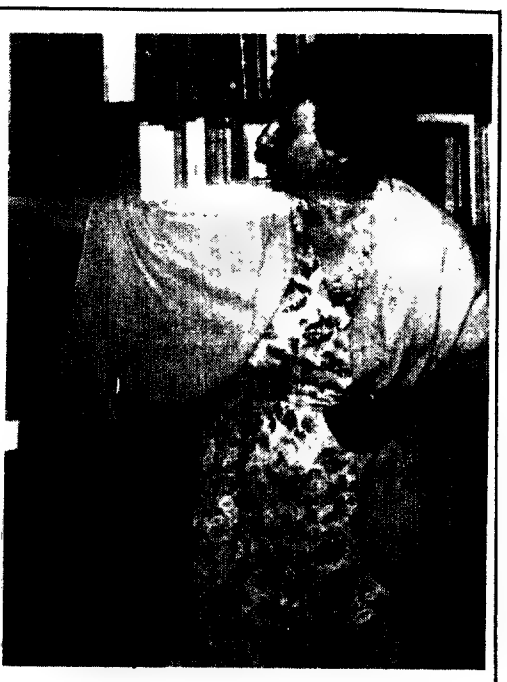
— Na sua carreira, que influência teve a Revolução?

— É possível que o que atrás disse seja subjectivo em grande parte, e corresponda mais a uma experiência pessoal, do que à realidade dos factos.

A liberdade do 25 de Abril, de certo modo, dividiu-me como homem de letras: por um lado passei a escrever nos jornais, dando expressão à minha veia política; e isso desobrigou-me da preocupação política, combativa, nos romances. Isto não é completamente assim, é uma caricatura, mas aproxima-se da verdade. Eu canalizo para os jornais o protesto político que antes estava presente nos romances e sinto-me portanto mais livre de voar pelos caminhos da fantasia.

— Em quais dos seus livros se pode notar esse menor envolvimento político?

— Nos três últimos: «O Triunfo da Morte», «O Bosque Harmonioso» e «O Único Animal Que?». Falando com mais rigor, talvez se possa dizer que a preocupação política continua nesses livros, mas porque a censura não obriga a disfarçar-se, ela disfarça-se livremente. Perdeu a necessidade de ser clara dentro do disfarce, deixou de visar concretamente o momento em que vivíamos, que era o do fascismo.



Agustina Bessa Luís

25 de Abril: a revelação duma geração

«Não basta comemorar, é preciso atingir os factos, que nos pedem, a nós, cidadãos, experiência e trabalho.» São palavras da escritora Agustina Bessa Luís sobre o 25 de Abril, que comemora agora o seu 12.º aniversário. Autora de livros como «Os Meninos de Ouro» que obteve em 1984, o prémio de romance e novela da Associação Portuguesa de Escritores, Agustina Bessa Luís entende os doze anos de revolução como «a idade da revelação duma geração».

— Qual o significado do 25 de Abril na Literatura, o que se modificou e o que permanece igual?

— O 25 de Abril, que agora faz doze anos é a idade da revelação duma geração. No âmbito profissional e nas letras é a primeira descoberta da vida, de todos os factos. Esperemos que comece agora esse novo horizonte dos novos portugueses, no fundo para os quais o 25 de Abril tem de ter uma importância decisiva. Não basta comemorar, é preciso atingir os factos, que nos pedem, a nós cidadãos, experiência e trabalho.

Não se operaram mudanças, porque toda a estrutura da personalidade já estava decidida e não há grande capacidade de mudança no ser humano depois de uma certa idade.

E justamente na nova geração que é preciso esperar a consolidação do 25 de Abril. Isso estará presente nas obras que aparecerem daqui a quinze anos. Não sejamos impacientes, quinze anos é muito menos que um minuto na vida cultural de um povo.

— Na sua carreira, que influência teve a Revolução?

— Na minha obra, e não só na minha obra mas posso falar por mim, houve a possibilidade de uma maior franqueza. Ela pode apresentar-se menos enigmática e usar talvez menos a metáfora. Acho que isso está claro na minha vida pública, e, quanto aos livros, a escolha dos temas e a inclinação que temos por eles procedem da necessidade de percorrer determinadas etapas, que são essenciais na vida do escritor. Acabei de terminar aquilo que eu chamo a «etapa académica», que compõe um retrato voltado para a dignidade e uma certa pose. Foi a etapa da investigação, das biografias e da historia. Agora começarei outra, a que não dei ainda nome, possivelmente dentro da linha romanesca, que não quero nem posso abandonar.

— Em qual dos seus livros é mais notória a menor utilização de metáforas, essa maior liberdade de escrita?

— Mais do que nos livros, essa desinibição está mais presente nos artigos, nessa ampliação de horizontes críticos. Nos livros isso pode observar-se em «A Crónica do Cruzado Osb» — e também em «Os Meninos de Ouro». Depois enveredei muito rapidamente pela investigação histórica.

Electricidade de Portugal
Empresa Publica — Direcção de Distribuição Tejo

AVISO AOS CONSUMIDORES

No próximo domingo, será interrompida, durante as horas indicadas, a corrente eléctrica nos seguintes Sectores e Zonas, onde é indispensável efectuar trabalhos de ampliação e conservação das nossas redes.

CENTRO DISTRIBUIÇÃO OESTE

— **CONCELHO DE AMADORA – ZONA 1:** Casal de Alfornelos: célula F e imediações (das 8 às 14 horas).

— **CONCELHO DE CASCAIS – ZONA 2:** Estoril: Av. de Nice, Av. de Portugal (parte), R. de S. Remo, R. das Palmeiras, Av. Bombeiros Voluntários (parte), Av. Biarritz, R. do Porto (parte), Estrada Marginal (parte), Av. Clotilde e Imediações. Livramento: R. do Pinheiro, R. Arriaga, R. Julião dos Santos, P das Amoreiras, Largo do Livramento, R. dos Eucaliptos e imediações (das 8 as 14 horas)

— **CONCELHO DE MAFRA – ZONA 3:** Murtal (das 8 às 14 horas)

— **CONCELHO DE OEIRAS – ZONA 4:** Caxias Reduto Norte Laveiras (das 8 as 14 horas)

— **CONCELHO DE SINTRA – ZONA 5:** Aldeia Galega, Alfaquiques, Almorquim, Cabreia, Camarões, Codiceira Cortegaça, Coutinho Afonso, Fachada Faião Moreira, Palmeiras, Penedos da Silva, Rampa das Falinas, Raposeiras, S. Miguel de Odrinhas e Sacário (das 8 as 14 horas)

CENTRO DISTRIBUIÇÃO VALE DO TEJO

— **CONCELHO DE VILA FRANCA DE XIRA – ZONA 6:** Morna Provela, Cachoeiras, Casal da Coxa, Quintas, Bandarra, Loja Nova e Coutada (das 8 às 14 horas).

— **CONCELHO DE ARRUDA DOS VINHOS – ZONA 7 :** Cardosa, Linho, Pocariças, Casal Não Há, Quinta da Serra, Antas e St.º Estêvão (das 8 às 14 horas).

— **CONCELHO DE MAFRA – ZONA 8:** Aboboreira (das 8 às 14 horas)

DEPARTAMENTO PERIFÉRICO DE TORRES VEDRAS

— **CONCELHO DE TORRES VEDRAS – 9:** Bordinheira, Bonabal, Carregueira, Gafanhoto, Azinhaga, Lugar da Estrada, Cadoiço, Montigrão, Cova da Moura, Chãos, Serreira, Freiria, Casal da Mucharreira, Fernandinho, Colaria, e Asseiceira (das 8 às 14 horas)

TRIBUNAL DO TRABALHO DE LOURES

ANÚNCIO

O Doutor Guilherme Pires, Juiz de Direito do Tribunal do Trabalho de Loures:

Faz anunciar que nos autos de carta precatória, extraída do auto de execução por quantia certa em que são exequente Orlando João Pereira e executada Materiais Novobra, SARL, que correm os seus termos pela 1.ª secção deste Tribunal, foi designado o dia 16 de Maio de 1986 pelas 10 horas, para se proceder à arrematação em hasta pública e em 1.ª praça, à porta deste Tribunal sito na Rua da Republica n.º 50 em Loures, do bem abaixo indicado e penhorado nos autos acima referidos, o qual será arrematado pelo maior lanço oferecido e superior ao valor indicado no processo.

BEM A VENDER Uma betoneira marca «Noe», com capacidade para 400 litros, com motor diesel «tetter» n.º 31 090, que se encontra no estabelecimento fabril da executada sito na Quinta da Portela em Loures

E para constar se lavrou o presente anuncio e outro de igual teor afim de serem publicados.

Loures, 17 de Abril de 1986

O JUIZ DE DIREITO
(assinatura ilegível)
O ESCRIVÃO-ADJUNTO
(assinatura ilegível)

D.L. 25/4/86 – 2ª Pub.

CONQUISTA DO POVO
COOPERATIVA DE CONSUMO DOS TRABALHADORES DO COUÇO, CRL

☎ 65 253 — 2115 COUÇO

- CARNES
- VESTUÁRIO
- RAÇÕES
- MOBÍLIAS
- PRODUTOS ALIMENTARES
- CALÇADO
- FERRAMENTAS
- ELECTRODOMÉSTICOS

SERVIÇO DE BAR

SÓ PARA SÓCIOS
8 ANOS AO SERVIÇO DOS ASSOCIADOS

Glosas melancólicas sobre a cultura

Dormimos e sonhamos. Acordaremos a tempo?

Talvez por fatalidade histórica ou geográfica, a obra das grandes figuras da cultura portuguesa, com raras excepções, só serve de modelo ao país quando nem já os ossos se lhe aproveita, vale dizer, só é aproveitada quando já não é aproveitável.

Ao invés, em matéria de opiniões influentes e orientadoras, tem-nos calhado em sorte um tipo de intelectuais que não há em mais parte nenhuma do mundo, especializados no disparate e na insensatez. Que isto não seja tomado como injúria, porquanto é bem verdade que há asneiras tão grandes, tão fora do senso comum, que só profissionais da ideação as podem ter congeminado.

Ernesto Sampaio

Há tempos, por exemplo, na tribuna de um destes «clercs» (ressalvamos-lhe o nome por simpatia e caridade) lia-se que comparado com o Maio 68 francês, o 25 de Abril era uma brincadeira. Imaginem: comparar o fim de uma ditadura e de uma guerra colonial com uma grande púrria de estudantes! Nas entrelinhas de uma «opinião» como esta perpassa a nossa sombria realidade actual: a de uma nação indigente onde a cultura, no que à produção respeita, se circunscreve a esforços individuais ou de pequenos grupos dispersos e isolados, e no que toca o consumo engloba tão-só minorias sociais insignificantes perante a dimensão colossal da ignorância e do obscurantismo.

Quarenta e oito anos de censura e desinformação e a pavorosa crise económica que acompanhou a recuperação da democracia, já de si precária, têm muito a ver com isto. Mas não explicam tudo. O resto deve-se às vicissitudes várias que se seguiram ao corte que o 25 de Abril significou: primeiro, ano e meio de um processo político vivido na rua por todo o povo, num péssimo exemplo para a Europa e para o mundo; depois a contra-ofensiva da reacção que, de início completamente desbaratada, conseguiu mais tarde recompor-se e passar ao ataque disfarçada de democrática, de esquerda e socialista.

Portugal normalizou-se, regressou, com novas variantes, ao sistema social e económico anteriormente em vigor, votado ao dinheiro e à procura do máximo lucro. Voltámos ao mesmo bloqueio da sociedade que conhecemos no tempo do fascismo e ao sistema que perpetua, sem a submeter definitivamente, a velha classe dos «humilhados e ofendidos».

O salto incompleto

Em recente entrevista concedida ao diário de Barcelona «La Vanguardia», José Saramago lembra que os portugueses vêm de revolução fracassada em revolução fracassada: «Foram revoluções com impulsos cortados, nas quais o salto foi incompleto». Assim tem sido, de facto. O epílogo das guerras civis do século passado foi um regime onde «os bandos políticos já não têm rótulos, basta-lhes o nome dos chefes: é o deste, o daqueloutro, e uns sucedem-se aos outros... (Oliveira Martins, Portugal Contemporâneo). O culminar da Primeira República foi Salazar. O desfecho do 25 de Abril foi o 25 de Novembro. E a actual viragem do regime inaugurado nessa data parece apontar, não para a direita, como muitos temem, mas para coisas ainda piores: o destino desastrado que nos espera se persistirmos, como povo, em manter-nos acéfalos e apáticos, abertos ao quotidiano instituir da estupidez e da idiotia.

No plano cultural, a Regeneração oitocentista deu o regime serôdio dos Pinheiros Chagas e dos Tomaz Ribeiro, «cristão, português e bacharel formado» (Prólogo do D. Jaime); a Primeira República, no intervalo de encaixar insultos integralistas, assistia enlevada ao espiralar do fumo da cigarrette do embaixador Augusto de Castro; com o salazarismo, os modernismos de António Ferro e os cortejos históricos de Leitão de Barros embasbacaram toda a gente.Até aos dias de hoje, segue-se um longo etc. E Camilo, Herculano, Antero, Eça, Pascoais, tantos, tantos outros? Trágica sorte a desses gigantes que, parafraseando o mazorro Rodrigo da Fonseca à hora de finar-se, também podiam dizer: «Nascer entre brutos, viver entre brutos e morrer entre brutos é triste!»

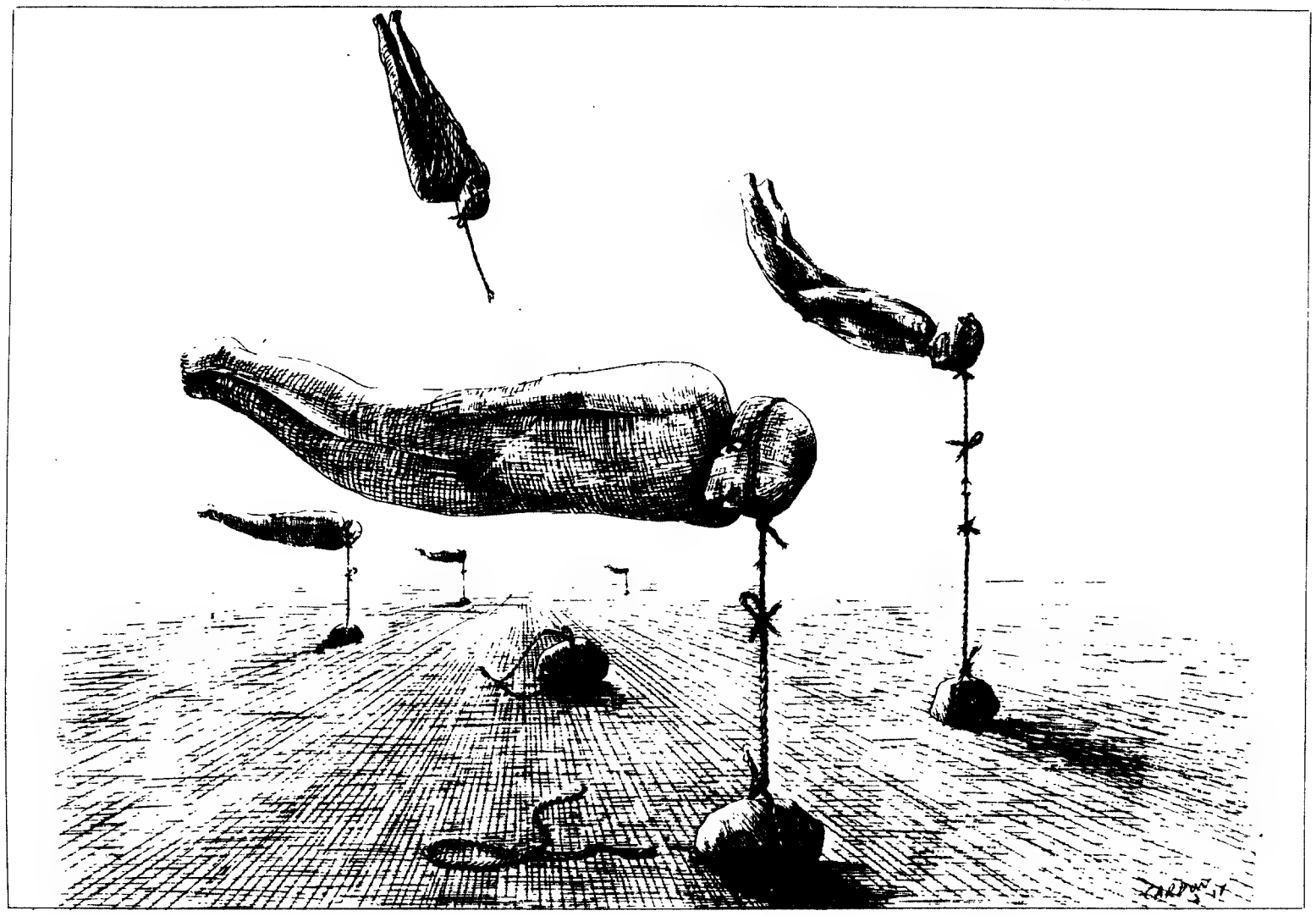
Se pensam que isto é pessimismo atrevido e ofensivo, tomem lá mais Oliveira Martins: «Também os médicos, por via de regra, escondem às famílias a gravidade das doenças: umas vezes não as percebem, outras convém-lhes mentir, para não assustar! Assim estão as classes que nos governam; e até hoje, força é dizer que o povo não descobriu ainda meio de se libertar delas. Nem descobriu o meio, nem demonstrou a vontade, Dorme e sonha. Ser-lhe-á dado acordar ainda a tempo?»

Individualismo mediocre

A nossa sociedade exalta o individualismo. Pelo viés do esquema produção-consumo, desencadeia, ao serviço do lucro capitalista, o fundo de agressividade e a vontade de auto-afirmação que existem em cada um de nós. Por via de consequência, a desgraça de uns consola os outros da sua mediocridade e satisfá-los relativamente. Uma tal sociedade, que se organiza hierarquicamente em função do poder económico, tem por força de se reproduzir, segregrando os seus desfavorecidos, o pessoal menor necessário ao seu funcionamento.

Em termos culturais, e tomando como referência o 25 de Abril, não exageramos se dissermos que após um breve período dominado pelos movimentos colectivos e pela ideologia, isto é, pela medida do extraordinário, retornaram as outras componentes fundamentais da sociedade burguesa: o pragmatismo e o utilitarismo.

É certo que em anos passados as pessoas também se comportavam em termos utilitaristas e privilegiavam os seus interesses pes-



Tudo OK, *desenho de Opiano Cardin*

soais privados, mas faziam-no quase às escondidas, já que os valores culturais dominantes eram outros: colectivos, altruístas. O entusiasmo por um mundo renovado atingia profundamente a personalidade dos indivíduos, e no universo ideológico-extraordinário cada um sentia existir uma coincidência entre a sua biografia e a história; sentia que a sua acção, por mais modesta, o transcendia, encarnando e realizando um ideal de perfeição.

Hoje, quase nenhum burguês — pequeno, médio ou grande — acredita nas soluções globais, extraordinárias, e apenas tem em mente interesses concretos e imediatos — o resto não lhe interessa. No mundo do extraordinário, as pessoas buscam a felicidade, pensam em termos de tudo ou nada. No utilitarismo, não se procura a felicidade, mas o «melhor» por referência a um «pior», ambos inculcados pela publicidade e pelos «mass media».

Nas empresas, já se sabe, a «racionalização» utilitarista faz tábua rasa de todos os pruridos humanistas e toma os homens apenas por aquilo que rendem. Se alguém deixa de servir, atira-se fora e arranja-se outro que funcione melhor, como se de maquinaria se tratasse.

Mas a orientação utilitarista penetra também em âmbitos que até há pouco lhe estavam interditos: nos campos, por exemplo, da religião, da fé, da ideologia. O utilitarista não adere a uma fé através da «conversão», mas através do cálculo, da procura do que lhe «serve» ou lhe «rende». Busca fundamentalmente uma «técnica» para obter sucesso e se sentir bem, sereno, de boa saúde e belo aspecto. E experimenta diversas alternativas. Experimenta o cristianismo, o ioga, a dieta macrobiótica, uma que outra droga leve, a parapsicologia, a psicanálise, etc., avaliando tudo isto na base do que lhe rende, do prazer que daí pode extrair.

Contabilidade

Também os sentimentos e as emoções constituem para o utilitarista dados manipuláveis, calculáveis. Dos seus sentimentos e dos outros, interessa-lhe saber se lhe trazem vantagens ou desvantagens, prazer ou fastio. São coisas, também elas, de que é preciso avaliar as implicações e as consequências, e que não possuem qualquer sentido ou valor em si mesmas. O problema, ao lidar com sentimentos e emoções, os próprios e os alheios, consiste portanto em controlá-los, guiá-los, desfrutá-los, e isso implica trabalho, cálculos, a aprendizagem de técnicas.

Embora apregoe apreciá-la e procurá-la, o utilitarista não se abandona à espontaneidade criativa. É algo que lhe surge como uma perspectiva insegura e assustadora. Prefere aprendê-la: num «workshop» de expressão corporal, por exemplo, ou em escolas de mímica, desenho criativo ou poesia. Do mesmo modo, quando tem meios para isso, vai ao sexologista e ao psicanalista aprender a libertar os apetites sexuais e os sentimentos. Tudo se torna aprendizagem e contabilidade: uma contabilidade do prazer, da espontaneidade, da criatividade. Cautelosa, como a contabilidade do dinheiro.

A família, estandarte esquálido e vergonhoso das mais infames retóricas, transforma-se numa associação de assistência mútua, deixando de ter qualquer valor em si própria. Já não são regras invioláveis ou questões de princípio que o fazem sobreviver, mas a sua utilidade funcional. Numa época como esta, em que os rendimentos pessoais de cada um não chegam para se viver com «dignidade» (como se diz agora), a família transforma-se numa espécie de cooperativa de rendimentos compósitos, e é ela que faz poupanças, compra a segunda casa, o automóvel, o televisor a cores, que toma e garante empréstimos, que arranja empregos graças à parentela ou às amizades. Os jovens, mesmo desempregados ou com um trabalho precário, conseguem sobreviver através da família. Não lhes falta comida nem os serviços essenciais, têm um sítio onde dormir e até, em alguns casos, fazer amor (com efeito, há pais que se tornam tolerantes). Enfim, reina o pragmatismo, o bom senso: basta manter afastados dramas e exageros.

Nas relações de casal o utilitarismo apresenta-se sob a forma de uma defesa maciça contra o amor, o abandono, a paixão. Para triunfar neste domínio, requere-se o controlo permanente das paixões e intemperanças. Na verdade, ao utilitarista repugnam-lhe os ímpetos passionais, poéticos e místicos; procura prazeres seguros, previsíveis e afasta tudo o que o perturba.

O amor é assim avaliado na base da sua capacidade de proporcionar segurança sem aborrecimento, e a própria linguagem que o exprime tem algo de contabilístico: «prestações sexuais», «acordo entre os **partners**», etc., tudo coisas comparáveis, mensuráveis, abertas às sondagens demoscópicas.

A avaliação amorosa faz-se em termos de comodidade, facilidade, bem-estar. Quem ama com entusiasmo, criatividade, paixão, é visto com extrema desconfiança pelo utilitarista e por ele considerado como um fulano meio místico-doido, meio perigoso aldrabão. Para o utilitarista, a poesia não compensa: é um sintoma de inépcia. Além disso, se lhe apetece poesia, compra-a no centro comercial ou no cinema, e a preços relativamente módicos.

Privilégios

No plano do consumo e na vida social, o utilitarista, na actual versão portuguesa, gosta das coisas cómodas, dos pequenos e grandes privilégios, planeando com minúcia o modo de obtê-los. Sejam quais forem as suas declarações políticas, no fundo é um céptico, despreza o «povinho», vive fechado para os outros. Aos generosos e altruístas, considera-os parovos ou hipócritas. Aprecia o sucesso e garra-se como lapa ou mexilhão a quem o alcança. Agrada-lhe receber prendas, mas dá-as o menos possível, e arranja sempre qualquer explicação ética para justificar este comportamento. Na realidade, a sua lógica consiste apenas em receber sempre mais do que da.

Na actividade económica, não há em Portugal correspondência entre o surto utilitarista e o crescimento empresarial. Prevalece ainda, em muita burguesia, um conceito patrimonial da riqueza. Uma bela casa no campo é ainda o sinal mais espaventoso do bem-estar e opulência, e também começa a manifestar-se, se bem que de modo caricatural, algo que recorda o hedonismo e o utilitarismo da aristocracia de outrora: o gosto de ser servido, de se distinguir do «vulgar».

Como se vê, pode-se concluir que, entre nós, o kapital já não é hoje senão uma grande reserva vazia, um espaço multiforme despovoado. E a pobre cultura que temos reflecte fielmente esta situação. A burguesia do século XIX era uma classe que tinha um projecto; a dos dias de hoje é um montão de cadáveres, tão clara e definitivamente cadaverizados que muitos jovens já não entendem o que é isso de «tomar o poder»: do outro lado a noção de poder deixou de ter sentido.

Que dizer, na verdade, desta gente apanhada na teia normativa, formadora, informática de um kapital que canaliza e nivela as energias e as palavras, se não que não existe, ou, se existe, a sua existência é como um frémito de horror da história, imagem ampliada e deformada do espectro de penúria que se perfila nos horizontes do futuro.

Tudo OK

O 25 de Abril? Ontem, como hoje, os ricos têm sempre razão. Contudo, uma vantagem, pelo menos, se perdeu: a da lenta circulação das ideias. Eram poucas as que germinavam na oposição ao fascismo. Muitas falsas, mas relativamente estáveis. As ideias tendem infelizmente a desaparecer, e a diferença, hoje, é que tudo é hipotético, só verdadeiro enquanto vendável.

Talvez que a multiplicação das técnicas esteja directamente relacionada com o desaparecimento das ideias. Se examinarmos o campo das artes e das letras, que encontramos? Diz-se, por exemplo, que a literatura foi ultrapassada e que só a música e as artes visuais se mantêm na vanguarda. É claro que a poesia e a prosa narrativa não poderão actualizar-se se não realizando obras absolutamente privadas de ideias. Dir-se-á que também a renúncia às ideias é uma ideia: a ideia de que não existem ideias válidas. Semelhante subtileza, porém, já nem beneficia sequer da vantagem da novidade.

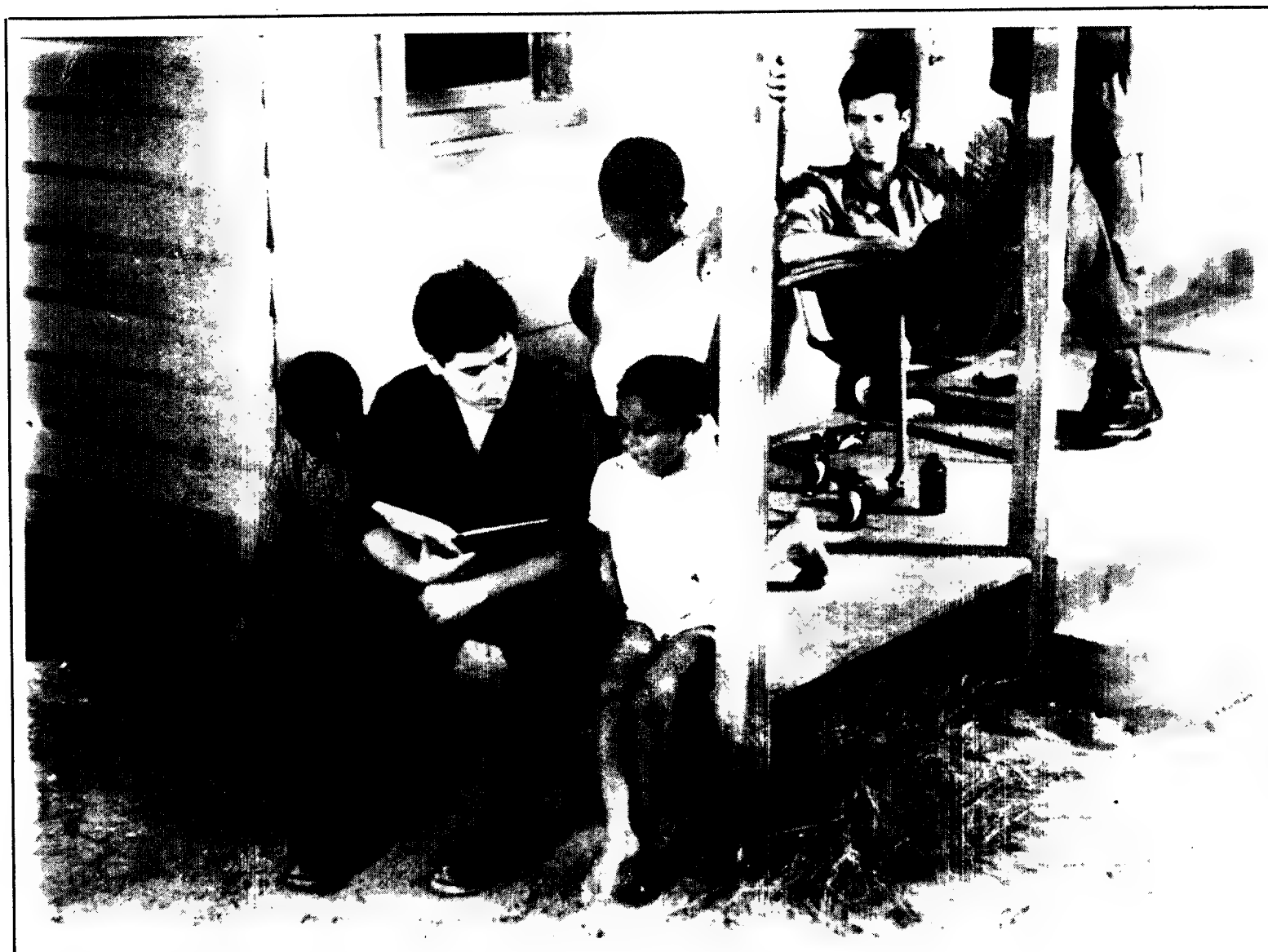
O horror pelos conteúdos abstractos, a justa convicção de que a poesia se faz com as palavras, a música com as notas, a pintura com as cores, relegou para segundo plano aquilo que os nossos pais sabiam há séculos, isto é, que a poesia não se faz **só** com as palavras, nem a música **só** com os sons, e tão-pouco a pintura unicamente com o desenho e a cor. Superadas as iniciais desconfianças, esse esquecimento culminou numa arte concebida apenas como gesto ou como exibição de matéria bruta. Uma arte feita assim não congestiona o espírito, não faz pensar. É agradável.

O contorno ou o traço de uma ideia que possa dar sentido à termiteira humana vai-se desvanecendo. Esta situação criou novos padrões pelos quais se alinham milhares ou milhões de obras literárias. Os autores dessas obras terão editores, cátedras, prebendas. Pouca gente os lerá, mas à sua existência não há-de faltar a consagração oficial. Mais numerosos — uma infinidade — serão os escritores de material comestível, também eles destinados ao olvido, mas bem pagos e respeitados.

Tudo estará absolutamente OK e os filósofos explicarão que a sua matéria, depois de ter atingido o auge em tempos bárbaros, deverá ser relegada para as trevas de uma pré-história que para o novo animal humano é destituída de qualquer interesse.

O 25 de Abril abriu, obviamente, outras hipóteses, alternativas diferentes e possíveis, mas não sei se a opinião iluminada portuguesa as achará mais consoladoras. É que não são «pluralistas».

Parafraseando Rodrigo: «Nascer entre brutos, viver entre brutos e morrer entre brutos é triste».



«Um adeus português» *impôs João Botelho como cineasta importante da geração pós-Abril*

Manoel de Oliveira recebendo um troféu em Rimini: nestes doze anos ele tornou-se a lusa glória cinematográfica, com inteira justiça

Doze anos de cinema após Abril

Jorge Leitao Ramos

Nestas datas de comemoração é costume o balanço, avaliar vitórias e revezes, tomar na mão o peso do tempo, do que somos e fizemos. Sobre o cinema também é possível um olhar. Mas será que faz sentido?

Que seria do cinema português se, em 1974, o Estado Novo não tivesse caído de velho e podre, apeado pelo mesmo poder militar que o levara ao poder quarenta e oito anos antes?

Fazer uma pergunta destas é vão (a história não vive de ses) e se o «25 de Abril» mudou tudo na sociedade portuguesa, o cinema outro seria se a data não tivesse sido a da queda do pequeno fascismo lusitano.

Não adianta, também, repisar velhos enredos: a censura, a ridícula estreiteza que não deixava ver corpo nu no **écran** nem que o cinema reflectisse a realidade social portuguesa; a liberdade ganha, já se sabe que sim; a falta de apoios oficiais à prática cinematográfica (seria esquecer que a Lei do Cinema que nos rege é a marcelista com retoques nem sempre para melhor). Nada é como antes, não por méritos ou deméritos de uma data ou movimento mas porque a história não pára e o que se fez, entretanto, em 12 anos é apenas fruto do que somos, não vale a pena invocar os deuses que o assunto é nosso.

Nestes 12 anos fez-se muito cinema, muito livremente. Para quê, para quem? No princípio para cantar a Revolução e nela militar — mas os grandes filmes do imediato pós-Abril não foram esses, chamaram-se **«Benilde ou a Virgem Mãe»** e **«Trás-os-Montes»** e a sua revolução era interior, ética e estética...

Depois os ânimos serenaram, veio o reflexo, o luto e outras lutas: na frente da conquista do público caíram barricadas com décadas, **«Kilas o mau da fita»** de José Fonseca e Costa consegue ser um grande êxito e outros filmes lhe seguem no encalce (**«Sem sombra de pecado»**, **«Os abismos da meia noite»**, **«A vida é bela?!...»**, **«O lugar do morto»**); na frente do prestígio cultural, Oliveira começa a ser apelidado de génio um pouco por todo o lado e torna-se uma espécie de glória lusa a golpes de sucessivos filmes notáveis; nomes como os de João César Monteiro e António Reis crescem para o primeiro plano dos cineastas portugueses; uma geração posterior à do «cinema novo» chega e impõe-se, com João Botelho e João Mário Grilo.

Mas, também: doze anos não chegaram para implantar uma estrutura industrial que permitisse uma continuidade de produção que libertasse, ainda que só muito parcialmente, o cinema português da inteira dependência do dinheiro estatal (com todo o cortejo de lutas e intrigas que um tal sistema sempre traz consigo); doze anos não chegaram para que a RTP olhasse a realidade do cinema como fazendo parte dos seus interesses.

Mas, ainda: nestes doze anos implantou-se o joio de se fazerem filmes que nunca se exibem, a lista é imensa e não vale a pena voltar a falar nisso a não ser para denunciar o vício e tornar a exprimir público escândalo pelo facto (e pelo facto, ainda mais espantoso, de o Estado refinanciar projectos seguintes de realizadores com filmes fechados nas latas!).

Mas, concluindo: doze anos depois de 1974, estamos reduzidos a uma anémica produção de cinco fitas por ano, algumas, se calhar, para nunca verem a luz do dia, a um IPC burocratizante e espartilhador. Mas, contudo: há um punhado de fitas espantosas semeadas nestes dozes anos (**«Silvestre»**, **«Amor de perdição»**, **«Trás-os-Montes»**, **«As ruínas no interior»**...) e muitas mais que afirmam a singularidade de uma cinematografia.

O que é que o «25 de Abril» tem a ver com isto? Tempos houve (tempos há) em que, para uns, tudo de bom o «25 de Abril» era, ou tudo de mau, para outros, nele se radicava. É tempo de enterrarmos de vez esse simplismo. O cinema português, como tudo em Portugal, não é mérito ou culpa de nenhuma data mas nosso trabalho ou preguiça, êxito ou fracasso. Abril foi apenas uma porta, há doze anos.

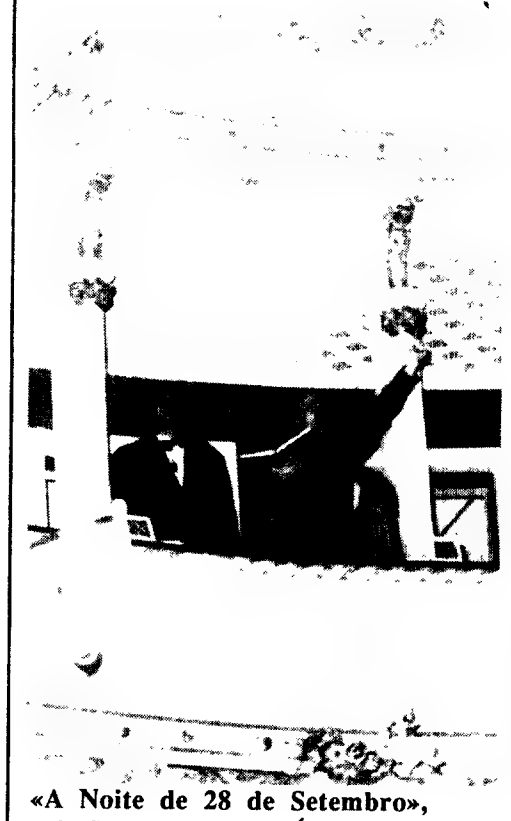
Depois todo o cansaço e alento é a nós que deve ser imputado.

E se balanço há que fazer constantemos que o saldo é positivo.

«Silvestre», *um dos mais espantosos filmes portugueses dos últimos doze anos*

«Kilas» *de José Fonseca e Costa reconquistou o público para o cinema português e outros filmes lhe seguiram a rota*

IMAGENS DO TEATRO DE ABRIL



«A Noite de 28 de Setembro»,
pelo Centro Cultural de Évora

«O Herdeiro da Aldeia», de Marivaux,
pelo Teatro da Raínha

«O Círculo de Giz Caucasiano», de Brecht,
pelo Grupo 4

«Santa Joana dos Matadfores», de Brecht,
por â Barraca

Carlos Porto

O teatro não é apenas uma realidade que se vai desvanecendo, é a própria memória dele que se perde, mesmo quando foi intensa a impressão que nos deixou. De 1974, nos doze anos que dele nos separam — quantas imagens que desapareceram! Por isso fomos aos arquivos tentar recuperar alguns desses momentos priveligiados que permitissem rever imagens do teatro que de Abril, das esperanças e das desilusões de que Abril foi feito, está ainda a ser feito. Claro que se trata de uma visão excessivamente parcelar e pessoal, e por isso redutora, condicionada como foi pelo espaço e pelo material de que dispomos, ainda pela necessidade de cobrir as várias áreas de prática teatral. Como seleccionar significa excluir, inevitável e involuntariamente as fotos aqui incluídas valem apenas como uma encenação simbólica de um teatro que foi rico e diversificado, muito mais do que estas imagens dão a entender.

A redescoberta das pistas que sulcam ainda o terreno por onde passou o teatro português, embora quase apagadas pela areia que o tempo transporta, permite-nos recuperar e entender de outra maneira essa corrida contra o tempo. Veja-se a imagem do espectáculo do Centro Cultural de Évora, espectáculo inaugural com **A Noite de 28 de Setembro** (1), de Richard Démarcy/Teresa Motta, com Mário Barradas, entre outros. O CCE, primeira realidade viva da descentralização teatral, do teatro de Abril, portanto. O casal Teresa Motta, actriz, e Richard Démarcy, dramaturgo, encenador, sociólogo de teatro, ambos então professores no Conservatório Nacional, ambos apaixonados pelo processo de Abril (dessa paixão nasceram as «Fábulas Teatrais sobre a Revolução Portuguesa» — quem se atreve aí a representá-las?). Mas o espectáculo do Teatro da Rainha, **O Herdeiro da Aldeia** (2), de Marivaux, enc. F. Mora Ramos, com Rosário Gonzaga e José Eduardo, na foto, esta imagem tem a ver com a do CCE. é que a maioria dos elementos que fundaram e constituem esse que é hoje um dos mais interessantes colectivos do teatro português foram formados ou passaram pelo CEE ou/e pela sua escola, um e outra resultado da presença como director e encenador de Mário Barradas.

Ainda de 76, dois anos depois de Abril, um espectáculo paradigmático, pela criação e pelo público, do teatro português em liberdade: **Círculo de Giz Caucasiano** (3), de Brecht, prólogo de Luiz Francisco Rebello, enc. de João Lourenço (na foto, Irene Cruz e Morais e Castro). João Lourenço, ligado ao Grupo 4 e ao Novo Grupo, sempre no Teatro Aberto, dedicou a Brecht parte do seu labor destes 12 anos: **As Espingardas da Mãe Carrar** (Casa da Comédia, 1975); **Baal** (Companhia Nacional/Teatro Popular — Trindade, 1980); **A Boa Pessoa de Setzuan** (Novo Grupo/Teatro Aberto, 1984); **Ascensão e Queda da Cidade de Mahagonny** (T.N.S. Carlos, 1985); **Mãe Coragem e seus filhos** (em ensaios no T.N.D. Maria II, 1986).

Por Brecht passaram outras companhias e grupos: por exemplo, o Teatro da Cornucópia, primeiro com **Terror e Miséria no III Reich** (enc. Luís Miguel Cintra/Jorge Silva Melo, 1974); depois **Tambores na Noite** (enc. Jorge Silva Melo, 1976); ainda **Voo de Lindberg**, em **Oratória** (enc. Luís Miguel Cintra, 1983), e tambem A Barraca, depois do ciclo, fundamental na história do grupo, de Augusto Boal, e de outros espectáculo, como **Santa Joana dos Matadouros** (4), enc. de Hélder Costa, 1984 (na foto, entre outros, Maria do Céu Guerra e José Gomes), sem esquecer o inesquecível Gil Vicente de **É Menino ou Menina?**

Voltemos à Cornucópia por onde passou grande parte do grande teatro português pós-Abril: de **Ah Q**, (5) de Jean Jourdheuil/B. Chartreux (enc. Luís Miguel Cintra, 1976; na foto, Jorge Silva Melo e Orlando Costa) até ao ciclo Strindberg (6). Um itinerario de que se pode fazer uma leitura política, naturalmente discutível: da esperança crítica à crítica sem esperança (Brecht, Gorky, Buchner, Hervarth, **Oratória**, Heiner Muller, Botho Strauss).

Na Comuna um outro itinerário: o trabalho de um grupo capaz de manter ao longo dos anos uma linguagem própria e de criar um público, provavelmente o maior dos grupos independentes de Lisboa. Também com Brecht (**A Mãe**, 1978; **Homem Morto, Homem Posto**, 1978, enc. de João Mota); na foto Carlos Paulo (7), em **O Muro**, adapt. do belo texto de José Gomes Ferreira, «Aventuras de João Sem Medo», (enc. de João Mota, 1976); e muitos outros até ao polémico **Calígula**, de Camus (enc. João Mota, 1986).

Continua na pag. 26

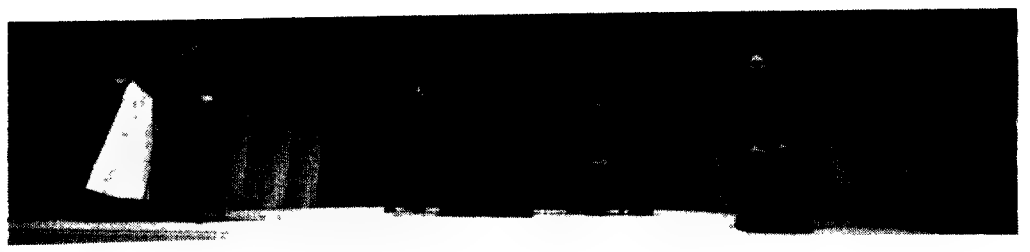
«Ah Q», de Jean Jourdheuil
pelo Teattro da Cornucópia

IMAGENS DO TEATRO DE

«O Muro»
por A Comuna

«1383», de Virgilio Martinho,
pelo Teatro de Campolide

«Páscoa», de Raquel Maria,
do Ciclo Strinberg



«A Casa de Bernarda Alba», de Lorca,
pelo Teatro Nacional

«Tio Vânia», de Tchekhov,
pelo Teatro da Caixa

«Querias Mas Não Te Dou»,
por A Paródia

«Um Cálice de Porto»,
da Seiva Trupe

Continuação da pág. 25

Podemos considerar Brecht como um autor axial no teatro em Portugal pós-25 de Abril. Citámos o CCÉ e Mário Barradas: decíamos lembrar **O Proprietário Puntila e o seu Criado Matti**, (enc. Mário Barradas, 1975), além de outros textos didácticos; citemos ainda: o Grupo de Campolide com **Guerra?! Não Obrigado**, colagem dirigida por Fernando Gusmão (1981); e a **Excepção e a Regra**, enc. de Peter Schroth e Peter Kleinert (1981); aqui uma foto do grupo em **1383** (8), de Virgílio Martinho (enc. de Joaquim Benite, 1977; na foto, entre outros, Antonio Assunção e José Martins). Também com Brecht, o TEP (**O Mendigo e o Cão Morto**, **A Excepção e a Regra**, enc. de Roberto Merino, 1975, além de outros textos), a C ' da RTP, dirigida por Artur Ramos, no Teatro Maria Matos, com Raul Solnado (**O Soldado Schweyk na Segunda Guerra Mundial**, 1976), a Coop. de Com. Rafael de Oliveira (**A Mãe**, enc. de Carlos Wallenstein, Trindade, 1976); a OTC e outra vez o TEP com dois espectáculos sobre **A Boda dos Pequenos Burgueses**, de José Caldas e Moucho Rodriguez (1982), o TEC, com **A Ópera dos Três Vintens** (enc. de Carlos Avilez, 1976), e **Galileu Galilei** (enc. de Carlos Avilez, em ensaios, para 1986); na foto, o TEC com o seu espectáculo premiado **Aurora da Minha Vida** (9), de Naum Alves de Sousa (enc. de Carlos Avilez, 1984; entre outros, Anna Paula e Joao Vasco).

Com Brecht ainda, Rogério de Carvalho, criador marginal que tem dirigido com muito talento grupos de amadores e de profissionais, encenou **A Excepção e a Regra**, na Margem Sul (1974), e, entre outros, Fassbinder, com o Maizum, Moliere, com o Teatro do Século, Yannis Ritsos, com Fernanda Lapa, Jaime Salazar Sampaio, com varios grupos; Tchekhov, com o Teatro do Mundo, com o GITT e em especial com o Teatro da Caixa, **Tio Vânia** (10), um espectáculo fabuloso, justamente premiado.

Voltamos à descentralização para lembrar a actividade do TEAR, no Porto, depois em Viana do Castelo, com regresso ao Porto; na imagem, um dos mais polémicos espectáculos do grupo, **Barbeiro de Sevi-**

COOPERATIVA DE CONSUMO
«UNIDADE POPULAR», CRL
R. Dr. Carlos Augusto Teixeira • Telef. 4 21 29
GRÂNDOLA VILA MORENA

COLABORA COM A COMISSÃO PARA A CONSTRUÇÃO DA NOVA SEDE, ASSOCIANDO-TE NA COOPERATIVA.

FUTURAS INSTALAÇÕES NO ANTIGO LARGO DA FEIRA

QUANDO TODOS COOPERAMOS TODOS BENEFICIAMOS

Cabouco
COOP. DE CONSTRUÇÃO CIVIL, C R L

- **OBRAS PÚBLICAS E PARTICULARES**
- **CONSTRUÇÕES CIVIS E INDUSTRIAIS**
- **CONSERVAÇÃO E RESTAURO DE EDIFÍCIOS**

RUA NOVA DA TRINDADE, 1-2 ' D ' • 1200 LISBOA
TELEF 36 06 10

ABRIL

«Barbeiro de Sevilha»,
pelo TEAR

«A Aurora da Minha Vida», de Naum Alves de Sousa,
pelo TEC

«Øs Cágados», de Almada
pelo Bando

lha (11), de Beaumarchais (enc. de Castro Guedes, 1980, com António Capelo, entre outros). Marginal na carreira da companhia do Teatro Nacional, e o mais incompreendido dos Lorcas representados em Portugal, **A Casa de Bernarda Alba** (12), com enc. de Mário Feliciano (1983); na foto, entre outras, Eunice Muñoz e Fernando Alves.

Num campo que encontra tantas resistências administrativas (subsídios, espaços, entendimento pedagógico), o teatro para crianças tem encontrado vocações e práticas muito interessantes. Entre elas é justa sublinhar o incansável trabalho do grupo O Bando aqui representado com o espectáculo **Os Cágados** (13), sobre texto de Almada Negreiros, enc. de João Brites (1985).

Entre crises e solavancos, o espectáculo musical — e em especial a revista — demonstrou a sua vitalidade no terreno difícil que é o seu: lembremos o Adóque, antes e depois de Abril, e do grupo em espectáculo histórico, **A Paródia**, de 1977; e, mais recente, no Maria Vitória, **Não Batam mais no Zézinho** (1985); numa outra imagem, um espectáculo renovador, **Um Cálice do Porto** (13), da Seiva Trupe, foto: **Querias mas não te dou**, enc. de Norberto Barroca (1983; na foto, António Reis, entre outros). Marginal no género quem viu não esqueceu **Saudades** (16), da Juventude Musical Portuguesa/Casa da Comédia, enc. de Ricardo Pais (1978); (na foto, Teté e Luís Madureira). Embora sem imagens não é possível deixar de ter em conta muito seriamente as experiências vanguardistas, por vezes de signo ritualista, de Filipe La Féria, dramaturgo, encenador, cenógrafo e figurinista, autor total, criador de alguns dos mais polémicos espectáculos do pós-25 de Abril, precisamente na Casa da Comédia. E também sem imagem, um espectáculo singular que quase ninguém viu, uma obra-prima de encenação e cenografia: **Terramoto no Chile**, sobre a novela de Kleist, pelo Teatro do Mundo, na Estufa Fria, enc. Michel Mathieu (1981).

Grupos independentes, grupos de descentralização, Teatro Nacional, revista e musical, teatro para crianças, teatro de amadores. Uma ausência importante: o teatro universitário, aqui representado com

«Saudades»,
Juventude Musical Portuguesa

um espectáculo do TEUC, **O Sonho** (17), de Henrique Buenaventura, enc. de Fernando Gusmão (1980). No entanto, muitos outros poderiam figurar: o CITAC, o TUP, o Cénico de Direito, o Teatro da Nova, O TUT, de que podemos evocar o recente **Doce Inimigo**, enc. de Jorge Listopad (1985).

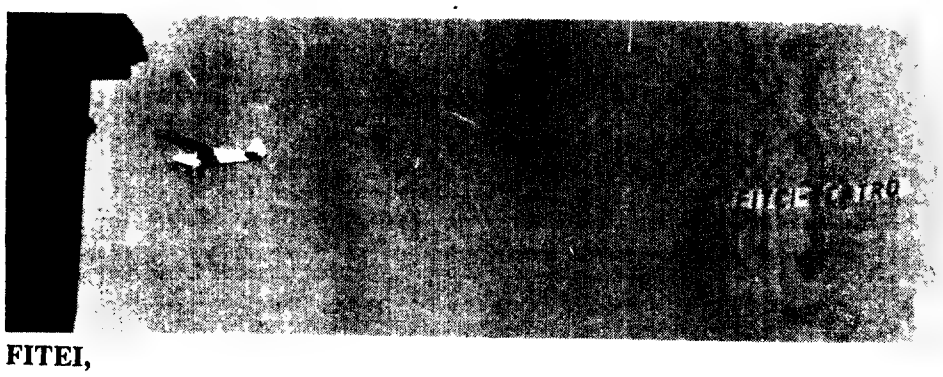
Sem Abril, as grandes festas do teatro em Portugal não teriam sido possíveis. Como, por exemplo, o FITEI (18), este ano em Maio no Porto.

Muitos espectáculos, algumas interrogações para onde vai o teatro em Portugal; para onde vai Portugal? Respostas nos anos que se seguem.

Repetimos que os espectáculos e as imagens aqui apresentados funcionam apenas como propostas simbólicas de um teatro que Abril tornou possível e que foi muito mais rico e diversificado. Que foi, sem dúvida e contra ventos e marés, digno do 25 de Abril.

Carlos Porto

«O Sonha», de Enrique Buenaventura,
pelo TEUC



FITEI,
Porto, em Maio

COOPERATIVA AGRÍCOLA DO CONCELHO DA FIGUEIRA DA FOZ

AO SERVIÇO DA LAVOURA DO CONCELHO

- ADUBOS
- PESTICIDAS
- HERBICIDAS
- SEMENTES
- RAÇÕES
- MAQUINARIA AGRÍCOLA

SEDE:
RUA DA REPÚBLICA, 28
TELEFS. 24926 – 22902

3080 FIGUEIRA DA FOZ

GESTÃO E COORDENAÇÃO, SARL

- **CONSTRUÇÃO CIVIL**
- **EMPREITEIROS DE OBRAS PÚBLICAS E PARTICULARES**

RUA NOVA DA TRINDADE, 1-2.° Dt.°
TEL. 360618/9 1200 LISBOA

Clube Atlético de Arroios: "Não queremos cá jogo de batota!"

O Clube Atlético de Arroios, que há alguns anos deu bastante que falar a propósito de uma maratona de dança que teve lugar nas suas instalações, parece ter caído (entretanto) no esquecimento de muito boa gente, inclusive de uma fatia da própria massa associativa. Modalidades desportivas praticadas na colectividade: nenhumas. Mas o clube também nunca enveredou muito pelo campo desportivo: mais pelo sector cultural e o seu grupo de teatro é hoje uma realidade. A actual direcção esforça-se também para fortalecer os laços de amizade entre as colectividades da Freguesia de S. Jorge de Arroios e manter contactos a nível oficial, com entidades autárquicas. Enfim: a pequena colectividade fundada em 20 de Janeiro de 1937 vai sobrevivendo, à espera de melhores dias.

«O clube nasceu aqui, na Rua de Arroios (número 108) e só mais tarde é que passou para o 151. No início, ocupava-se do futebol, processavam-se bailes semanais e havia concursos de «Misses» do Bairro. No nosso pequeno arquivo existem fotos de trechos de peças de teatro, o que nos leva a deduzir que um grupo de pessoas com gosto por esta arte estava no clube. Com o andar dos anos abandonou-se a prática do futebol, mas continuou-se com os bailes semanais: só que em vez de fornecerem algum lucro, ainda davam prejuízo. E o ambiente começou a tornar-se pesado, o clube andou em fase de má fama e não era visto com bons olhos. Como é óbvio tudo isto se ficou a dever (por certa culpa) a direcções que por aqui têm passado: o caso da «maratona de dança» foi uma pedrada no charco, contudo (pessoalmente) não gosto muito de falar sobre este assunto. Apenas refiro que teve início quando Luís Neves, em plena noite de uma passagem de ano, se virou para um grupo de miúdos e disse: 'quem aguenta mais tempo a dançar?' Permaneceram 30 horas na pista. E, passado pouco tempo, decorria aqui nas nossas instalações, a tão falada 'maratona de dança', na qual o jovem António Gomes passou 106 horas a dançar não batendo o recorde do 'Guiness Book' porque as regras não eram as que o Luís Neves lhe tinha fornecido.»

Quem nos fala é o homem que, presentemente, se encontra à frente do popular Arroios. Exacto: Manuel Sousa, que se esforça para que o clube seja encarado com bons olhos:

«O grande problema tem sido a pouca duração das últimas direcções, que não foram além de um ano. Agora, estamos a tentar criar algo positivo: e, para isso, esforçamo-nos para um maior contacto a nível oficial, procurando incrementar o intercâmbio entre as colectividades populares de Lisboa que, neste momento, surge com um carácter mais sério e como alternativa à Federação das Colectividades de Recreio. O nosso objectivo é enveredar seriamente pelo campo da cultura: o grande problema reside no facto de termos de contar apenas (e sempre) connosco, porque quanto a auxílios, ficam-se pelas promessas. Neste bairro, situam-se quatro colectividades: Atlético de Arroios, Clube Estefânia, Desportivo de Arroios e Estefânia Atlético Clube. Todos os anos a Junta de Freguesia dispõe de uma verba para dividir pelos clubes: porém, a parte do 'leão' cabe apenas a um e, por coincidência, sempre o mesmo. Na altura em que o presdiente da Junta era o dr. Luís Vaz, existia boa ligação entre esse organismo e as colectividades: recebemos um leve subsídio por parte da Câmara Municipal, que deu para umas pequenas (mas necessárias) obras. Neste momento, precisamos de fazer outras: mas o dinheiro não chega. Já em 1978 o arranjo do chão do bar só foi possível graças à receita de festas efectuadas pelos Santos Populares.»

O dinheiro escasseia no Atlético de Arroios, que conta apenas com 193 sócios. Contudo, o clube não quer por lá jo-gos de batota, conforme nos referiu o seu presidente:

«Recentemente, as quotas foram actualizadas: ser sócio do Atlético de Arroios custa 50 escudos mensais. Como é óbvio, as regalias são limitadas. Existe um grupo de sócios (muito reduzido) que diariamente frequenta a colectividade, o que dá uma certa movimentação ao bar. Todavia, aqui não se joga à batota: e não a quero dentro das instalações do Arroios, que tem uma função social a desempenhar. Por outro lado, não condeno as colectividades que a utilizam: facilmente deduzo que a existência de uma equipa de futebol e os encargos que a mesma acarreta, a isso obriga.»

Em breve o Clube Atlético de Arroios completará 50 anos e a sua direcção pretende uma comemoração condigna. E estudam-se iniciativas, segundo nos confessaram o presidente Manuel Sousa e o tesoureiro Anatálio Madureira:

«Os nossos entretenimentos reduzem-se aos chamados 'jogos de mesa': damas, dominó e xadrez. Necessitamos de espaço para construirmos um pavilhão gimnodesportivo, para solucionarmos alguns dos problemas inerentes a qualquer clube de bairro, que por vezes funciona como um refúgio para muitos jovens. No próximo ano, o clube comemora 50 anos e pretendemos erguer alguma coisa que fique para sempre. Entretanto, estão em estudo iniciativas, como é o caso do boletim informativo: o 'Xexeu'.»

Manuel de Sousa esclarece: **«Devo dizer que essa era a palavra utilizada por mim, sempre que chegava ao clube e me dirigia a alguém. Só que, passado algum tempo, isso tornou-se na minha alcunha.»**

E a voz de Anatálio Madureira: **«no decorrer da nossa última festa de Natal, foi-nos oferecido um casal de patos em peluche. A pata, achámos por bem oferecê-la a uma miúda deficiente, filha de um sócio. O pato tornou-se na mascote do Arroios: e a alcunha do 'Xexeu' passou para ele. Como, entrentanto, resolvemos editar um boletim mensal, para informar os sócios, receberá a mesma designação. Se a nossa massa associativa, que frequenta diariamente estas instalações, estivesse ao corrente das iniciativas e problemas do Clube, penso que não necessitávamos da ajuda de ninguém: só que vivemos numa incógnita. Nunca sabemos quando os consócios aderem (ou não) às nossas iniciativas.»**

De vez em quandc, a pequena colectividade organiza um jogo de futebol entre casados e solteiros e, nas férias, convida alguns miúdos para representarem o clube em torneios particulares de ténis de mesa.

«Mesmo assim, sem nada programado, alcançámos um 3.º lugar numa prova que assinalou mais uma passagem do aniversário da cidade da Amadora. De vez em quando, promovemos os tais jogos de casados e solteiros, que terminam com um almoço, que serve para cativar as pessoas.»

Clube Atlético de Arroios: meio século que se pretende ao serviço da cultura.

Filomena Araújo.

Teatro: uma forma de cultura

Sob a direcção de Henrique José, o grupo de teatro do Clube Atlético de Arroios (integrado por São Barbosa, João Pereira, Afonso Falcão, João Grosseiro, Rui Marques, Nela Reis, Luísa Ramos, Luís Fonseca, Pedro Miguel e pelo próprio Henrique José): leva frequentemente à cena um espectáculo revisteiro intitulado «Cheira bem cheira a revista». Um teatro 100% amador, «de rir e chorar por mais» — dizem eles. Mas quando foi fundado este agrupamento teatral? Henrique José conta-nos como tudo se passou e das dificuldades actuais:

«Existe há quatro anos, mas por duas vezes interrompemos a nossa actividade. Contudo, desde Julho de 1985 que recomeçámos, com todas as nossas forças. Somos um grupo amador que já realizou 20 representações, desta última peça, o que considero muito bom. A peça irá «durar» até finais de Maio. Temos depois prevista uma comédia. No que respeita a apoios, somos nós que temos de abrir os cordões ao nosso bolso, embora a antiga como a actual direcção nos forneçam condições necessárias para os ensaios que, como facilmente se compreenderá, somente têm lugar nas férias, dado que as pessoas têm as suas ocupações. O dia da estreia é sempre efectuado aqui na sede: em seguida, fazemos representações em outros clubes, que (diga-se de passagem) são muito poucos os que nos convidam, embora a gente não receba qualquer «cachet». Como referi, somos amadores e não vivemos disto: apenas pretendemos dar um pouco de cultura às pessoas, segundo a minha óptica de encarar o teatro. Como já referi, está nos nossos planos levar à cena uma comédia que terá a direcção do actor Pedro Pinheiro, o que demonstra que os profissionais se interessam por nós: e esse é o maior estímulo para continuarmos. Sendo o teatro um meio de comunicação, gostaria que as colectiviades se interesassem um pouco por nós: não fariam qualquer favor, mas davam um pouco de cultura à sua massa associativa».

Uma festa de Natal

Uma misse, por exemplo

Uma cena do novo filme de ERIC ROHMER, «NOITES DE LUA CHEIA».
Com PASCAL OGIER e VIRGINIE THEVENET.
Em exibição no Estádio 444.

Alfas Triplex
— T. 806496

Alfa 1
ÁFRICA MINHA
(maiores 12 anos)
15.15, 18.15, 21.15 e 00.15 h

Alfa 2
O ENIGMA DA PIRÂMIDE
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Alfa 3
O ANO DO DRAGÃO
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Alfa Club
T. 763319
COTTON CLUB
(maiores 16 anos)
14.15, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Shopping Center de Lisboa

Amoreiras 1
ÁFRICA MINHA
(maiores 12 anos)
15.15, 18.15, 21.15 e 00.15 h

Amoreiras 2
O ANO DO DRAGÃO
(maiores 16 anos)
13.45, 16.45, 19.15, 21.45 e 00.15 h

Amoreiras 3
O ENIGMA DA PIRÂMIDE
(maiores 12 anos)
14, 16.30, 19, 21.45 e 24 h

Apolo 70
JUVENTUDE INQUIETA
(maiores 16 anos)
13.30, 15.30, 17.30, 19.30, 21.30 e 24.00 h

Ávila
— T. 539930
SÍNDROMA DA CHINA
(maiores 12 anos)
14.45, 17.00, 19.10, 21.45 e 23.45 h

Avis
— T. 547163
FOGO NO RABO
(int. 18 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Berna
— T. 776098
ERA UMA VEZ NA AMÉRICA
(maiores 16 anos)
15.00 e 21.00 h

Capitólio
— T. 372358
SEXO FRACO... JOGA FORTE
(int. men. 18 anos)
15.00, 17.00, 19.00, 21.00 e 23.00 h

Castil
T. 530194
O GRANDE ESPIÃO
(maiores 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Cinebloco
— T. 556824
AS MINAS DE SALOMÃO
(maiores 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h
FINALMENTE A PRIMEIRA VEZ
(maiores 16 anos)
24.00 h

Cine Camões
T. 324194
O GRANDE COMBATE
(n. acon. 13 anos)
14.45, 16.30 e 21.30 h

Cine 222
— T. 579460
A NOITE FEZ-SE PARA AMAR
(int. men. 13 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h
BULLIT
(int. men. 13 anos)
24.00 h

Cinemateca
MARA CUMPTE CIEN ÃNOS/1979
21.30 h

Cine Portela
— T. 2524761

Estúdio Anoushka
A HONRA DOS PADRINHOS
(maiores 16 anos)
16.00 e 21.45 h

Estúdio Shozo
RAÇA VIOLENTA
15.30 e 21.30 h

City Cine
— T. 549999
O SOL DA MEIA-NOITE
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h
AMERICAN GIGOLO
(não acons. 18 anos)
23.45 h

Condes
— T. 322523
REMO-DESAPARECIDO E PERIGOSO
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30

Éden
— T. 320768
O ANO DO DRAGÃO
(maiores 16 anos)
13.45, 16.30, 19 e 21.45 h

Estúdio
A GRANDE AVENTURA — SKY PIRATES
(maiores 12 anos)
13.45, 16.30, 19 e 21.45 h

Estúdio ACS
— T. 887255
O MISTÉRIO DE GORKY PARK
(maiores 12 anos)
15.30, 18.30 e 21.30 h

Estúdio 444
— T. 768078
NOITES DE LUA CHEIA
(maiores 12 anos)
15.00, 17.00, 19.00 e 21.30 h

Fonte Nova
— T. 7145109

Sala 1
ROCKY IV
(maiores 12 anos)
14.45, 17.00, 19.15 e 21.45 h

Sala 2
A HONRA DOS PADRINHOS
(maiores 16 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Sala 3
AS MINAS DE SALOMÃO
(maiores 6 anos)
16, 19 e e 21.30 h

Forum Picoas
— T. 541037
OS INVASORES EXTRA-TERRESTRES
(não acons. 13 anos) 21.30 h

Gemini
— T. 734009
O ANO DO DRAGÃO
(maiores 16 anos)
13.45, 16.30, 19.00, 21.45 e 00.15 h

Hollywood
— T. 802859

Sala 1
A JÓIA DO NILO
(maiores 6 anos)
14.30, 16.30, 18.45, 21.30 e 23.45h

Sala 2
REMO-DESARMADO E PERIGOSO
(maiores 12 anos)
14.15, 16.45, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Império
— T. 555134
COM ASAS NOS PÉS
(maiores 12 anos)
15.15, 18.30 e 21.30 h

Las Vegas
— T. 631162

Sala 1
REMO-DESAPARECIDO E PERIGOSO
(maiores 12 anos)
15.15, 18.30 e 21.30 h

Sala 2
TRÊS HOMENS E UM BERÇO
(maiores 12 anos)
15.30, 18.45 e 21.45 h

Londres
— T. 801313
TRÊS HOMENS E UM BERÇO
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Mundial
— T. 538743
ERA UMA VEZ NA AMÉRICA
(maiores 16 anos)
15.00 e 21.00 h

Nimas
— T. 574362
AGNES DE DEUS
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Odeon
— T. 326283
A REVOLTA DO HERÓI
(maiores 16 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Olimpia
T. 325309
AS FANÁTICAS DO SEXO
A partir das 14 horas
Sessões contínuas
Filme pornográfico
(int. men. 18 anos)

Pathé
— 821933
JOÃO BRONCAS, O ETERNO REPETENTE
(maiores 6 anos)
14.00, 16.30 e 21.30 h

Politeama
T. 326305
CHAMAVAM-LHE O BULLDOZER
(maiores 13 anos)
14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Quarteto
T. 771378

Sala 1
UM ADEUS PORTUGUÊS
(maiores 12 anos)
15, 17, 19 e 21.30 h
CÉLEBRES E RICOS
(maiores 16 anos)
23.30 h

Sala 2
O ENCONTRO
(maiores 16 anos)
15.00, 17.00, 19.00 e 21.30 h
OS SELVGES DA NOITE
(m. 16 anos)
23.30 h

Sala 3
O ANO DO DRAGÃO
(maiores 16 anos)
14.00, 16.30, 19.00, 21.30 e 24.00 h

Sala 4
RUMBLE FISTO — JUVENTUDE INQUIETA
(maiores 16 anos)
15.00, 17.00, 19.00, 21.30

N'Gola
— T. 573407
O HOMEM DE MAIORCA
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Restelo
T. 610375
AS NOITES DE CHINA BLUE
(maiores 18 anos)
15.30 e 21.30 h

Cinema Rex
— T. 864756
AS MINAS DE SALOMÃO
(maiores 12 anos)
14.30, 16.45, 19.00 e 21.30 h

Roma
T. 889192
PELA NOITE DENTRO
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Roxy
T. 548560
O SILÊNCIO DAS MULHERES VIOLADAS
(maiores 18 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.30 h

S. Jorge
T. 579144

Sala 1
ÁFRICA MINHA
(maiores 12 anos)
15.00, 18.15 e 21.30 h

Sala 2
PELA NOITE DENTRO
(maiores 12 anos)
14.15, 16.45, 19.15 e 21.45 h

Sala 3
O ENIGMA DA PIRÂMIDE
(maiores 12 anos)
14.00, 16.30, 19.00 e 21.15 h

7.ª Arte
— T. 730715
O FIO DA SUSPEITA
(maiores 12 anos)
14.45, 17.00, 19.10, 21.45 e 23.45 h

Star
— T. 804210
GENTE GIRA N.º 2
(maiores 12 anos)
15.00, 18.15 e 21.30 h

Terminal
— T. 371573
O FIO DA SUSPEITA
(maiores 12 anos)
13.00, 15.00, 17.00, 19.00 e 21.30 h

Tivoli
— T. 570595
O ANO DO DRAGÃO
(maiores 16 anos)
13.45, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Turim
T. 706666
A COMPANHIA DOS LOBOS
(maiores 12 anos)
15.00, 17.30 e 21.45 h

Xenon
T. 368480
O BEIJO DA MULHER ARANHA
(maiores 16 anos)
14.15, 16.30, 19.00 e 21.30 h

Zodíaco
— T. 570151
O CAMINHO DA VERDADE
(n. acons. a m. 13 anos)
15.15, 18.15 e 21.30 h

Linha de Sintra

AMADORA — Cinestúdio — «Um domingo diferente», às 15.30 e 21.30 h (maiores 12 anos)
AMADORA — Cineteatro Lido — «O encontro», às 15.30 e 21.15 h (maiores 16 anos)
AMADORA — Babilónia — «Espiões como nós», às 15.15, 18.30, 21.30 e 23.45 h (maiores 12 anos)
CACÉM — Cinestúdio Flores — «Silverado», às 15.00 e 21.30 h (maiores 12 anos). «A bomba H desaparecida», às 24.00 h (n. acon. 18 anos)
CINETEATRO CHABY — MEM MARTINS — Descanso
ESTÚDIO DOIS EME — «Rambo — A vingança do herói», às 21.30 h (maiores 18 anos)

Linha de Cascais

CASINO ESTORIL — «As minas de Salomão», às 17.00 e 21.15 h (para todos)
ALGÉS — CINEMA 2000 — «Cotton Club», às 15.00 e 21.30 h (maiores 16 anos)
OEIRAS — ALTO DA BARRA — SALA 1 — «A jóia do Nilo», às 15.15 e 21.30 h (maiores 12 anos)
SALA 2 — «Caça-polícias», às 15.30 e 21.45 h (maiores 12 anos)
CASCAIS – MIRAMAR/ SALA 1 — «A jóia do Nilo», às 15.15 e 21.30 h (maiores 12 anos)
SALA 2 — «Carmen», às 15.30 e 21.30 h (maiores 16 anos)
CARCAVELOS – ATLÂNTIDA CINE — «A Chorus line», às 15.30 e 21.30 h (maiores 6 anos)
OXFORD — «A Floresta Esmeralda», às 16.00 e 21.30 h (maiores 12 anos)

Arredores

ALMADA — Academia — «Queres ou não queres», às 15.30 e 21.30 h (n. acons. 13 anos)
ALMADA — Incrível — «Vingança Selvagem», às 15.30 e 21.30 h (maiores 16 anos)
CINE ESTÚDIO ALMADA — «Vingança jurada», às 15.30, 18.15 e 21.30 h (maioes 12 anos)
CAPARICA — OCEANO – Sala 1 – «Indiana Jones e o tempo perdido», às 15.45 e 21.30 h (não acons. men. 12 anos).
Sala 2 – «Custou, mas valeu», às 16.15 e 21.30 h (maiores 12 anos)
CRUZ DE PAU – LORD – «Prisioneiros do Universo Perdido», às 16.00 e 21.45 h (maiores 6 anos)
BARREIRO – CINE-ESTÚDIO BARREIRENSE – «Passagem para a Índia», às 21.15 h (maiores 12 anos)
FORTE DA CASA – FOCA CINE – «As Invencíveis Amazonas», às 15.30 e 21.30 h (maiores 12 anos)
LINDA-A-VELHA – CINE-TROPICAL «O sol da meia-noite», às 15.30 e 21.30 h (maiores 12 anos)
MOSCAVIDE – STOP – «Estudante sexy (porno)», às 15.30 e 21.30 h (int. 18 anos)
ODIVELAS – CINE-ODIVEL — «Os salteadores da selva perdida», às 15.30 e 21.30 h (m. 12 anos)

Farmácias

Lisboa — PERMANENTE (Hoje) — ALCÂNTARA: Probidade, R. de Alcântara, 15-A-B (T. 638589); **ALMIRANTE GAGO COUTINHO: Estados Unidos**, Av. dos Estados Unidos da América, 16-B (T. 885859); **AMOREIRAS - ESTAÇÃO DA CARRIS: Ivone**, R. Silva Carvalho, 232-C (T. 650760); **CAMÕES - SANTA CATARINA: Combro**, C. do Combro, 82 (T. 326059); **CHILE - ARCO DO CEGO: São Jorge**, L. do Leão, 3-A-B (T. 534027); **ENCARNAÇÃO: Ascenso**, P. do Norte, 11-A (T. 311216); **GRAÇA: Almeida Dias**, L. da Graça, 38-39 (T. 862909); **LARGO DO CAMPO PEQUENO: Miranda**, L. do Campo Pequeno, 36-B-C (T. 770776); **LUMIAR: Central do Lumiar**, Al. das Linhas de Torres, 254-B (T. 758063); **OLIVAIS VELHO: Olivais**, R. Alves Gouveia, 19 (T. 311237); **PALHAVÃ: Curie**, Av. Madame Curie, 15-A (T. 723220); **RESTELO - À AVENIDA VASCO DA GAMA - ALGÉS: Ocidental**, R. D. Jerónimo Osório, 18-D (T. 610256); **BRANDOA - AMADORA: Brito**, R. do Colégio, lote 32-B (T. 993351); **ODIVELAS: Central de Odivelas**, Al. Infante D. Henrique, 1 (T. 9811203); **PONTINHA: Cruz Correia**, E. de Santo Elói, 41-A.

PERMANENTE (Amanhã) — BAIXA: Americana, C. de Santana, 1-3 (T. 863984); **CALVÁRIO: Monge**, R. dos Lusíadas, 30-32 (T. 636704); **CAMPO GRANDE -AVENIDA DO BRASIL: Rainha Santa**, R. Afonso Lopes Vieira, 57-B (T. 765262); **CHILE - ALTO DE SÃO JOÃO: Veral**, R. Morais Soares, 109-111 (T. 821732); **ESCOLA POLITÉCNICA -SÃO BENTO: São Marçal**, R. de São Marçal, 100-102 (T. 325318) **ESTADOS UNIDOS -À CAIXA DE PREVIDÊNCIA 39: Celta**, R. Moura Girão, 3-B (T. 840621); **LUMIAR: Nicolau**, C. de Carriche, lote 4, loja, Esq. (T. 7588727); **MADRE DE DEUS: Romana**, R. Actor Augusto Melo, 7-A (T. 383800); **PRAZERES: União**, R. Saraiva de Carvalho, 145-F (T. 663643); **REGO: Prates & Mota**, R. da Beneficência, 91-93 (T. 773728); **SALDANHA: Avenidas**, Av. da República, 27-A (T. 533688); **VALE DE SANTO ANTÓNIO: Santo António**, R. Leite de Vasconcelos, 72-C (T. 862333); **ODIVELAS: Joleni**, R. Dr. Alexandre Braga, 3-B (T. 9810812); **PONTINHA: Pimentel**, Az. dos Bezouros, lote R-8 (T. 991328).

Outra Banda — ALMADA: Magalhães, R. Capitão Leitão, 8-B (T. 2750242). Permanente; **COVA DA PIEDADE: Avelar da Silva**, R. Dr. Alberto Araújo, 19-A (T. 2750337). Permanente; **MONTE DE CAPARICA: Nova**, R. dos Trabalhadores Rurais, 82 (T. 2954436). Até às 19 horas; **COSTA DE CAPARICA: Chai**, Av. General Humberto Delgado (T. 2403218). Até às 19 horas; **FEIJÓ: Feijó**, R. Borges Rego, 7 (T. 2290911). Permanente; **SESIMBRA: Leão**, Av. da Liberdade, 13 (T. 2233471). Até às 19 horas; **LAVRADIO: J. Consolado**, Av. Joaquim J. Fernandes, 17-C (T. 2043126). Até às 19 horas; **BARREIRO: Central**, Av. Alfredo da Silva, 48 (T. 2073207). Permanente; **BAIXA DA BANHEIRA: Nova Fátima**, E. Nacional, 178-B (T. 2040302). Até às 19 horas; **CORROIOS: Lino**, Alfarim, Sésimbra (T. 2232841). Até às 19 horas; **CRUZ DE PAU: Duarte Ramos**, R. de Bafatá, 11, Centro Comercial Belsul (T. 2243143). Até às 22 horas; **TORRE DA MARINHA: Alves Velho**, L. de Camões, 27 (T. 221132). Até às 22 horas; **MONTIJO: São Pedro**, Av. de Camões, 16 (T. 2311133). Até às 22 horas; **MOITA: Silva Rocha**, P. da República, 16 (T. 239029). Até às 19 horas; **ALHOS VEDROS: Gusmão**, R. Cândido dos Reis, 30 (T. 2040020). Até às 19 horas; **ALCOCHETE: Gameiro**, L. António dos Santos Jorge, 15 (T. 234100). Até às 19 horas; **SETÚBAL: Soromenho**, P. Machado Santos, 24 (T. 22691). Permanente; **Cunha Pinheiro**, E. da Canarinha, 32 (T. 29215). Permanente; **Marques**, R. Arronches Junqueiro, 109 (T. 22783). Até às 22 horas.

Linha de Cascais — ALGÉS: Cabrita, P. de Miraflores, lote 12 (T. 2101486). Permanente; **LINDA-A-VELHA: Pinto**, R. Antero de Quental, 9 (T. 4190610). Até às 19 horas; **PAÇO DE ARCOS: Godinho**, Av. Patrão Lopes, 4 (T. 2432039). Permanente; **CARCAVELOS: Central**, R. 5 de Outubro, 25 (T. 2470037). Permanente; **PAREDE: Mendes Junqueiro**, R. de Luanda, lote 5 (T. 2477838). Permanente; **CASCAIS: Nova**, E. de Alvide, Fontaínhas (T. 281044). Permanente.

Linha de Sintra — AMADORA: São Jorge, R. Pedro del Negro, 5, Reboleira (T. 4938703). Permanente; **Romeiro**, Urbanização Casal de São Brás, lote 116 (T. 4949050). Até às 22 horas; **DAMAIA: Confiança**, R. Bartolomeu Dias, lote D (T. 9710231). Até às 22 horas; **QUELUZ: Serra& Pinto**, Av. D. António C. Sá, 50-GE (T. 4377619). Até às 22 horas; **CAMARATE: Flores**, Av. das Forças Armadas, Vivenda Mor, Catujal (T. 2510850). Até às 19 horas; **CACÉM: Araújo e Sá**, E. de Paço de Arcos, lote 1-B (T. 9240781). Permanente; **MEM MARTINS: Miranda Garcia**, E. de Mem Martins, 173 (T. 9214103). Permanente; **MERCÊS: Claro Russo**, R. Abade Faria, 2-A (T. 9215275). Até às 22 horas; **RINCHOA: Araújo**, C. da Rinchoa, 2 (T. 9260404). Até às 22 horas; **SINTRA: Misericórdia**, Pendoa, 17 (T. 9231070). Permanente; **COLARES: Abreja** (T. 9290088); **SÃO PEDRO DE SINTRA: Valentim** (T. 9230456). Permanente.

Outras Farmácias — SACAVÉM: Cortes, Av. Maria Luísa Braamcamp, 2-A (T. 2519420). Permanente; **LOURES: Saraiva**, Av. da República, 86 (T. 9830027). Permanente.

TEATROS

Casa da Comédia

R. Francisco de Borja, 24 — Tel. 60 72 99

De 5.ª a sábado às 21.45
Domingos às 16.00

«**QUASE POR ACASO UMA MULHER**», de Dario Fo. Encenação de Castro Guedes. Interpretado por António Cruz, Elisa de Guisett, Fernanda Alves, Júlia Correia, Juvenal Garcês e Rogério de Sousa.

Teatro do Bairro Alto

R. Tenente Raul Cascais, 1-A — Tel. 66 15 15

De 3.ª a sábado, às 21.30; domingos, às 16.00

Teatro da Cornucópia

Ciclo Strindberg, «**A ILHA DOS MORTOS**» e «**A SONATA DOE ESPECTROS**».

Setúbal — Teatro de Bolso

Rua Dr. Aníbal Álvares da Silva, 9 — Tel. 26078

De terça a sábado, às 21.30; domingos, às 16.30

«**JOGO DE LOUCOS**», de Michel Viala. Encenação: Domingos Semedo. **TAS**.

O 1.º Acto Clube de Teatro

Palácio dos Anjos, Algés

Às sextas e sábados, às 21.30

«**O NOIVADO NO DAFUNDO**», de Almeida Garrett, numa versão de Armando Caedos.

«**O ILUSTRE CONFERENCISTA**», de Roque e Lyra, com cenários e figurinos de Gila. Música de Carlos Alberto Moniz. Cenografia de Ruben Matos e encenação de Armando Caedos.

Teatro da Graça

T. de São Vicente, 11 — Tel. 87 56 26
De 3.ª a sábado, às 21.00; domingos só às 16.00

«**BEM-VINDO SR. SLOANE**», de Joe Orton. Encenação de Carlos Fernando. Cenografia de Dalton Salen Asseff. Intérpretes: António Montez, Carlos Fernando, Filipe Domingues e Maria José.

Teatro Villaret

Av. Fontes P. de Melo — Tel. 53 85 86

De terça a domingo, às 21.30; domingos, às 16.00

«**POUCO BARULHO**», de Michael Frayn. Encenação e direcção de Varela Silva. Com Nicolau Breyner, Manuela Maria, Morais e Castro, Guida Maria, Victor de Sousa, Rosa do Canto, Isabel Maria, Jorge Nery e Henrique Santos.

A Barraca

R. Alexandre Herculano, 70 — Tel. 68 63 00

Sábados e domingos às 16.00

«**AS VIAGENS DO FERRO-VELHO**», de Alvaro Faria. Grupo Pequeno Teatro.

Instituto Franco-português

Av. Luís Bivar, 91 — Tel. 54 43 89

Todas as noites, às 21.30

«**UNE PUCELLE POR UN GORILLE**», de Fernando Arrabal, pelos alunos do Liceu Francês.

Teatro Nacional D. Maria II

Rossio — Tel. 372246

Sala Experimental

de 3.ª a sáb. às 21.45., **sáb.** e doms. às 16.30

«**Auto da Barca do Inferno**» de Gil Vicente pela Ass. Cultural Marionetas de Lisboa. Direcção de Carlos Cabral. Manipulação e vozes de Ana Costa, Carlos Varela, David Lopes, Fernanda Teixeira, José Neto e José Ramalho.

Teatro Variedades

Parque Mayer — Tel. 32 06 37

De terça a domingo às 21.45; domingos, também às 16.00.

«**O CORONEL EM DOIS ACTOS**». Adaptação de F. Nicholson. Encenação de Varela Silva. Interpretação: Alina Vaz, António Feio, Camilo de Oliveira, Dulce Guimarães, F. Nicholson e P. Marcelo.

Teatro Aberto

P. de Espanha — Tel. 770969

Às 21.30

«**VOLPONE**», de Ben Jonson pelo Grupo Novo. Encenação de Norberto Barroca. Cenários e figurinos de José Costa Reis. Música de Paulino Garcia. Intérpretes: Adriano Luz, Alexandre de Sousa, Amílcar Botica, Ana Oliveira, Fernanda Policarpo, Isabel Ribas, Joaquim Rosa, José Beato, José Jorge Duarte, José Raposo, Mário Garcia, Melim Teixeira, Miguel Duarte, Sara Lima e Vítor Norte.

Teatro Vasco Santana

Entrecampos — Feira Popular — Tel. 76 86 90

Teatro Estúdio de Lisboa

De terça a sábado, às 21.30; domingos, às 16.00

«**CESÁRIO QUÊ?**». Texto e encenação de Luzia Maria Martins. Cenografia de Fernando Filipe. Intérpretes: Fernanda Montemor, Carlos Santos, Clara Joana, Helena Félix, Luísa Ortigoso, Fernanda Coimbra, José Brás, Vítor Hugo, Manuel Mendonça e Pedro Paiva.

Comuna

P. de Espanha — Tel. 726 08 18

De 3.ª a sábado, às 21.30; domingos às 17.00

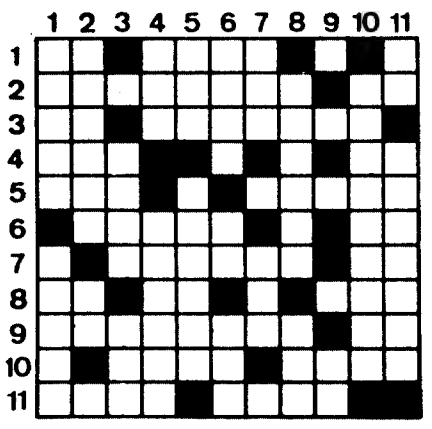
«**CALÍGULA**», de Albert Camus. Encenação de João Mota. Intérpretes: Almeno Gonçalves, Abel Neves, António Melo, Alfredo Brissos, Carlos Paulo, Cecília de Sousa, Isabel Medina e João Mota, entre outros.

PALAVRAS CRUZADAS

COM PROVÉRBIO PROBLEMA N.º 16 714

HORIZONTAIS:

1 Em o. Escárnio. Tempo do verbo ser. Artigo definido.
2 O mesmo que amourara. Cobre (s.q).
3 Pronome pessoal. Calcarão.
4 Freguesia do concelho de Alenquer. Nosso Senhor (abrev).
5 Consentimento. Fechadura (gir).
6 Borrifar. Artigo definido (ant.).
7 Velhaco. Cobalto (s.q.).
8 Ósmio (s.q). Prefixo de negação. Terceiro.
9 Falsificaria. Compaixão.
10 Queridos. Antepassados.
11 Germes. Instrumento musical de cordas.



VERTICAIS:

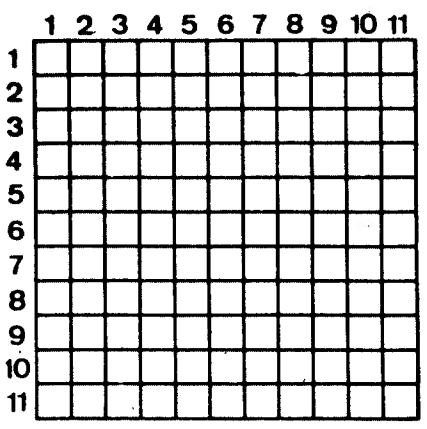
1 Naturais. Louco.
2 Olvidar. Sua majestade.
3 Assim seja! Levanto.
4 Zombas. Orifício por onde a lampreia respira (pl.).
5 Enguia. Importunar (pop.).
6 Rio de França. Letra grega. Lista.
7 Agora. Cidade de Espanha.
8 Arruíno. Rio de França.
9 Vossa alteza.
10 Ilustre.
11 Alternativa. Aldeãos.

Resolveu completamente este problema? Procure, agora em segundo passatempo, o provérbio nele inscrito.

NOVAS MODALIDADE PROBLEMA N.º 14 551

HORIZONTAIS:

1 Cidade da Ásia Menor, capital da Síria. Cidade da Turquia no delta do rio Mariza.
2 Sacrificais. Preposição.
3 Engenho de tirar água (pl.). Sigla do inglês Thematic Apperceptin Test Teste de Psicologia.
4 Elos.
5 Cidade do Irão.
6 Cidade da Roménia. Família.
7 Nome de flor. Pancada com o taco.
8 Curio (s.q). Nome de planeta.
9 Autores. Erguer.
10 General de Napoleão. Tributo que os judeus pagavam.
11 Cidade do Estado de Minas Gerais. Estimas.



VERTICAIS:

1 Estado da Europa Setentrional ao Norte da Alemanha.
2 Deus egípcio, patrono de Tebas. De Roma.
3 Trigueiras. Pertences.
4 Fazei subir. Antiga cidade da Fócida (Grécia).
5 Peneira. Rénio (s.q).
6 Cento e um em romano. Antiga cidade da ilha de Java.
7 Aldeia de Itália. Rainha de Inglaterra.
8 Cálculo.
9 Serra do Estado de Mato Grosso. Rio da Sibéria.
10 Neon (s.q). Demorara.
11 Esquecera. Chefe etíope.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA

N.º **16 713**

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 ANO. Acartem.	1 Antenor. Uma.
2 Ne. Braga. La.	2 Ne. Terás, In.
3 Cai. Áster.	3 Cevaras.
4 Etéreos. Os.	4 Barómetro.
5 NEVOSO. AC.	5 Áries. Aí. Na.
6 Oram. Acabo.	6 Ca. Oó. Irado.
7 Rareais. Dor.	7 Agás. Asilar.
8 Satírico.	8 Ras. AC. Caso.
9 Sr. Alas.	9 Tocados.
10 Mi. Ondas. És.	10 Eles. Bo.
11 ANO. Aoros.	11 Mar. FORMOSO.

PROVÉRBIO: Ano nevoso, ano formoso.

SOLUÇÃO DO PROBLEMA

N.º **14 550**

HORIZONTAIS:	VERTICAIS:
1 Idomeneu. Ab.	1 Idiota. Crás.
2 Deli. Er. Ana.	2 Delfim, Oiro.
3 Ali. Avançar.	3 Olá, Aportar.
4 Fo. Adamou.	4 Mi. Agastada.
5 Tiago. At.	5 Orai.
6 Amparo. Ofir.	6 Neva. Cana.
7 Osa. Rio.	7 Erada. Fole.
8 Cortiços.	8 NATO. Save.
9 Rita. Alagar.	9 ACM. Fr. Gal.
10 Arad. Nevada.	10 Anão. II. Adi.
11 Soraia. Elis.	11 Baru. Roeras.

Radio

Antena Um

16.00: A gaita dos sete foles; **17.15**: Musicomania; **19.00**: Informação e música; **20.00**: Música portuguesa; **20.15**: No estúdio e na estrada; **20.30**: Música portuguesa; **21.00**: Movimento; **21.30**: Livre e directo; **23.30**: Último jornal. Noticiários de hora a hora.

Programa 2

16.00: Música do Século XX; **16.301** Pequena Selecção da Ópera «Mefistófeles»; **17.00** Integrais — Sinfonias de Haydn; **17.25** Suite N.º 6 em ré maior BWV 1012 de Bach; **18.00** 3 Concertos «A Cinque» de Benedeto Marcello; **18.40** Música de tecla — Sonata n.º 4 em mi bemol maior Op. 7 de Beethoven — 12 peças para órgão de Haydn e Haendel; **19.30** As palavras dos músicos; **20.00** Invenções a três vozes BWV 787 a BWV 801 n.º 1 a 15 de Bach; **20.40** Concerto para harpa e orquestra de Albrechtsberger; **21.00:** Música portuguesa — Música polifónica dos séculos XVI, XVII e XVIII de Rodrigues Esteves, Frei Manuel Cardoso, Pinheiro, Anónimo e Morata — Música de Avondano, Carlos Seixas e Almeida.

RÁDIO COMERCIAL
Onda Média (283, 290 e 397m)

15.00: Dora a hora; **17.00**: A feira mágica; **19.15**: Montra de som; **20.00**: Conta corrente; **21.00**: Discos pedidos; **22.15**: Religiosos; **22.30**: Tempo de desporto; **23.00**: Vigésima quarta hora. Noticiários de hora a hora.

RC-FM-Estéreo (97,4 MHz)

15.00: A casa da música; **16.00**: O som da frente; **17.00**: Rock em stock; **18.00**: Círculo em FM; **19.00**: Em órbita; **20.00**: Nova geração; **21.00**: Jazz; **22.00**: As mil e uma noites. Noticiários de hora a hora.

RÁDIO RENASCENÇA
Onda Média

15.00: Ré maior; **18.30**: Transmissão do terço; 19.00: Quiosque; **19.30**: Quando o telefone toca; **20.00**: Conversa de amigos; **21.00**: Encontro; **22.00**: Diário do desporto; **22.30**: Clube dos coleccionadores; **23.30**: A vez e a voz; **23.55**: Meditando.

Onda Média Regional-Voz do Minho, Voz do Porto e Voz do Alentejo

15.00: As boas tardes da Renascença; **18.00**: Noticiário regional; **18.30**: Ligação à rede nacional.

Voz de Lisboa

15.00: A Rádio da cidade; **18.30**: Sete colinas; **20.00**: Diálogo; **20.30**: Transmissão do terço; **21.00**: Música no espaço; **23.30**: Diário do desporto; **23.57**: Meditando.

FM-Estéreo

13.10: Cem mais; **19.30**: Transmissão do terço; **20.00**: Serra de estrelas; **22.00**: Oceano Pacífico; **23.55**: Boa noite. Noticiários a todas as horas.

TELEVISÃO

RTP/1

09.50 — Telejornal Especial
Inclui cerimónias militares (Praça do Império)

11.30 — Assembleia da República
Sessão comemorativa do 25 de Abril. Transmissão em directo do Palácio de S. Bento

13.30 — Encerramento da emissão

18.00 — Sumário

18.10 — Tempo dos Mais Novos
A emissão de hoje é preenchida com mais um episódio das séries «Animação» e «Era Uma Vez».

18.45 — País, País

19.15 — Curso de Inglês
«Follow Me»

19.50 — O Livro Grande de Petete

20.00 — Telejornal

20.30 — Boletim Meteorológico

20.40 — Corpo a Corpo
(34.º episódio):
Osmar e Eloá discutem: Osmar acha que é loucura Eloá pedir a demissão e os dois irem para Belém. Rafael combina com Teresa para dar aula de Português a Heloísa. Eloá desiste de pedir a demissão. Amauri promete a Alice que vai descobrir se Zeca está a namorar Bia seriamente ou não. Alice fica contente pois está interessada em Zeca. Cláudio procura Eloá e diz que quer continuar a fazer o estágio na Fraga Dantas. Zeca convida Eloísa e Bia para um baile. Horácio vai também. Eloá sai para um jantar de negócios e demora a chegar deixando Osmar muito nervoso. Zeca chama Bia para um canto, na boîte, e diz que não quer mais ter relação aberta, quer mesmo é casar com ela.

21.25 — O Ano dos Franceses
(2.º episódio):
Wolfe Tomne persuadiu o directório a enviar uma expedição à Irlanda. Em Dublin, lord Cornwallis recebe com espanto a informação de que o irmão George Moore faz parte do Directório de Mayo. John Moore ignora as ameaças do irmão e continua a solicitar o apoio dos pequenos agricultores para a união irlandesa. De tal forma é persuasivo que consegue o apoio dos Whiteboys de Duggan. Descontente com esta atitude, MacCarthy agride Duggan e abandona o condado de Killala.

22.25 — Sarilhos Com Elas
(13.º episódio)

22.55 — 24 Horas

23.20 — Remate

Sessão comemorativa do 25 de Abril directamente do Palácio de Belém

Telenovela «Corpo a Corpo»: até no 25 de Abril

«O Ano dos Franceses»: 2.º episódio

RTP 2

19.30 — Notícias

19.37 — Desenhos animados
«As Corridas Loucas»

20.00 — Os Açorianos
«Escrito na Lava»
O filme «Escrito na Lava» é o primeiro de uma série dedicada ao «Homem Açoriano» que a RTP vai transmitir. Esta primeira visão dos açorianos contempla o esforço de transformação das ilhas, levada a cabo por sucessivas gerações; desde a época henriquina aos nossos dias. É um estudo de geografia humana documentado nas belas paisagens açorianas, umas vezes agrestes na dureza primitiva dos vulcões, outras suaves e poéticas como jardins à beira-mar, mas assinalando sempre a presença e a acção do homem açoriano.
Realização de Hélder Mendes.

20.25 — Adágio
Recital de canto e piano
Jorge Chamine e Marie Françoise Bucquet. Interpretam peças de Handel, Tchaikovski e Guastavino
Produção de Ana Maria Roseira/Luísa Calado
Realização Rui Ramos

20.50 — Viagem pelo Teatro
«O Espaço e o Actor»

21.15 — Notícias

21.25 — Directo/2

22.30 — Últimas Notícias

AMANHÃ

RTP/1

11.30 — Sumário
11.37 — Tempo dos Mais Novos
13.00 — Sumário
13.10 — Tempo dos Mais Novos
14.05 — Sport Billy
14.30 — Revista de Toiros
15.00 — Simpósio de Escultura em Pedra — Porto 1985
16.00 — Os marretinhas
16.30 — Fama
17.20 — O Novo Mundo Selvagem
17.45 — Tony de Matos no Coliseu
19.10 — Parlamento
19.45 — Totoloto
20.00 — Telejornal
20.50 — Boletim Meteorológico
21.00 — Aplauso
22.10 — Dinastia
23.10 — Últimas Notícias
23.20 — Sábado especial — «As Cicatrizes de Drácula»

RTP 2

17.00 — Troféu
20.00 — No Ventre da Música
20.30 — Animação/2
21.00 — Ascensão e Queda do Rei Algodão
21.35 — Última Mensagem

CLÍNICA DE TELEVISÃO A CORES SOS CTC
A MELHOR ASSISTÊNCIA AO SEU TELEVISOR E VÍDEO
GARANTIMOS RAPIDEZ E EFICIÊNCIA
ESTAÇÃO DE SERVIÇO PERMANENTE
T. 88 27 86 - 89 98 26
Av. S. João de Deus, 13 B • R. de Macau, 6-1.º LISBOA

MELO INFORMÁTICA
MICROCOMPUTADORES
AMSTRAD — ATARI
TIMEX — SINCLAIR — Q.L.
JOSÉ DE MELO & SILVA, LDA.
Escritório: R. Bernardim Ribeiro, 15 – cave/dt.º
Loja Zodíaco: R. Conde Redondo, 5 Loja C
Loja Melo: R. Gonçalves Crespo, 18-C (INAUGURAÇÃO 1/10/85)
Tel. Zodíaco: 54 99 04 – Tel. Melo: 52 56 69 – 1100 LISBOA
Demonstrações 3.as e 5.as das 18 às 20 horas

GRUNDIG seleccionou para si...
RTP/1
22.25 — Sarilhos com elas
RTP 2
20.25 — Adágio

«Corpo a Corpo»
GRUNDIG PORTUGUESA
comércio de artigos electrónicos, Lda.
Rua Bento Jesus Caraça, 17
Cruz Quebrada-1495 LISBOA
Telef.: 4197570

MARÉS DE HOJE

PREIA-MAR		BAIXA-MAR	
03.24	**4,20 m**	09.08	**0,60 m**
15.46	**4,20 m**	21.28	**0,60 m**
Dia 26			
04.08	**4,20 m**	09.49	**0,70 m**
16.29	**4,20 m**	22.12	**0,70 m**

TEMPERATURAS DO AR ÀS 6 HORAS:

BRAGANÇA	3º
VIANA DO CASTELO	6º
VILA REAL	4º
PORTO	6º
COIMBRA	7º
CABO CARVOEIRO	10º
CASTELO BRANCO	4º
PORTALEGRE	6º
LISBOA	9º
ÉVORA	7º
BEJA	8º
FARO	11º
SAGRES	13º
PONTA DELGADA	14º
FUNCHAL	14º

Mensagem da Associação 25 de Abril

Sucederam-se velozes os 12 anos que transformaram a sociedade portuguesa depois da revolução de Abril.

Todos eles, na sua marcha, nos seus avanços e recuos, deixaram marcas, ergueram marcos. São ramos gerados do tronco-raiz que o 25 de Abril plantou, fecundado pela vontade de um povo que não se rendera e que teve expressão na generosa e lúcida determinação de um punhado de militares que, finalmente, entenderam e encontraram resposta para a sua mais genuína missão — SERVIR O SEU POVO.

Em 12 anos, doze vezes os portugueses têm feito deste dia uma festa. E nós, militares de Abril, dela temos feito uma jornada de reencontros. De reencontros entre nós, mas de reencontros também de todos nós com o ideal que nos juntou e animou.

Por isso queremos, ano após ano, contribuir para tornar estas festas dignas da festa maior que invocamos.

A marcha do Portugal de Abril viu já abrirem-se e encerrarem-se vários ciclos.

Fechou-se primeiro, breve, o «ciclo da revolução». Inconclusivo, até porque, pela sua própria natureza, nunca nenhuma revolução está concluída. Mas fechou-se com os militares, fiéis aos seus compromissos, dando a palavra ao povo e assegurando a tomada de poderes pelos seus representantes, saídos das eleições mais livres que alguma vez se haviam realizado em Portugal.

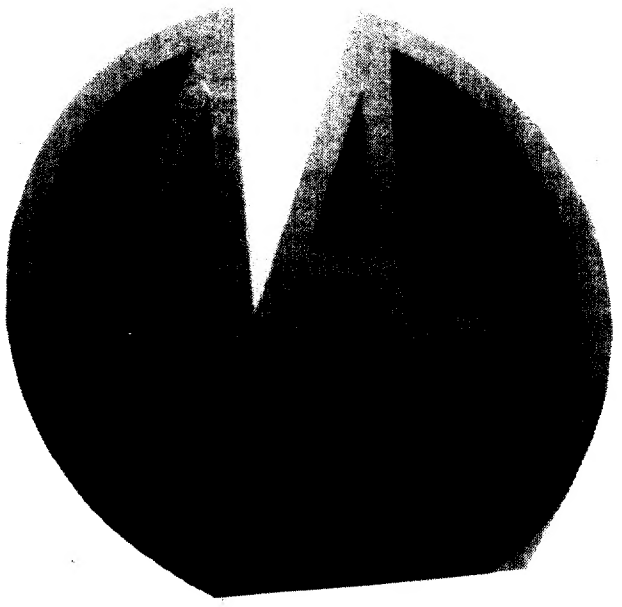
Cumpriu-se o «ciclo da transição», em que a dinâmica revolucionária, assumida pela própria Constituição de 1976, terá tido expressão excessiva para uns, enquanto para outros foi demasiado tímida. Também este se encerrou com os militares a respeitarem a palavra dada, aceitando escrupulosamente a transferência dos seus poderes legítimos, com a dignidade que, em contrapartida terá faltado aos políticos que formalizaram essa transferência.

Há quem pretenda que se concluíu agora o «ciclo do Presidente da República militar». Com mais rigor se deveria referir o «ciclo em que militares foram Presidentes da República». Mas o próprio conceito contém equívocos que não são inocentes. Não pode deixar de ferir a sensibilidade democrática que se confundam numa mesma série os militares que presidiram aos 48 anos de ditadura e os militares que presidiram aos 12 anos de liberdade. Insulta a legitimidade constitucional que se agrupem, seja sob que título for, os militares que, antes do 25 de Abril, fraudulentamente chegaram a presidentes contra a vontade dos cidadãos, e o militar que foi eleito e reeleito, pela vontade maioritária do seu povo, livremente expressa.

Se alguns outro ciclo agora se fechou, ele foi apenas o dos militares de Abril que, na Presidência da República, asseguraram a consolidação da democracia. E que no final dos mandatos, na transparência da exemplar participação cívica que o nosso povo só conheceu depois do 25 de Abril, em normalidade, transferiram os seus poderes.

Podemos e possivelmente devemos, nós militares de Abril, sentir-nos insatisfeitos e inquietos, com as condições de vida que, passados 12 anos, ainda castigam grande parte dos portugueses.

Mas podemos, e seguramente devemos, sentir-nos orgulhosos, pelo exemplo de desapego ao poder que demonstrámos. Todos estes ciclos menores, em que com mais ou menos empenhamento participámos, inscrevem-



se afinal no ciclo maior que é o do 25 de Abril. Este, sempre aberto, insusceptível de ser encerrado, porque é o percurso da democracia. É a via da esperança na justiça social progressivamente ampliada, na liberdade cada vez mais participada, na riqueza melhor distribuída, nos direitos mais respeitados, nos deveres mais assumidos, na cultura mais acessível.

Sentimo-nos ainda compensados porque os reflexos do 25 de Abril romperam as nossas fronteiras e estão presentes nas dinâmicas de outros povos, com problemas porventura mais complexos que os nossos, mas cujas lutas, depois de 1974, assumiram acelerações e impulsos decisivos. O espírito de Abril repôs, na sua autenticidade, a nossa vocação de relacionamento ecuménico, provado historicamente no humanismo renascentista, que foi o traço dominante dos descobrimentos portugueses.

Tenhamos ou não consciência disso, estes 12 anos foram anos de mudança. Somos um país que já mudou.

Nesta evolução, também as gerações se vão rendendo. É hoje adulta a juventude de ontem e a juventude de agora era então infância.

As novas gerações vivem, na realidade de hoje, sem totalmente se aperceberem, a realidade de Abril. É da filosofia do conhecimento que a percepção valorativa de uma realidade depende da consciência do seu contrário. Ora os quadros de referência em que a juventude cresceu, a memória que não tem do passado recente, limitam a compreensão dos absurdos condicionamentos em que viveram as gerações anteriores. O colonialismo e a guerra, a repressão estudantil e sindical, a marginalização cívica, o obscurantismo cultural, o isolamento internacional, configuram um passado sombrio, cuja proximidade a juventude não sente e cuja invocação pouco a sensibiliza.

Para ela, os valores que estiveram na génese do 25 de Abril são dados adquiridos, cuja repetição no discurso de cada dia soa a redundância. A afirmação do 25 de Abril tem de passar por aquilo que, nele implícito, está ainda por cumprir.

Sem desprezar a pedagogia inteligente, aliciante, inovadora, dos valores adquiridos e do que significaria a sua liquidação, há que dar respostas aos anseios da juventude, compreender o seu inconformismo, alimentar a sua generosidade. Anseios que, a partir das liberdades adquiridas, se identificam com segurança no emprego e no salário, com a paz, com uma vida digna para todos. Inconformismo que saudavelmente persistirá, enquanto não se encontrarem soluções para problemas que ameçam o futuro, relacionados com a escola, a habitação, a saúde, os transportes, a burocracia. Generosidade que está disponível para causas como a conservação da natureza, o combate à discriminação sexual, a cultura liberta de tabus, o aproveitamento dos tempos livres, o convívio aberto e sem fronteiras.

A transformação da sociedade também passa por aí.

Orgulhamo-nos do 25 de Abril mas, parafraseando Garrett, diriamos que ele não pode ser só o que foi, nem pode cristalizar no que é, sob o risco, até, de negar o que foi. Tem de se prolongar no futuro.

Aproprie-se a juventude do 25 de Abril, cultive os seus valores fundamentais e que estes constituam as referências dominantes na solução dos seus problemas concretos.

É esta, hoje, a mensagem da Assciação 25 de Abril.

Não pretende ser uma passagem de testemunho, nem um render da guarda.

Pretende ser apenas um olhar em frente e, compreendendo os contornos que se desenham no horizonte, ser uma afirmação de solidariedade com os que irão percorrê-lo.

E isto porque a A 25 A, pretendendo-se depositária fiel do espírito e dos valores de Abril, não quer fechar-se em si mesma, desejando pelo contrário ser um espaço aberto, onde estes problemas se confrontem.

Pretendemos ser um pólo aglutinador da unidade, onde possam confluir diferentes sectores políticos e sociais, diversos extractos profissionais, variados grupos etários, múltiplas manifestações culturais. Com independência de espírito, com autenticidade criativa, com irreverência crítica, com tolerância democrática.

Por isso seremos incómodos e, porque incómodos, começamos já a sofrer a ofensiva de quem se perturba com o papel que poderemos desempenhar.

A ofensiva atingiu-nos e vivemos neste momento situações difíceis. Mas às quais sobreviveremos e das quais sairemos reforçados. Com a efectiva participação dos sócios apoiantes, com o apoio dos amigos e simpatizantes, com a compreensão dos portugueses, a A 25 A será um referencial obrigatório do Portugal democrático.

Serenos perante o passado, firmes no presente, confiantes no futuro. É este o estado de espírito com que comemoramos doze anos de revolução.

No ciclo que se encerra, no novo ciclo que se abre, o ciclo maior que se prolonga.